

Avante!



Trabalhadores
da Administração Pública
respondem ao

«Terrorismo social»

Mais de 15 mil trabalhadores da Administração Pública, vindos de todo o País, manifestaram-se na passada sexta-feira, em Lisboa, contra o ataque do Governo ao sector. Foi «uma primeira e muito grande resposta à política de verdadeiro terrorismo social desencadeada pelo Governo PSD/CDS-PP», disse o dirigente sindical Paulo Trindade, no comício.

Pág. 5

Carvalhas na Covilhã

Jornadas Parlamentares

«Não se pode ter uma política ao serviço dos grandes interesses e simultaneamente satisfazer justas reivindicações populares», afirmou Carlos Carvalhas.

Pág. 11

Eleições francesas

Maioria à direita

Na primeira volta das eleições legislativas em França, a direita ficou à beira da maioria absoluta. A maioria dos jovens e dos desempregados não foi às urnas.

Pág. 19

Televisão

Governo derrotado

O Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da lei que retira parecer vinculativo ao Conselho de Opinião da RTP sobre a administração da empresa.

Pág. 32

Segurança Social

O que está em jogo e o que é necessário defender

• Eugénio Rosa



O ataque frontal que o Governo PP/PSD está a desencadear contra a segurança social não é um ataque isolado, mas enquadra-se no ataque geral deste Governo contra as funções sociais do Estado, ou seja, contra os direitos sociais dos portugueses.

Centrais

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
e acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Manifestação da Função Pública contra medidas do Governo

Resumo

5 Quarta-feira

O PCP exige a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar à actuação do Governo sobre a aceitação de acções do Benfica como garantia para o pagamento das dívidas fiscais do clube ● Álvaro Cunhal desmente as «interpretações feitas por alguns órgãos de comunicação social» sobre o prefácio que escreveu para a 6.ª edição do seu livro «O Partido com paredes de Vidro» ● O sindicato dos trabalhadores de impostos convoca uma greve de todos os serviços de administração tributária para dia 20 de Junho ● Os trabalhadores da Carris continuam em greve; a decisão foi tomada em plenário, por não terem sido alcançadas as reivindicações do sindicato ● Helicópteros «Apache» da Força Aérea israelita bombardeiam vários edifícios da cidade cisjordana de Jenin.

6 Quinta-feira

O PCP entrega na Assembleia da República dois projectos de lei para alargar os direitos de permanência dos imigrantes em Portugal e para revogar «normas discriminatórias» no acesso ao emprego em razão da nacionalidade ● Jerónimo de Sousa acusa o Governo de ceder às exigências dos grandes grupos económicos e financeiros e de esquecer os trabalhadores, o sector produtivo e os pequenos e médios empresários ● O exército israelita invade as localidades cisjordanas de Ramallah e Al Beereh ● Os exércitos da Índia e do Paquistão retomam os confrontos ao longo da linha de controlo que separa as partes indiana e paquistanesa de Caxemira.

7 Sexta-feira

O PCP reúne na Covilhã para discutir «O Sistema de Segurança Social e a Defesa dos Direitos dos Trabalhadores» ● A JCP monta um acampamento em frente à Câmara do Porto numa iniciativa de protesto contra a medida do Governo que acabou com o crédito bonificado à habitação ● Milhares de trabalhadores participam na manifestação nacional da Função Pública, em Lisboa; a defesa dos postos de trabalho e de melhores condições salariais são as reivindicações base deste protesto ● Uma coluna de 20 carros de combate israelitas invade a cidade autónoma de Jenin ● Três indianos são mortos durante os bombardeamentos paquistaneses no sector de Poonch, em Caxemira.

8 Sábado

Um novo financiamento da Segurança Social, actualização do abono de família e a alteração do regime de contratos a termo para combater a precariedade

são algumas das propostas apresentadas no final das jornadas parlamentares do PCP ● Os pescadores do arrasto costeiro entram em greve para exigir melhores salários e mais condições de trabalho ● O Paquistão abate um avião-espião indiano sem piloto que violou o seu espaço aéreo ● O presidente egípcio, Hosni Mubarak, reitera que a melhor forma de evitar novos atentados anti-israelitas é a criação de um Estado palestino independente.

9 Domingo

Sessenta e cinco trabalhadores de uma fábrica de calçado, em Miranda do Corvo, encontram-se em risco de perder o emprego, após o gestor ter desaparecido, denuncia o sindicato do sector ● As tropas israelitas fazem uma nova incursão na cidade de Tulkarem ● Um palestino é assassinado em Beit Hanoun, a Norte de Gaza, por tiros disparados «por engano» pelo exército israelita ● Cerca de 250 mil pessoas manifestam-se em Sevilha contra a reforma dos subsídios de desemprego anunciada pelo governo espanhol ● 41 milhões de franceses vão às urnas para escolher, de entre um número recorde de 8446 candidatos, os nomes dos 577 deputados da Assembleia Nacional.

10 Segunda-feira

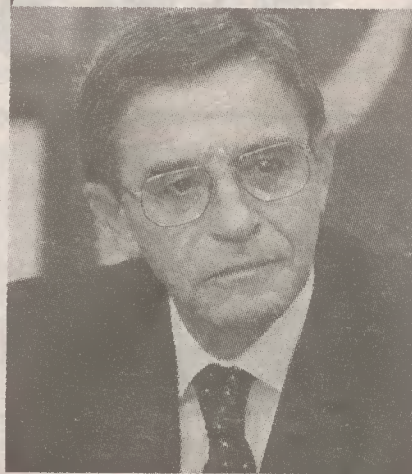
O relatório da eurodeputada Ilda Figueiredo sobre um sistema de ensino obrigatório mínimo de 12 anos no espaço comunitário é debatido no Parlamento Europeu ● Octávio Teixeira é condecorado pelo Presidente da República no decorrer da sessão solene das comemorações do Dia de Portugal ● Bulldozers do exército israelita arrasam o quartel-general do presidente palestino, Yasser Arafat, na Cisjordânia ● Portugal vence a Polónia por 4-0, em jogo da segunda jornada do Grupo D do Mundial 2002 de futebol.

11 Terça-feira

As trabalhadoras das empresas de limpeza Iberlim e Limpoclean iniciam uma greve de 48 horas para reivindicar um aumento dos subsídios de alimentação e transporte ● Os trabalhadores portuários iniciam uma greve geral à movimentação de cargas no porto de Setúbal contra a existência de um quadro de mão-de-obra eventual (311 trabalhadores) 10 vezes superior aos trabalhadores efectivos (39) naquele porto ● Agricultores europeus deslocam-se ao Parlamento Europeu para reivindicar melhores condições de trabalho ● Uma unidade de blindados do exército israelita penetra no sector autónomo palestino de Belém, Sul da Cisjordânia.

Aconteceu

PR homenageia Octávio Teixeira



O Presidente da República condecorou Octávio Teixeira, com a Ordem do Infante, por ter «prestigiado as instituições democráticas» e António Guterres com a Ordem de Cristo por ter sido «um exemplo de dedicação à causa pública».

Jorge Sampaio distinguiu na sessão solene comemorativa do 10 de Junho, que este ano se realizou em Beja, 15 personalidades das áreas da política, medicina, cultura e educação e às actividades empresariais.

A título póstumo, Jorge Sampaio atribuiu a Manuel João da Palma Carlos - que morreu em Novembro passado, vítima de um incêndio num lar de idosos em Cascais - a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

O chefe de Estado distinguiu ainda, entre outros, o médico Artur Torres Pereira, o musicólogo Michel Giacometti, a título póstumo, o activista sindical Joaquim Palmeiro Gonçalves, o professor e jornalista Rogério António Fernandes e o artista plástico Manuel Rosa.

Tugas vencem Polónia por 4-0

Portugal venceu anteontem a Polónia por 4-0, em jogo da segunda jornada do Grupo D do Mundial 2002 de futebol, disputado no Estádio de Jeonju, na Coreia do Sul.

A estrela do encontro foi Pauleta que marcou três dos quatro golos de Portugal, aos 14, 65 e 77 minutos. Rui Costa fixou o marcador nos 4-0 aos 88 minutos.

Horas antes, EUA e Coreia

tinham empatado a um golo, reservando a Portugal duas alternativas de qualificação para os oitavos-de-final: ou ganha à Coreia, amanhã, dispensando-se de aflições e exercícios matemáticos ou empata e fica dependente da derrota dos norte-americanos frente à Polónia, que ainda não foi capaz de ganhar. A derrota significaria o adeus ao Mundial.

Trabalhadores das minas preocupados

Antigos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) criticaram sexta-feira o Governo por não ter dado seguimento a uma resolução da Assembleia da República que recomendava a realização de um estudo epidemiológico às povoações onde funcionaram minas.

António Minhoto, um dos ex-trabalhadores da ENU nas Minas da Urgeiriça, em Canas de Senhorim (concelho de Nelas), afirmou que «o rol de ex-colegas falecidos é já muito grande» e, apesar de não estar comprovada uma relação com a exploração do urânio, «os trabalhadores e as

famílias começam a ficar inquietos».

Da Mina da Urgeiriça, onde durante 50 anos funcionou a Oficina de Tratamento Químico (encerrada em 2001) que recebia minério de todas as outras minas do país, morreram na última década 40 trabalhadores com cancro.

Não há certezas que haja uma relação causa-efeito entre a exploração de minérios radioactivos e as mortes e, por isso, os trabalhadores exigem que a situação seja clarificada com um estudo epidemiológico às várias populações dos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra onde foram exploradas 58 minas de urânio.

Votos autárquicos sob suspeita

A Procuradoria-Geral da República está a analisar suspeitas de irregularidades no apuramento dos votos das eleições para a autarquia de Lisboa, onde se verificaram grandes discrepâncias entre os resultados provisórios e os definitivos, disse esta semana à Lusa fonte oficial da instituição.

Além de atribuírem mais 870 votos a Santana Lopes, mais que duplicando a margem da sua vitória sobre João Soares, os resultados oficiais definitivos, apurados cinco dias depois da noite eleitoral de 16 de Dezembro, consagram

números diferentes de eleitores inscritos para a Câmara e para a Assembleia Municipal, quando o universo tinha de ser o mesmo.

A 24 de Abril, a Lusa noticiou a

existência de grandes diferenças entre os números de eleitores inscritos e dos votos e votantes divulgados pelo STAPE na noite das últimas eleições autárquicas, em 16 de Dezembro, e os constantes dos mapas da Assembleia de Apuramento Geral, de 21 de Dezembro, consagrados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) no «Diário da República» publicado a 27 de Março.

A secretária da CNE, Fátima Abrantes Mendes, única pessoa envolvida no processo eleitoral que prestou até agora declarações sobre o assunto, manifestou-se então à Lusa «perplexa» e admitiu a existência de «discrepâncias inexplicáveis» nos números oficiais divulgados.

Portugueses não permitem «falência» da RTP



Se o Governo decretasse a falência da RTP «não seriam os trabalhadores da empresa mas sim o povo português a não o permitir», advertiu, segunda-feira, Henriqueta Sabino, da Comissão de Trabalhadores (CT) da RTP.

A representante dos trabalhadores falou na sequência de informação veiculada pelo «Jornal de Notícias» sobre uma alegada intenção governamental de decretar a falência da empresa caso o Tribunal Constitucional vetasse as alterações à lei da televisão.

Henriqueta Sabino referiu ainda ser «intolerável» exercer esta forma de pressão sobre um órgão de soberania e criticou o Governo por não ter dado resposta ao pedido de audiência que os órgãos representativos dos trabalhadores fazem desde 19 de Abril.

A responsável da Comissão de Trabalhadores acrescentou que quando se fala em falência «é bom lembrar que, apesar de ser uma sociedade anónima, a RTP tem um accionista único, que é o Estado, e este não tem cumprido as suas obrigações».

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Escaladas de guerra

A fazer fé em superficiais notícias e análises sobre a situação internacional, as últimas semanas teriam trazido sinais encorajadores para a paz mundial, com a assinatura do acordo EUA-Rússia para a redução de mísseis e a muito propagandeada parceria Rússia-NATO. A realidade é bem diferente. Uma e outra são perigosos sinais – a juntar a tantos outros – de que os planos de dominação e guerra do imperialismo norte-americano progridem a ritmo acelerado.

Em 25 de Maio, o Comité Central do Partido Comunista da Federação Russa traça um quadro grave da situação: «A política externa do Presidente Putin, e dos oligarcas que estão por detrás dele, ameaça a própria existência do país. [...] O cerco estratégico à Rússia está a ser completado com o [seu] pleno consentimento. A capacidade defensiva da Rússia está a ser positivamente minada. [...] A actual direcção russa não quer nem

serviços de segurança honestos nem Forças Armadas fortes. Quer mercenários capazes de suprimir os protestos dum povo saqueado [...]. E aqui os interesses dos grupos dirigentes da Rússia e dos EUA coincidem totalmente. [...] A América não esconde o seu objectivo de dominação mundial. Mas actualmente vê-se limitada pela existência duma Rússia com um poderoso potencial missilístico e nuclear. É por isso que Bush corteja Putin [...]. O tratado de redução de arsenais estratégicos assinado por Bush e Putin é um programa de desarmamento nuclear unilateral da Rússia. [...] Enquanto isso, o poderio dos EUA cresce a ritmo acelerado. [...] O enfraquecimento drástico e ulterior destruição das forças nucleares russas abrirá o caminho ao terrorismo de Estado sem limites dos EUA contra o mundo inteiro. A criação do Conselho Rússia-NATO é um logro necessário para privar a Rússia da sua vontade de se opor ao novo alargamento da NATO para Leste [previsto para Novembro, com a adesão de 7 novos países – N.A.]. Neste 'Conselho' a Rússia não terá voz sobre

O imperialismo está a arrastar o mundo para uma catástrofe

qualquer questão séria. Em contrapartida, a NATO terá o direito de interferir nas questões internas da Rússia.»

Insuspeito *New York Times* escreve em 14.05.02: «Há uma razão pela qual o tratado sobre armas nucleares [...] tem apenas 3 páginas. Destina-se a dar o máximo de flexibilidade ao Pentágono. O novo acordo não requer a destruição de uma única rampa de mísseis ou ogiva. Cada lado poderá levar a cabo as reduções ao seu próprio ritmo, ou até invertê-las e aumentar temporariamente as suas forças. A única limitação real é que cada parte não poderá ter mais de 1700 a 2200 ogivas em finais de 2012. Nessa altura, o Tratado expira, deixando cada parte livre de ter o número de armas que deseje, a não ser que o acordo seja prorrogado. 'O que concordamos em fazer ao abrigo do Tratado é aquilo que queríamos fazer de qualquer forma', afirmou hoje um alto funcionário governamental [dos EUA]. 'Esse é o nosso tipo de Tratado'. [...] Nem o Tratado faz qualquer ligação à questão da Defesa Missilística [Guerra das Estrelas], como Moscovo exigia em tempos.»

Em 10.03.02 o *Los Angeles Times* divulgou um documento secreto dos EUA designado *Nuclear Posture Review* onde se encara explicitamente a possibilidade de atacar com armas nucleares a sete países – Rússia, China, Coreia do Norte, Iraque, Irão, Líbia e Síria. E não apenas como resposta. Também «contra alvos capazes de resistir a ataques não-nucleares» ou «em caso de desenvolvimentos militares surpreendentes». Ou seja, à discrição dos Estados Unidos – o único país que até hoje usou armas nucleares (e contra alvos civis). Em Abril, os EUA centralizaram sob o comando de um único oficial (pela primeira vez na História) todas as suas Forças Armadas em território norte-americano e procederam a mudanças de altas patentes militares. Na semana passada anunciaram a centralização de todos os seus serviços de «segurança interna». No dia 1 de Junho, Bush, falando na Academia Militar de West Point, anunciou que os EUA encaram a possibilidade de atacar sem pré-aviso 60 (!) países. Intensificam-se as ameaças abertas contra Cuba. Em 10.06.02, o *Washington Post* anuncia que o governo Bush está a desenvolver uma nova doutrina estratégica ofensiva.

O imperialismo, na sua ânsia de dominação planetária, está a arrastar o mundo para uma catástrofe. É imperioso travar e derrotar os Senhores da Guerra.

Editorial

A LUTA ESTÁ AÍ

A luta está aí. Os trabalhadores, vítimas preferenciais e primeiras da política de direita, utilizam as armas que têm na mão: o protesto, a reivindicação, a manifestação, a greve. Com êxito, com adesões massivas (como se tem visto, por exemplo, na Carris) e com a determinação assumida pelos trabalhadores de lhes darem continuidade, de as multiplicarem e ampliarem.

A impressionante manifestação, na passada sexta-feira, de mais de quinze mil trabalhadores da Função Pública constituiu o mais significativo sinal do descontentamento que nasce, cresce e tende a generalizar-se por parte dos trabalhadores portugueses contra a política do Governo Barroso/Portas.

Política de direita, necessário é sublinhá-lo sempre – como necessário é sublinhar que é essa a política que, nos últimos vinte e seis anos, tem desgovernado Portugal, praticada (com ligeiras nuances de forma mas com o essencial do conteúdo) pelo PS, pelo PSD e pelo CDS/PP; como necessário é sublinhar que, no plano político, o PCP é o único partido nacional que durante esse período de tempo deu combate e apresentou alternativas a essa política.

A manifestação do passado dia 7 foi apresentada, pelo dirigente sindical Paulo Trindade,

“Continuar a luta. Todos os dias e em todas as áreas”

da Federação dos Sindicatos da Administração Pública, como «uma primeira e muito grande resposta à política de verdadeiro terrorismo social desencadeada pelo Governo PSD/CDS-PP» – Governo que aquele dirigente sindical qualificou como um «conselho de administração do grande capital».

Trata-se de uma apreciação lúcida e rigorosa de um retrato perfeito da política que o Governo está a levar à prática e do conteúdo de classe dessa política. Com efeito, a vertente laboral da política de direita sempre se tem caracterizado por ataques brutais aos direitos e interesses dos trabalhadores e por uma permanente preocupação em defender os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

Virando as baterias contra os trabalhadores da Função Pública e ameaçando-os com muitos milhares de despedimentos, o Governo Barroso/Portas está a dar luz verde ao grande patronato para fazer o que muito bem entender em matéria de ataque aos direitos de todos os trabalhadores, nomeadamente o direito ao trabalho – que é, como toda a gente sabe mas muitos fingem ignorar, um direito humano fundamental.

Só a luta pode travar esta ofensiva do grande capital e do seus homens de mão no Governo. Daí a importância da exortação feita pelo referido dirigente sindical no sentido de os trabalhadores da Função Pública fazerem de cada local de trabalho, de cada posto de trabalho, «uma trincheira de combate». Exortação que pode e deve estender-se aos trabalhadores em geral.

A luta é o caminho – com a consciência dos muitos e grandes obstáculos que os beneficiários do sistema lhe opõem, mas com a consciência de que a força organizada dos trabalhadores dispõe de potencialidades inesgotáveis.

A vertente laboral da política de direita é, naturalmente, a mais flagrante demonstração da pobreza do conteúdo democrático do sistema que hoje domina o mundo – um sistema que se apresenta e é difundido como modelar mas que, cada vez mais, não passa de uma monumental mistificação. Os donos do mundo – os grandes grupos económicos e financeiros – são-no graças à exploração a que sujeitam a imensa maioria da população do planeta. E criaram todos os mecanismos para assegurar essa exploração e a apresentarem como «a ordem natural das coisas»: têm os seus governos (liderados pelos Bushs, pelos Blairs, pelos Aznares, pelos Barrosos – que já se chamaram Clintons, Thatchers, Gonzalez, Guterres...), cuja tarefa é, ressaltadas as conhecidas diferenciações, bem cumprir, no essencial, as ordens das oligarquias; têm os seus produtores de ideologia, cuja tarefa essencial, no momento actual, é repetir (tantas vezes quantas as necessárias para que a mentira se transforme em verdade) que *as ideologias acabaram, que vivemos no melhor dos mundos, que a luta de classes acabou*, que os que resistem e não desistem de lutar por uma sociedade verdadeiramente livre e democrática são *dinossauros, ortodoxos*, etc., etc., etc.

Dispõem, igualmente, de poderosos meios de difusão dessa ideologia, fazem-na chegar todos os dias, todas as noites, às cabeças de milhões de pessoas, em vistosas embalagens, apresentada a uma voz mas fingendo-se plural, travestida de *modernidade e saber*...

Se olharmos para a comunicação social dominante no nosso país, teremos o retrato da comunicação social dominante no Planeta: jornais, rádios e televisões são *independentes, plurais, imparciais* que baste para poderem exhibir, uns, a sua preferência pelo PS, outros, a sua opção pelo PSD, outros os seus carinhos pelo CDS/PP, outros, ainda, a sua preferência, opção e carinhos pelos três partidos – e são unânimes, sólida e firmemente unânimes, em duas matérias: todos, sem excepção, apoiam a política de direita – que é a política que interessa aos seus donos; todos, sem excepção, fazem do PCP (o grande obstáculo, no plano partidário, à aplicação plena da política de direita) o alvo número um dos seus ataques – e, por isso mesmo, aplaudem, enaltecem e incensam os que, através de actividades fraccionárias, objectivamente ferem a unidade do PCP e dificultam a sua luta; e os que, no quadro dessas actividades, gostariam de integrar o Partido na corrente dos servidores atentos e obrigados dos interesses do sistema dominante.

Nestas circunstâncias, dizer que a luta continua não é repetir um *slogan*: é reafirmar claramente a disposição de, com consciência plena das dificuldades existentes e com determinação e firmeza, continuar a lutar. Todos os dias e em todas as áreas.

Actual Uma cegada em três actos

• José Casanova

Primero Acto (5 de Junho): o «Diário de Notícias», na rubrica «A Fechar» (ou seja, nas notícias de última hora), publicou um texto intitulado «Cunhal quer mudar estatutos do PCP». O texto, assinado por Pedro Correia, é inspirado na leitura do prefácio de um livro de Álvaro Cunhal, «**agora** surgido nas bancas». Sublinha-se o **agora** e informa-se que a primeira edição do referido livro é de 1985 e a última, com prefácio, é de Fevereiro de 2002... Acresce que, ou porque P. Correia não sabe ler ou sabe-se bem porquê, a leitura vesga a que procedeu levou-o a concluir (e mandar publicar) que Álvaro Cunhal pensava o contrário do que pensa (nomeadamente em relação às práticas fracionistas, das quais P. Correia tem sido um prestimoso propagandista). A lusa comunicação social pegou na notícia de última hora (isto é, na deturpação da verdade) e deu-lhe ampla difusão. Álvaro Cunhal esclama-

receu, naturalmente, sem margem para dúvidas.

Segundo Acto (7 de Junho): o «Diário de Notícias» publica um texto de P. Correia, intitulado «Cunhal sobressalta partido», texto que decorre, já não directamente da deturpação da verdade publicada dois dias antes, mas da reposição da verdade feita por Álvaro Cunhal. Ou seja: P. Correia deturpou a verdade, a verdade foi repostada e P. Correia... manipulou a reposição da verdade.

Na mesma página, o DN informa: «Álvaro Cunhal saúda ventos de mudança», e acrescenta: «Foi assim que o diário russo Pravda (...) aludiu ontem ao prefácio do ex-secretário-geral». Não sei se a conclusão da «Pravda» é fruto, também ela, de uma leitura vesga do «prefácio» ou se decorre, tão-somente, da transcrição da deturpação da verdade produzida

no Primeiro Acto por P. Correia... Obviamente, inclino-me mais para a segunda hipótese.

Terceiro Acto (9 de Junho): em resposta a um esclarecimento do Gabinete de Imprensa do PCP (a propósito da especulação produzida por P. Correia no Segundo Acto), o fogoso pécépologo transcreve a pergunta que havia feito ao responsável do Gabinete de Imprensa: «A declaração de Álvaro Cunhal pode constituir um "sinal" para o desencadeamento de sanções aos críticos num futuro próximo?... A pergunta e os caminhos seguidos por P. Correia até a formular nada têm a ver com jornalismo e fazem lembrar outros tempos... mas são exemplares dos tempos que vivemos, do estado a qu'isto chegou em matéria de desinformação e manipulação organizadas, de total ausência de respeito pela inteligência dos cidadãos.



O «caso Moderna» na barrela

• Carlos Gonçalves

Era comum, já lá vão uns anos, a roupa muito suja ir à barrela, uma espécie de lixívia de água quente e cinzas, donde saía alva e sem mancha. Também o «caso Moderna», há 2 meses em julgamento, está mergulhado em abundante barrela, donde certos figurões até podem sair branqueados e com a reputação cândida e resplandecente dum anjo.

Reparemos nos logros.

A referência ao «projecto global» que, com suporte criminal, se desenvolvia na conquista de importantes áreas de poder económico, político e mediático, a partir da Moderna, numa organização maçónica e da extrema direita, com articulações e natureza mafiosas, eclipsou-se dos *media*, restabelecidos que foram certos equilíbrios de interesses ocultos, politiqueros e outros.

O julgamento, enquanto os juízes confrontam o pacto mafioso de silêncio de alguns arguidos, é tratado na coluna social de certos jornais e televisões como a «soirée» da «Pitucha Teixeira da Cunha», ou relatado por outros como se tudo não passasse do desfalque do filho-família JBGonçalves, inimputável e psicopata, que manipulou uns amigos ingénuos e um velho pai meio «gágá».

O figurão PPortas, por coincidência (que como sabem é o que mais abunda em política), passou em 2 dias de noticiado como eventual arguido num processo sobre a Moderna a impoluto inocente, em horário nobre, em todos os tele-

jornais, em Bruxelas e em pose de Estado, e apoiado numa oportuníssima nota de desmentido da Procuradoria-Geral da República.

Assim quase nem se falou da segunda dose de perguntas do Ministério Público que, ao que consta, quer saber: se PPortas foi ou não o criador da Amostra; qual o destino das verbas aí esbanjadas pela Moderna; como se explicam 57 000 contos sumidos entre a Universidade e a mesma Amostra; como se explica o pagamento pela Moderna da segurança do Congresso do CDS/PP de Braga; porque é que JBGonçalves usou um cheque de PPortas no negócio do Paço da Glória, etc.

Tudo perguntas que têm a ver com o essencial deste caso - o papel de PPortas no «projecto global» e da Moderna no financiamento do seu CDS/PP.

Entretanto, apesar da barrela, são tão tamanhos os interesses envolvidos, e tão volúveis certos equilíbrios de poder, por exemplo, na actual equipa da Moderna, entre Rui Albuquerque e o demissionário Deus Pinheiro, e tão evidentes os constrangimentos de alguns barões do PSD, que o «pacto de silêncio» corre o risco de implosão.

E até por isso era exigível que o PS, nesta matéria, deixasse de assobiar para o ar. Por que será?

Urge denunciar e conter a barrela do «caso Moderna». E que se abra finalmente o caminho ao exercício da Justiça.



Maré negra

• Anabela Fino

Depois do sobressalto da primeira volta das presidenciais francesas, o desastre do primeiro turno das legislativas vem confirmar o que muitos temiam: a mobilização eleitoral de 5 de Maio, que permitiu barrar o caminho do Eliseu a Jean-Marie Le Pen, foi mais conjuntural do que estrutural.

Passado o susto da extrema-direita, a desconfiança face aos políticos e à política voltou a falar mais alto, sobretudo entre os jovens e os desempregados. Desiludidos com a malograda experiência do governo dito de «esquerda plural», e sem terem visto na sua substituição pelo executivo escolhido por Chirac nenhuma mudança fundamental, um significativo número de eleitores - 35 por cento - não foi às urnas.

A campanha eleitoral, quase inexistente e pouco esclarecedora, também não ajudou à consciencialização do

que verdadeiramente está em jogo, e muito menos à percepção do que distingue hoje essa esquerda dita moderna da direita tradicional e conservadora.

A abstenção, massiva nos meios populares, tornou entretanto evidente a condenação da «esquerda plural», que uma vez instalada no Poder levou a cabo durante cinco anos políticas de direita. E deixou claro que não basta aos responsáveis por essa política declararem ter «entendido a mensagem» das presidenciais e que vão fazer «uma reflexão crítica» da sua acção para recuperarem a confiança perdida.

Esbatida a linha divisória entre «esquerda» e direita, uma importante fatia do eleitorado não só não quis apostar uma vez mais na coabitação como não viu razões para votar. E no entanto o *record* histórico da abstenção na história da V República

registado no passado domingo, em França, colocou o país à beira de uma catástrofe. A direita, cerrando fileiras em torno de Jacques Chirac, está a um passo de controlar todos os centros de Poder, o que lhe deixará as mãos livres para levar a cabo a sua política ultraliberal e reaccionária. O que agora está em causa já não é «apenas» o regresso da direita, no viciado jogo da alternância sem alternativa, mas o controlo absoluto do aparelho de Estado. Da presidência ao governo, da Assembleia Nacional ao Senado, a direita musculada de Chirac - que não hesitou em seduzir a extrema-direita de Le Pen - está em vias de submergir a França numa maré negra política.

No próximo domingo, os eleitores terão uma vez mais a palavra. Se as piores perspectivas se confirmarem, a responsabilidade caberá por inteiro aos que em nome da modernidade se deixaram seduzir pelo perfume do poder e hoje imploram a absolvição popular.



Frases

“[O Portugal-Polónia] foi um jogo muito importante para mim e para Portugal. Vai ficar na minha memória, porque é difícil marcar três golos no mundial?”

(Pauleta, autor de 3 dos 4 golos com que Portugal ganhou à Polónia, Público, 11.06.02)

“Passámos de bestas a bestiais, mas mesmo enquanto fomos bestas fomo-lo com dignidade. Nunca perdemos a nossa dignidade e fizemos um jogo ao nosso melhor nível?”

(António Oliveira, seleccionador nacional, idem)

“O PSD está a pagar a factura de um excesso de vedetas que nunca articularam uma política coerente, e que, tendo-se recusado a ir para o Governo, deram lugar a suplentes que manifestamente nunca tinham feito o trabalho de casa. Neste plano, Morais Sarmiento, com a subtilidade de um elefante numa loja de porcelanas, é um caso paradigmático?”

(Eduardo Prado Coelho, idem)

“Se o Estado não pagar e forçar o fecho da empresa [RTP] (a falência só assoma porque o Estado não paga o que deve), despedindo os trabalhadores e abrindo uma nova empresa ao lado, estará a caucionar exactamente aquilo que tantos “empresários” fazem em Portugal, levando as suas empresas à falência, não pagando à Segurança Social, ao fisco ou aos trabalhadores e mantendo dívidas à empresa que nunca têm de pagar (...) A falência mais grave neste caso não será a da RTP, mas sim a falência moral do Governo?”

(José Vítor Malheiros, idem)

“Ao quererem impor ao Brasil pelo medo o seu modelo político [neoliberal], os bancos e os consultores internacionais confirmam os riscos de um sistema dominado não pela vontade consciente dos cidadãos mas pelos interesses financeiros?”

(Manuel Carvalho, Público, 10.06.02)

“[A hipótese de falência da RTP] é própria de um país do quarto mundo (...) Seria um caso único no mundo uma estação pública abrir falência?”

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

“O despacho [da ministra Manuela Ferreira Leite sobre as acções do Benfica] é o sinal oposto da política de rigor?”

(Idem, ibidem)

“O problema é, de facto, o primeiro-ministro (...) O sr. Barroso é simplesmente um mau político?”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 09.06.02)

“No actual Governo, a estratégia, talvez porque custa algum dinheirinho, foi simplesmente abolida?”

(Leonel Moura, A Capital, 09.06.02)

“O eventual chumbo do Tribunal Constitucional à proposta de lei que retira ao Conselho de Opinião da RTP o direito de vetar a nova gerência pode saldar-se numa derrota política clamorosa e emblemática?”

(Fernando Madrinha, Expresso, 08.06.02)

“Eliminar um canal é tão realista como reformar o sistema de ensino amputando-o de um dos seus membros?”

(Manuel Maria Carrilho, idem)

“A coisa está preta para os “portugas”, tanto no futebol como na política (...) Governar com os pés é como jogar sem cabeça?”

(Alfredo Barroso, idem)

Mais de 15 mil trabalhadores da Administração Pública manifestaram-se em Lisboa

«A primeira grande resposta ao terrorismo social»



Não ficar em casa. As razões do protesto são mais que muitas

● Gustavo Carneiro
texto

● Jorge Cabral
foto

«**N**ão aceitamos um só despedimento», afirmaram os mais de 15 mil trabalhadores da Administração Pública que se manifestaram em Lisboa, no passado dia 7, contra o ataque do Governo ao sector. No próximo dia 20, juntam-se aos do privado na grande jornada de luta da CGTP.

Faltavam ainda quinze minutos para a hora marcada e já os trabalhadores enchiam por completo o Martim Moniz, local da concentração. Um olhar atento aos panos e bandeiras e alguma atenção a sotaques e conversas eram suficientes para revelar que os manifestantes vinham de todos os cantos do País e trabalhavam nos mais variados sectores da Função Pública: educação, saúde, administração central e local, estabelecimentos fabris das forças armadas, institutos diversos.

Destes últimos vieram muitos, na sua maioria jovens, protestar contra a extinção de institutos que, no seu entender, perseguem fins de interesse para o Estado. O IIE – Instituto para a Inovação na Educação – foi um dos exemplos presentes, com um dos seus funcionários a questionar num cartaz: «Nós apoiamos a inovação na educação. Quem mais o faz?»

Antes do início da marcha, num comércio improvisado, o dirigente sindical Paulo Trindade, da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública – promotora da manifestação –, considerou a iniciativa como «uma primeira e

muito grande resposta à política de verdadeiro terrorismo social desencadeada pelo governo PSD/CDS-PP». Em seguida, exortou os trabalhadores a continuar a luta e a fazer de cada posto de trabalho «uma trincheira de combate» contra as medidas deste Governo, considerado pelo sindicalista como um «conselho de administração do grande capital».

Ao mesmo tempo que se apelava aos manifestantes para que se organizassem segundo a ordem pré-estabelecida, por sindicatos e federações – tarefa que se

apresentava difícil, pois a ansiedade era mais que muita e o espaço para –, começavam a ouvir-se as primeiras palavras de ordem e as canções de protesto. Concluída a «arrumação», iniciava-se a caminhada.

«Rua, rua!»

Após buzinações de apoio e saudações de muitos que vieram à janela dos seus locais de trabalho

solidarizar-se com os manifestantes, os primeiros trabalhadores começaram a concentrar-se em frente ao Ministério das Finanças, onde já se encontrava estacionado o palco móvel da Intersindical.

Quando parecia já difícil concentrar-se muito mais gente no local, uma sindicalista sobe ao palco para informar que o fim da manifestação apenas nesse momento entrara na Rua do Ouro, pois eram mais de 15 mil os trabalhadores

que se manifestavam. A reacção foi apoteótica.

Depois de lida e aprovada uma moção – entregue na recepção do Ministério, pois ninguém recebeu os representantes dos trabalhadores –, foi chamado ao palco o secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva. O dirigente da Intersindical deixou claro que tanto a central como os trabalhadores do sector privado «estão convosco na vossa luta» e que «as vossas causas são as causas de todos os trabalhadores». O secretário-geral da CGTP considerou ainda que quando o Governo «ameaça os trabalhadores da administração pública com milhares e milhares de despedimentos cria ao patronato português um exemplo para que possa atacar o direito ao trabalho». A finalizar, deixou o repto aos presentes para que, com a sua participação na manifestação nacional do próximo dia 20, digam não à política do Governo.

«Rua, rua» ou «Disponíveis, só para lutar» foram algumas das palavras de ordem mais vezes repetidas, a deixar a promessa de que não ficou por aqui o protesto dos trabalhadores da administração pública. Dia 20 há mais.

Razões de sobra

Por unanimidade e aclamação. Foi desta forma que os mais de 15 mil trabalhadores da função pública que se juntaram à manifestação do passado dia 7 aprovaram a moção que foi entregue no Ministério das Finanças. Nessa moção, os trabalhadores consideram que o Governo dramatizou uma pretensa crise, de forma a justificar «um conjunto de medidas profundamente gravosas que reflectem a tendência para fazer incidir sobre os mais fracos uma política que não visa soluções efectivas para os problemas do País, limitando-se tão-só a satisfazer os apetites do patronato e do grande capital». Coerentemente, a moção aprovada pelos trabalhadores defende o aproveitamento dos recursos no sentido do investimento na melhoria dos serviços públicos «e não ao serviço dos interesses mercantilistas dos grupos económicos e dos detentores do poder político apostados na socialização dos custos e na privatização dos lucros». Os trabalhadores reafirmaram ainda a sua exigência de que o Estado mantenha a sua função prestadora de serviços e não seja apenas «financiador e regulador dos operadores privados».

Das medidas avançadas pelo Governo, a moção destaca a criação de quadros de supranumerários, ou disponíveis

que pode provocar a «perda ou alteração de funções e de parte ou até da totalidade do vencimento» –, e o despedimento dos trabalhadores que prestem serviço em regime de contrato a termo certo, contrato individual de trabalho ou contrato administrativo de provimento. Esta última, a ser aplicada, custará o posto de trabalho a mais de 50 mil funcionários.

Para além das consequências sociais destas medidas, elas são igualmente lesivas do «normal e eficaz funcionamento dos serviços públicos». Ana Luísa concorda. Aos 25 anos, presta serviço em regime de contrato administrativo de provimento numa escola de Almodôvar há três. Como ela, na sua escola, há mais quatro, num total de 22 auxiliares de acção educativa. «É pouco, pois temos muitos sectores: dois blocos de aulas, 44 salas... Se nós sairmos não sei como vai ser.»

«Eles esquecem-se que os hospitais e centros de saúde não funcionam só com médicos e enfermeiros», lembra outra manifestante, de 38 anos, que trabalha na secção de pessoal de um centro de saúde. Com contrato até ao fim do ano, não vai esperar de braços cruzados pelo último dia de trabalho.

Sindicato da Construção do Norte propõe medidas para acabar com os acidentes de trabalho no sector

Punir os patrões responsáveis pelas mortes

Depois de mais uma morte numa obra de construção civil, o Sindicato da Construção do Norte revelou as propostas feitas ao Governo para resolver o flagelo.

Suspender por dois anos a actividade de empresas que tenham nos seus estaleiros trabalhadores precários e por cinco caso se verifiquem acidentes mortais por homicídio voluntário foram algumas das propostas apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu na reunião tida com o secretário de Estado do Trabalho, nos finais do mês passado.

As propostas do sindicato ganharam nova actualidade com a ocorrência de mais um acidente mortal, no passado dia 3, que teria sido evitado «se houvesse respeito por quem trabalha e pelas normas de segurança». O trabalho precário e clandestino é responsável por mais de 80 por cento

«Os operários devem ser dos quadros da empresa», afirma o sindicato

dos acidentes na construção, sendo igualmente fonte de receitas de redes mafiosas, nacionais e estrangeiras.

Para além destas medidas, o sindicato exige também que as empresas que ganham os concursos tenham de ter operários do seu quadro para a realização da empreitada e que nenhum trabalhador do sector trabalhe sem carteira profissional do sindicato, que garanta o exercício da actividade com qualidade e segurança. O reforço do número de inspectores em mais 100 efectivos seria outra das medidas que, levadas à prática, fariam com que Portugal deixasse de ser «campeão europeu de acidentes mortais».

Caso o Governo não cumpra



O recurso a trabalho precário e clandestino é um dos responsáveis pelo elevado número de mortes no sector

a promessa de fazer esforços reais no sentido de combater este grave flagelo, o sindicato convocará uma greve geral no sector «para exigir o fim do trabalho precário e pôr fim a tantas mortes na construção».

«Primeiro a vida, depois o futebol»

O Sindicato da Construção do Norte e Viseu está a distribuir um documento aos trabalhadores das obras

do novo Estádio das Antas, intitulado «Primeiro a vida, depois o futebol», que visa a sensibilização para as questões da segurança no local de trabalho. O sindicato chama a atenção para

as pressões que os trabalhadores poderão sofrer, no sentido de trabalharem muitas horas, em prejuízo da qualidade e segurança. Apela ainda aos trabalhadores da obra para que digam «não», caso sejam mandados trabalhar para locais onde não estejam garantidas as normas de segurança.

O Sindicato da Construção do Norte e Viseu lembra ainda que mais de duas horas de trabalho extra por dia é ilegal, tal como trabalhar por turnos sem autorização das autoridades. O trabalho aos sábados e domingos não é obrigatório e deve ser remunerado de forma suplementar. Obrigatório, afirma, «é que os trabalhadores que vão construir esta bonita obra ganhem, nas oito horas, 750 euros e não os salários de 450 euros, porque se há milhões de euros para construir este e outros estádios, os trabalhadores têm que ser beneficiados».

Contra a segmentação e a privatização Greve nas OGMA

Os trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) estiveram em greve no passado dia 6, entre as 14 e as 24 horas, com concentração junto do Ministério da Defesa. Os trabalhadores contestam as alterações ocorridas na estrutura e órgãos de gestão da empresa, cujas consequências, afirmam, «se fazem sentir quase exclusivamente sobre os direitos sociais dos trabalhadores».

Pela primeira vez, nos 84 anos da empresa, os salários foram pagos com atraso, o que indicia estar em preparação a «segmentação ou a privatização da empresa». Além dos salários em atraso, são muitos os contratos a termo certo que não são renovados, «afectando jovens no primeiro emprego e cuja expectativa desde sempre dada pela empresa era a da sua continuação no posto de trabalho», afirmam os sindicatos promotores da greve, o Sindicato dos Trabalhadores da

Aviação e Aeronáutica (SITAVA) e o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (STEFFA's).

Também os trabalhadores efectivos da empresa, alguns com muitos anos de serviço, estão a ser reduzidos.

Para além das consequências óbvias para os trabalhadores, os sindicatos consideram que a segmentação ou privatização da empresa prejudica o comércio e os serviços do concelho de Vila Franca de Xira – pois é a maior empresa do concelho –, bem como o próprio País.

Solidariedade isolada

Ao tomar conhecimento da greve dos trabalhadores das OGMA, o grupo da CDU na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira prontamente se solidarizou com esta luta, apresentando uma moção na reunião do passado dia 6. O documento destaca-

va a importância da empresa no concelho e a necessidade de procurar saídas para viabilizar a empresa e defender os cerca de 2100 postos de trabalho.

Para a aprovação desta moção, a CDU «contava com o total apoio das forças políticas representadas na Assembleia Municipal». Infelizmente, considera a bancada da coligação, «assim não aconteceu, porque esta moção foi rejeitada» com os votos contra do PS e a abstenção do PSD.

A CDU enviou aos trabalhadores das OGMA uma cópia da proposta de moção, acompanhada da informação sobre o sentido de voto dos diversos partidos. A CDU manifesta-se surpresa com a posição do PS, já que «estão em causa milhares de postos de trabalho, e não perceber isto é não ter em conta os graves problemas que vão atingir os trabalhadores das OGMA e as suas famílias».

Cheques sem cobertura na Rádio Capital

Parte dos trabalhadores da Rádio Capital não recebeu os salários relativos ao mês de Maio, afirmam, em comunicado conjunto, o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual. Esta situação já foi objecto de duas intervenções da Inspeção-Geral do Trabalho e é, segundo as duas estruturas sindicais, «completamente injustificável e inaceitável, na medida em que a empresa a poderia ter evitado».

Confrontados com a falta dos vencimentos na manhã do dia 31, os trabalhadores obtiveram, inicialmente, a informação de que nada se sabia sobre os ordenados. Num segundo momento, «foram disponibilizados pagamentos apenas às situações «mais urgentes», em função da alegada insuficiência de disponibilidades bancárias na empresa», afirmam o SJ e o STT.

Após o fim-de-semana, na segunda-feira dia 3, os salários foram finalmente recebi-

dos, em cheque. Mas apenas os sete trabalhadores que se dirigiram ao banco da parte da manhã conseguiram proceder ao seu levantamento, já que os restantes, que o procuraram fazer da parte da tarde, foram confrontados com a falta de provisão para boa cobrança dos respectivos cheques.

Dos trabalhadores que depositaram os respectivos cheques, um chegou mesmo a receber do seu banco a informação de que a operação bancária não fora aceite, igualmente por falta de provisão.

Os sindicatos repudiam a atitude da empresa, traduzida no atraso «injustificado e prepotente» da liquidação dos salários e no recurso a cheques sem provisão, comportamento passível de processo criminal. Para além dos salários, também os subsídios de férias a trabalhadores que iniciaram ou estão em vias de encetar o gozo das mesmas não foram pagos.

Fábrica parada no distrito de Coimbra

Uma história que se repete

Sessenta e cinco trabalhadores de uma fábrica de calçado em Miranda do Corvo, no distrito de Coimbra, encontram-se em risco de perder o emprego, após o gestor ter desaparecido, denunciou o sindicato do sector.

Em meados de Maio, o gerente pediu aos operários que continuassem a trabalhar – embora sem terem, à data, recebido os salários de Abril – pois as encomendas eram muitas. No princípio deste mês, o gerente «informou os trabalhadores que tinha sido demitido pela

administração do grupo e que já nada podia fazer», denuncia o comunicado, emitido no fim-de-semana, do Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra.

O trabalho foi, entretanto, suspenso, mas os trabalhadores deslocam-se à empresa todos os dias, com o objectivo de impedir a retirada de matéria-prima e equipamentos, de forma a garantir o pagamento dos salários e direitos ou, mesmo, uma solução de emprego.

As encomendas em que trabalharam sem receber, no mês de Maio, destinadas a uma empresa do mesmo grupo, sediada em França, encontram-se retidas no armazém. O sindicato lembra que a situação da empresa é boa, apenas estando endividada a trabalhadores e fornecedores. Instalações, equipamentos e matéria-prima são propriedade da empresa, confirma o sindicato, que recorda que esta empresa beneficiou de apoios públicos para se instalar no concelho.

Greve na Siemens

Contra despedimento colectivo

Os trabalhadores da fábrica de transformadores da Siemens, no Sabugo, concelho de Sintra, paralisaram o trabalho no passado dia 4, entre as 10 e as 12 horas, para exigir a anulação do processo de despedimento colectivo de 47 trabalhadores da empresa.

Os trabalhadores, que se

mantiveram concentrados junto aos portões da fábrica – que emprega 250 pessoas – afirmam não corresponder à realidade as razões invocadas pela administração para avançar para o despedimento, nomeadamente a diminuição do mercado e a redução de preços do produto.

O Organismo de empresas do PCP solidarizou-se com esta acção e acusa a política da administração da Siemens de ser a continuação da seguida pelo Governo, uma política de concentração da riqueza e de penalização sempre dos mesmos, os trabalhadores, que são quem produz a riqueza.

AVINTES

O dito por não dito

A Direcção do Futebol Clube de Avintes deu o dito por não dito ao manifestar repúdio por alegadas «posições irresponsáveis e falsas» que o deputado, do PCP, Honório Novo teria tomado quando recentemente, acompanhado de uma delegação da CDU e de vários jornalistas, visitou as instalações daquele clube.

De facto, o deputado comunista diz-se estupefacto com os termos «despropositados e até insultuosos» usados pela direcção do FCA, num anúncio pago no JN e no Público, que, afinal, vieram negar as preocupações e queixas que então aquela direcção expressou e todos ouviram, e que permitiram a Honório Novo retirar algumas ilações políticas que punham em causa a acção da Câmara e da Junta de Freguesia e o próprio alheamento do poder central. Aliás, solidário com essas preocupações, o deputado comprometeu-se, inclusive, a propor no âmbito do PIDDAC a inclusão de uma verba para concluir em 2003, pelo menos, a bancada poente do estádio. Face a esta mudança, Honório Novo admite que para ela tenha contribuído o anúncio de uma cerimónia com a presença do actual presidente da Câmara, igualmente publicitada no referido comunicado.

COIMBRA

Despesa ou investimento?

Vendo os gastos nas áreas da ciência, cultura e ensino como «despesas» e nunca como investimentos, o Governo extinguiu o Instituto de História da Ciência e da Técnica/Museu Nacional da Ciência e da Técnica, criado pelo professor doutor Mário Silva, «figura maior da Ciência, em Portugal, e exemplo de coragem e dignidade cívica».

A denúncia é feita pela Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP que, lamentando mais esta atitude do Governo, lembra o relevante trabalho, ao nível da formação técnica e da investigação, desenvolvido nos últimos anos por aquela instituição que é, ainda, «uma entidade empregadora, cujos projectos geraram legítimas expectativas àqueles que nela trabalham e nela empenharam o seu futuro profissional, que assim é, de uma forma leviana e irresponsável, posto em causa». O Grupo Parlamentar do PCP, dirigiu já um requerimento ao Governo, questionando-o sobre a decisão tomada.

LISBOA

Saúde – um «negócio»

O anúncio pelo Governo da construção de novos hospitais num sistema de concepção/construção/exploração por grupos privados, revela «com clareza» que, para a direita, a Saúde é «uma área de negócio», geradora de «chorudos lucros», acrescentando a isto o facto de os terrenos para os novos hospitais terem sido cedidos pelos municípios e, logo, não deverem ser apropriados pelo capital privado.

A acusação é feita pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP que, opondo-se a estas medidas, diz que tudo fará para que «os cidadãos se mobilizem» em defesa dos seus direitos e pela construção daquelas unidades hospitalares mas geridas pelo Estado. Em nota à comunicação social, e relativamente à educação, a DORL considera, também, lesivas dos interesses de estudantes, professores e pessoal auxiliar a supressão de apoios sociais, o encerramento de algumas escolas e o fim do ensino nocturno noutras.

MONTEMOR-O-NOVO

Quem paga é quem trabalha

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP considera que a política do actual Governo representa um «violento ataque ao bolso de quem trabalha». Entre as medidas que destaca como negativas, o PCP refere o despedimento de milhares de trabalhadores da Função Pública, que no concelho atinge mais de meia centena, o encerramento de dezenas de empresas, que lançam no desemprego e na miséria milhares de trabalhadores, a destruição do aparelho produtivo do País.

Particularmente os reformados de Montemor-o-Novo, cerca de um terço da população do concelho, questionam «onde estão as promessas eleitorais» de acabar com as «reformas de vergonha», ou de pôr fim às filas de espera, na Saúde?

Por fim, o PCP solidariza-se com as acções de luta dos trabalhadores, afirmando que «a unidade e a luta são o caminho certo e justo para travar a ofensiva do Governo».

Comissão Política do PCP acusa Governo

Trabalhadores pagam a crise

O «chamado Programa para a Produtividade e o Crescimento», há dias tornado público pelo ministro da Economia, visa «fazer crescer a produtividade» do sector financeiro e «engrossar os lucros» dos grandes grupos económicos, disse Jerónimo de Sousa, na quinta-feira passada.

Na conferência de imprensa em que deu nota da avaliação feita pela Comissão Política ao documento do Governo, o dirigente comunista considera-o mesmo uma «reincidência velho-neoliberal em medidas

sector financeiro (a banca passa a fazer a análise e triagem das candidaturas) e pelas grandes empresas (criação de uma agência – a Agência Portuguesa de Investimentos – para tratar os grandes clien-

vo de «fustigar» o PS, «não para corrigir a política errada» que ele praticou no Governo mas, sim, «para a prosseguir», acelerando e agravando as dificuldades existentes.

A luta como resposta

De facto, num quadro em que assiste à desactivação do aparelho produtivo e da pro-

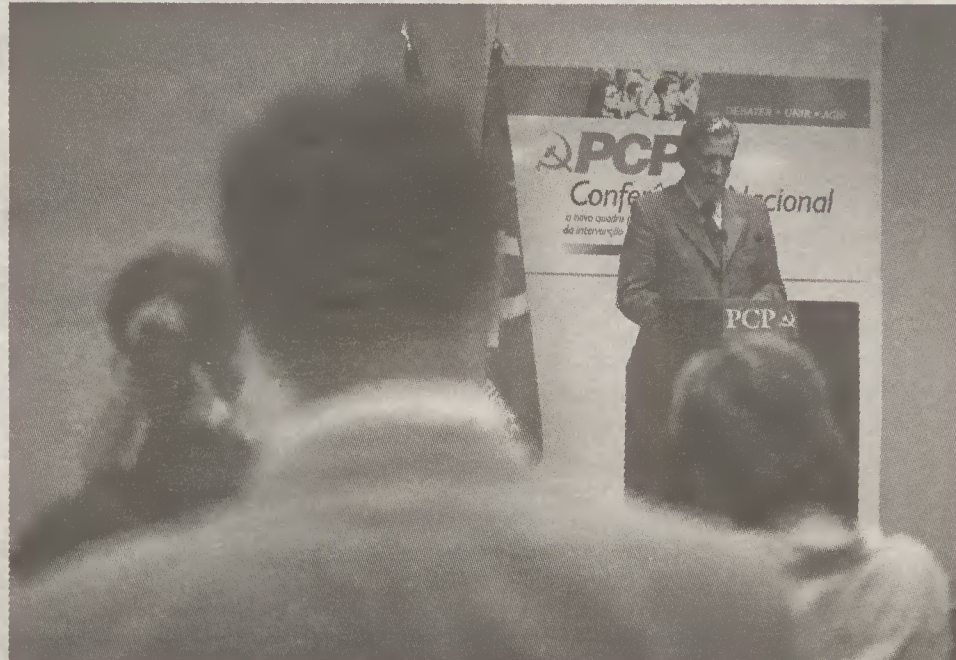
em responder ao caderno de encargos exigido pelos grandes interesses económicos e financeiros do que à exigência nacional do desenvolvimento harmonioso da nossa economia».

O Governo está a dramatizar a crise em torno do défice público

Também, ao pretender despedir milhares de trabalhadores e colocar na situação de licença sem vencimento outros milhares, desperdiçando e frustrando as expectativas milhares de jovens com formação de aceder à Administração Pública, o Governo está a «branquear a responsabilidade» das políticas seguidas no sector há mais de duas décadas e a procurar «facilitar a linha privatizadora» dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Entretanto, o facto de num curto espaço de tempo milhares de trabalhadores e pescadores terem encetado processos de luta contra as ameaças que pairam sobre os seus postos de trabalho e os seus direitos, bem como a acção nacional de luta convocada pela CGTP para o dia 20 de Junho, «são manifestações inequívocas para travar esta ofensiva do Executivo da direita».

Pelo seu lado, o PCP, no quadro da sua intervenção política e institucional, «não regateará esforços» para «tomar a iniciativa, apresentar proposta e demonstrar que o Governo opta pelo caminho mais injusto e incapaz de resolver os problemas estruturantes da nossa economia».



Jerónimo de Sousa analisou a política económica e social do Governo

e instrumentos económicos para tentar contrabalançar os efeitos recessivos da política do Pacto de Estabilidade» apesar de já terem provado à sociedade «a sua inoperância e ineficiência na resposta aos principais problemas e estrangulamentos da economia portuguesa». É, aliás, «sintomático» o aplauso das associações do grande patronato. Como «são claras» as intenções de «fazer recair sobre os trabalhadores e os micro, pequenos e médios empresários os custos das dificuldades económicas a que a política dos governos do PSD e do PS conduziriam o País».

São particularmente denunciadores dos objectivos do Governo «a extensa lista de privatizações e desregulamentações» e a «maior concentração e absorção das ajudas comunitárias do POE pelo

tes, nacionais e estrangeiros, das ajudas comunitárias, e congelamento no imediato do sistema de apoio às pequenas empresas, SIPIE».

Para a Comissão Política do PCP, é urgente denunciar a dramatização da crise feita pelo PSD e PP em torno do défice público, com o objectivo

de «fustigar» o PS, «não para corrigir a política errada» que ele praticou no Governo mas, sim, «para a prosseguir», acelerando e agravando as dificuldades existentes.

Política de classe

A «concepção e a natureza» da política do Governo ficam, porém, «mais a nu», diz a Comissão Política do PCP, quando neste pacote se inclui o anúncio da revisão da legislação de trabalho com o sofisma da «sua adaptação às novas realidades socioeconómicas».

Também «ao eliminar da Reforma Fiscal a tributação das mais-valias alcançadas na Bolsa e aumentar o IVA» e ao «votar contra a proposta do PCP para um «aumento intercalar de salários e das reformas e pensões mais degradadas», ou quando define como prioridade legislativa no plano social e laboral «a mutilação do sistema

público universal e solidário da Segurança Social e dos direitos dos trabalhadores», o Governo mostra «a sua clara opção de fazer pagar à maioria do povo português a factura mais dolorosa», deixando «intocáveis a até mais elevados» o lucro e os privilégios do poder económico e financeiro. De facto, lembra o PCP, «quem reivindicava uma nova Lei de Bases da Segurança Social eram as grandes seguradoras» e «quem está na vanguarda da reivindicação da alteração do contrato individual de trabalho, particularmente da gestão e organização dos horários de trabalho, são as multinacionais».

Alentejo

Por um PCP mais forte

A Direcção Regional do Alentejo do PCP, reunida para analisar a situação política e social, constatou com preocupação a existência de atrasos na preparação da 2.ª edição dos Jogos do Alentejo, que podem comprometer a sua concretização.

No que respeita à fase preparatória da Conferência Nacional, a DRA avaliou positivamente a forma aberta e leal como o debate tem decorrido, assim como o facto de se estar a discutir as dificuldades e deficiências que existem na organização e

intervenção do Partido e que constituem um factor «da perda da sua influência política e eleitoral». Apesar de há muito tempo detectadas, diz a DRA, a sua discussão assume a maior importância para o presente e o futuro do PCP na região.

A DRA condenou o chamado «Jantar da Amizade» promovido em Beja por alguns militantes, à margem da organização do Partido, considerando «ofensivo» e «sem sentido» o abaixo-assinado (com 17 assinaturas) de solidariedade com os

seus dois promotores, até porque «não foi aplicada qualquer sanção a nenhum dos conhecidos promotores, apesar dos seus comportamentos o justificarem plenamente».

«Muito negativo e igualmente criticável» é o facto de alguns quadros com elevados de confiança partidária, em vez de terem aproveitado o Encontro Regional de Quadros, realizado a 5 de Maio, para livremente exporem as suas opiniões e críticas, «terem optado af pelo silêncio, simples ausência ou dis-

curso bem diferentes» daqueles que, 15 dias depois, proferiram num jantar onde sabiam não estar quem lhes contrapusesse argumentos diferentes.

Os trabalhadores, o povo e o País precisam mais do que nunca de um PCP «mais forte, mais unido e coeso», diz a DRA, exortando os militantes a inserirem-se no debate em curso, já que no PCP «não há militantes de primeira e de segunda categoria» e nenhum membro do Partido «está acima da disciplina partidária».

PCP apresenta contas de 2001

Cumprindo a Legislação aplicável e o Plano Oficial de Contabilidade, com a necessária adequação à especificidade partidária, o PCP apresentou as contas de 2001, no passado dia 31 de Maio, ao Tribunal Constitucional.

As contas integram os resultados do ano, o inventário anual do património do Partido quanto a bens móveis e imóveis, a lista discriminada do património imobiliário de sua propriedade, a lista discriminativa das receitas decorrentes do produto da actividade de angariação de Fundos e o parecer da sua Comissão Central de Controlo.

Mantendo o critério desde sempre adoptado, as contas apresentadas são consolidadas e globais, representativas do conjunto das organizações do Partido e não apenas da sua estrutura central, apesar de as alterações legislativas permitirem o contrário.

As contas apresentadas confirmam que o financiamento do PCP assenta fundamentalmente na obtenção de receitas próprias, que são 92,88% constituindo as subvenções do Estado somente 7,12%

As contas agora apresentadas revelam uma receita de Esc.: 2 148 121 517\$20 e uma despesa de Esc.: 2 152 846 882\$00, com um saldo negativo de Esc.: 4 725 364 \$80.

As principais rubricas, quanto às receitas próprias apresentam o seguinte peso relativo nas receitas globais.

- Iniciativas especiais de angariação de Fundos 31,10%
- Contribuição de representantes eleitos do PCP 19,10%
- Quotizações e contribuições de membros do PCP 19,45%
- Outras receitas (propriedade intelectual, financeira e extraordinárias) 21,70%

No que respeita às despesas, o peso relativo de cada uma delas apresenta o seguinte resultado:

- Custos com pessoal 44,81%
- Fornecimentos de serviços externos 30,92%
- Impostos 0,51%
- Amortizações 2,30%
- Custos com iniciativas especiais de angariação de Fundos 11,63%
- Outras despesas 9,83%

Os resultados globais obtidos no ano em apreço mostram que, apesar do esforço realizado pelas organizações e militantes do Partido como demonstra o facto de globalmente as receitas correntes terem crescido 20,10% e da continuada realização de uma criteriosa gestão efectuada na administração do património do Partido, não se conseguiu o equilíbrio entre receitas e despesas.

A Comissão Administrativa e Financeira do Partido Comunista Português

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS Apuramento de resultados líquidos do exercício 31 de Dezembro de 2001

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e contribuição de filiados do PCP	417 612 229.1	19,45
Contribuições de representantes eleitos do PCP	410 281 732.5	19,10%
Receitas de iniciativas especiais de angariação de Fundos	667 907 933.1	31,10%
Subvenções do Estado	153 149 740.0	7,12%
Produto de actividade de angariação de Fundos	33 048 697.0	1,53%
Proveitos de propriedade intelectual	5 840 832.1	0,27%
Proveitos e Ganhos financeiros	87 506 117.2	4,07%
Proveitos e ganhos extraordinários	372 774 236.0	17,36%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	2 148 121 517.2	100,00%
CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e serviços externos	665 731 715.3	30,92
Custos com iniciativas especiais de angariação de Fundos	250 113 593.3	11,63%
Impostos	10 991 887.0	0,51%
Custos com pessoal	964 725 455.5	44,81%
Outros custos operacionais	109 163 458.1	5,07%
Amortizações exercício	49 524 171.5	2,30%
Custos e perdas financeiras	3 951 009.8	0,18%
Custos e perdas extraordinárias	98 645 591.8	4,58%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	2 152 846 882.0	100,00%
Total de proveitos e ganhos	2 148 121 517.2	
Total de custos e perdas	2 152 846 882.0	
RESULTADOS LÍQUIDOS	- 4 725 364.8	

Oliveira do Bairro Manter cuidados de saúde

A deputada, do PCP, Odete Santos, acompanhada de membros da DORAV e da Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP e do deputado municipal, da CDU, Fernando Peixinho, visitou, no dia 3, o Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, para se inteirar do seu funcionamento e carências.

No decurso da visita, o director do Centro defendeu como «necessidade premente» a construção de um novo edifício, para o qual, aliás, já existem inscritos no PIDDAC cerca de um milhão e duzentos mil euros.

Quanto à eventual retirada do internamento, como parece ser intenção do Governo, dizem os responsáveis do Centro que ela significaria um «grave retrocesso nos cuidados de saúde prestados à população». Até por que não existem razões válidas para que o novo Centro de Saúde não continue a ter essa capacidade, visto já existir o quadro de pessoal, a Câmara dar o terreno e, ainda, comprometer-se a construir a parte do futuro edifício destinada ao internamento.

Odete Santos comprometeu-se a inquirir o Governo sobre os problemas colocados.

Acessibilidades

Também o problema das acessibilidades no distrito de Aveiro esteve recentemente em discussão, numa reunião com a Comissão de Melhoramentos de Oiã, em que participou o deputado comunista Bruno Dias e alguns membros da DORAV do PCP, que ouviram as preocupações das populações relativamente ao crescente aumento do trânsito numa via com acessos de elevado perigo e que, tendo há décadas praticamente o mesmo traçado, é a principal ligação à capital do distrito e à auto-estrada do norte.

Na ocasião, foram também focada a situação que diz respeito ao destino dos terrenos adjacentes à estação dos Caminhos-de-Ferro de Oiã, oferecidos em tempos pela população da freguesia aos Caminhos-de-Ferro e à passagem desnívelada que dá acesso da EN 235 à freguesia de Mogofores que, por falta de entendimento entre a REFER e a ex-JAE, não pode ser utilizada, obrigando a população a riscos vários. Também este deputado do PCP se comprometeu a questionar o Governo acerca dos assuntos abordados.



5.ª Assembleia de Portel Pelo direito à habitação

Com a participação de José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se, no passado dia 1 de Junho, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Portel, que debateu a situação política e social, a renovação e o reforço do Partido no concelho. No decurso dos trabalhos, que constituíram também um contributo para a preparação da Conferência Nacional de 22 de Junho, a Assembleia traçou as orientações para a intervenção do Partido e elegeu a nova Comissão Concelhia.

A 5.ª Assembleia considerou «indispensável» que o PCP «se mantenha fiel à sua natureza de classe, forte, influente e interventivo» e condenou qualquer tipo de actividade fraccionária.

No que respeita à política do Governo, os comunistas de Portel condenaram com veemência a decisão de acabar com o crédito bonificado, para aquisição de casa própria, uma vez que particularmente os jovens, através desta medida, vêem «eternamente adiados» o seu futuro e a sua autonomia. De facto, lembra a 5.ª Assembleia, a precariedade dos vínculos de trabalho e os baixos salários não deixam aos jovens outra alternativa que não seja o recurso ao crédito bonificado para aquisição de casa própria. Assim, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Portel do PCP exige a revogação da extinção do crédito bonificado, já que ao Estado cabe a obrigação constitucional de garantir o acesso de todos a uma habitação própria e condigna.

Lagos Reúne plenário concelhio

Com a participação de Rui Fernandes, membro do Secretariado do Comité Central, reuniu, no sábado, a assembleia plenária da organização concelhia de Lagos do PCP, para discutir o Projecto de Resolução para a Conferência Nacional e eleger o respectivo delegado.

De acordo com os traços essenciais do projecto de Resolução, a assembleia criticou, entretanto, a actuação de alguns militantes, «antiestatutária e lesiva da imagem e prestígio do Partido». As preocupações dos comunistas de Lagos é «o reforço orgânico», com vista à realização da assembleia de organização concelhia e o recrutamento de jovens militantes.

Depois de a Assembleia ter eleito - por unanimidade - o seu delegado, interveio Rui Fernan-

des, que denunciou a política do Governo e defendeu, relativamente ao Partido, «mais audácia e empenho na adopção de medidas» que estreitem a sua ligação aos trabalhadores. «É certo que Lagos hoje não é o concelho das conserveiras e do mármore», disse, «mas aquilo que se impõe é, estudando a realidade social existente, agir

e influir sobre ela». A terminar, Rui Fernandes lembrou que «os princípios que enformam este Partido são cimento que une visões distintas, experiências diferentes, sensibilidades e vivências diversas». Impõe-se, porém, «o cumprimento de um princípio básico, o do respeito pelas decisões colectivamente assumidas».

▼ CAMARADA FALECIDO

José Fernando dos Santos Nunes

Faleceu, no dia 25 de Maio, após doença prolongada, o camarada José Fernando dos Santos Nunes, de 65 anos, natural de Lisboa. Reformado da Covina, era militante do PCP desde 1975. Estava organizado na freguesia de St.ª Iria de Azoia, onde era muito estimado.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Passeio no Tejo

Com o fim de angariar fundos para o restauro do CT de Alcochete, a Comissão Concelhia do PCP organizou um almoço a bordo da fragata municipal Altejo, que reuniu 50 pessoas, a lotação da embarcação. No dia 29, realiza-se outro semelhante.



VIZELA Uma organização viva

A Organização concelhia de Vizela do PCP «está viva e tende a crescer», concluiu a Assembleia Plenária de militantes realizada, no passado dia 2 de Junho, para discutir o Projecto de Resolução Política e eleger os delegados à Conferência Nacional de 22 de Junho. A assembleia, que «decorreu com muita cordialidade, lealdade e solidariedade», debateu fundamentalmente os aspectos da Resolução referentes ao novo quadro político», à influência eleitoral do PCP e à dinamização e reforço da iniciativa e intervenção partidárias, tendo proposto algumas alterações e reformulações resultantes «do debate e da ponderação de críticas e sugestões» feitas por alguns dos camaradas.

A nova governação de direita, a política da direcção do PS e aspectos da vida interna do Partido, como a actuação de alguns membros do Partido «à margem dos Estatutos», ou, por outro lado, a actuação «lenta e rotineira» dos organismos executivos do PCP, foram questões sobre as quais a Assembleia se debruçou.

AMARES Esclarecer a população

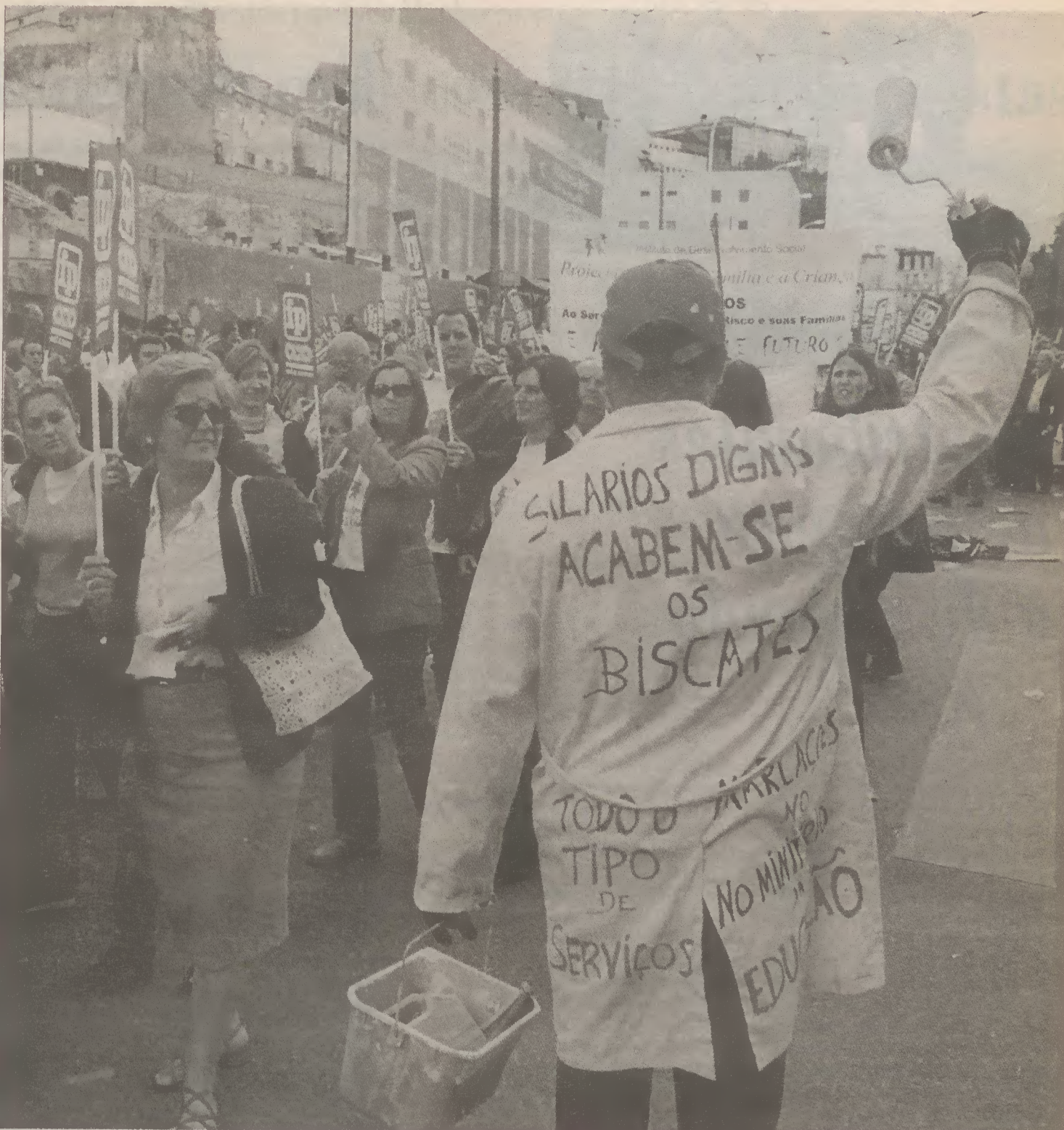
Por sua vez, a Comissão Concelhia de Amares do PCP, após analisar a situação política local e nacional, mostrou-se apreensiva com o crescimento do número de urbanizações sem infra-estruturas para o tratamento de águas residuais que alastram no concelho, designadamente em Carrzedo, Fiscal e Bico S. Vicente, e com o atraso nas obras da EN205, indispensáveis para pôr fim aos constantes acidentes que ali se dão. Na sua reunião, a Concelhia do PCP fez, ainda, o balanço à fase preparatória da Conferência Nacional de 22 de Junho e concluiu, relativamente à política governamental, pela necessidade de o Partido levar a efeito um esclarecimento eficaz junto dos trabalhadores e da população sobre as suas posições.

BAIÃO Carnaval político

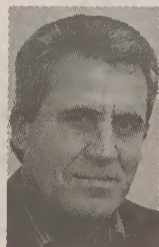
PS e PSD vêm trocando acusações mútuas a propósito da ligação de Baião à A4, num autêntico «carnaval político», já que a ambos cabem as responsabilidades, enquanto forças políticas que há décadas gerem o concelho, diz a Comissão Concelhia de Baião do PCP.

Segundo o PCP, a melhor «anedota» vem, porém, da parte do PS, que apresentou na Assembleia Municipal uma recomendação ao primeiro-ministro para que prossiga os investimentos em Baião, quando sabe muito bem que foi o PS que, na Assembleia da República, votou contra as propostas do PCP de inclusão no PIDDAC de 1999, 2000, 2001 e 2002, de verbas para a criação de infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento do concelho. Aliás, é habitual este comportamento do PS. Relativamente à criação da taxa de recolha do lixo, por exemplo, o PS, primeiro, votou contra, depois, admitiu taxas justas e, agora, «para não perder o comboio, volta a estar contra a referida taxa.

Quanto à política do Governo, a Concelhia do PCP manifesta-se, desde já, contra qualquer tentativa de extinção do serviço local da Segurança Social.



Legitimidades



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Vinham dali, de uma empresa de Sacavém, à procura da intervenção dos deputados para impedir o encerramento definitivo da empresa outrora estável com patrão compreensivo, tratados como colaboradores, até ao surgimento de um grupo económico que a descapitalizou e a colocou num beco sem saída.

Uns dias depois muitos milhares de trabalhadores da Administração Pública manifestaram-se nas ruas de Lisboa.

Foi diferente esta manifestação tanto no nível da participação como no plano da composição. Se eram muitos os operários com vínculo de emprego público eram mais os jovens e os jovens com vínculo precário que tiveram formação e justificadas expectativas e esperanças em entrar para o quadro da Administra-

Os trabalhadores daquela empresa de Sacavém, tal como de tantas outras em risco de falências ou deslocalizadas, aqueles jovens precários da Administração Pública, terão porventura aliado o seu voto nas legislativas à sua reivindicação e à sua luta de hoje?

Quando o Governo PSD-PP apresentar, e não tardará muito, uma nova Lei de Bases da Segurança Social para tentar eliminar o carácter universal público e solidário do sistema, mexer na lei do contrato individual do trabalho para desregrar os horários de trabalho, alterar a lei de contratação colectiva perante um PS comprometido com o que fez e queria fazer no Governo, centenas de milhar de trabalhadores sentirão porventura que o seu voto foi traído ou fará falta à força política que na Assembleia da República travará o combate com mais dificuldade no plano institucional?

E como terá reagido (se é que soube) aquele reformado ou pensionista que, achando o Paulo Portas o paladino dos velinhos e reformados, viu o PP no mês passado votar contra uma justa proposta do PCP

que visava aumentar as pensões e reformas mais baixas?

Responder com a luta

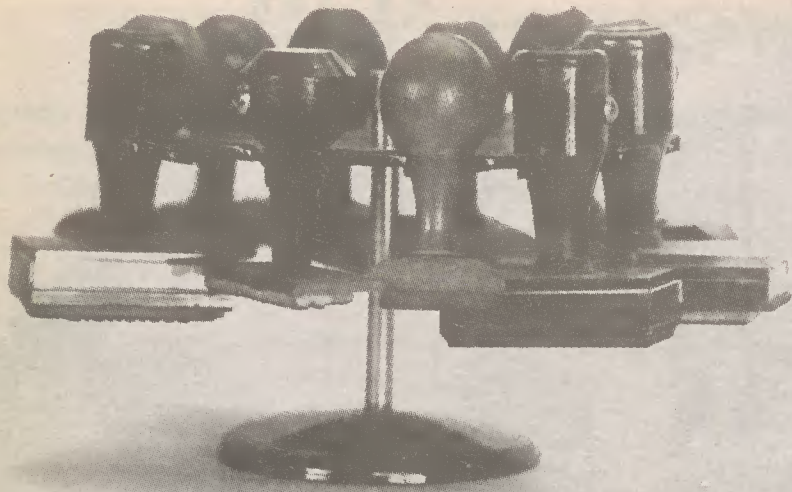
Serão perguntas simples com respostas complexas. Mas mais importante que este exercício é saber que, para além da legitimidade eleitoral do Governo, ressurgem, retoma-se e alarga-se o exercício de uma outra legitimidade: a participação e a luta daqueles que lesados por uma política social injusta e classista procuram defender interesses e direitos concretos. E por isso também a CGTP-IN com a sua legitimidade social, capacidade de mobilização e organização convocou para dia 20 de Junho uma acção nacional com o objectivo de trazer às ruas das cidades a afirmação do trabalho com direitos.

O Governo PSD-PP tem pressa, muita pressa, em concretizar o seu papel de cobrador nas facturas que o grande capital e as seguradoras reclamam à maioria do povo português, e em particular aos trabalhadores.

Mas têm o saber da experiência feito de que a dimensão da sua ofensiva será mais ou menos concretizada quanto menor ou maior for a dimensão da luta. Num tempo de grande confronto ideológico, e em que o capitalismo demonstra que lhe «está no sangue» nunca se conformar com qualquer parcela de domínio perdido no confronto secular com a classe que explora, a luta dos trabalhadores continua a ser um factor decisivo e incontornável.

//O Governo tem pressa em cobrar as facturas que o grande capital reclama//

ção Pública. Participavam pela primeira vez numa acção de massas, numa luta.



Contribuintes de primeira e de segunda

• Lino de Carvalho

A última semana parlamentar foi marcada pela polémica em torno da aceitação pelo Estado de um lote de acções da SAD Benfica, entregue pelo Sport Lisboa e Benfica (clube) como garantia da sua dívida fiscal (IRS e IVA, dos três últimos anos da presidência de Vale e Azevedo faltando ainda apurar a dívida de 1999 e 2000) e com o objectivo de suspender o processo de execução fiscal em curso enquanto correm os prazos para a apreciação da reclamação apresentada pelo Benfica contra o valor dos juros vencidos.

O caso em si mesmo poderia não suscitar nenhuma atenção especial. Seria o curso normal dos procedimentos previstos no Código do Processo Tributário. Mas as aparências nem sempre jogam com a realidade. E neste caso há fumo demasiado para não se desconfiar que por detrás haja muito fogo.

Desde logo porque ninguém esqueceu as célebres declarações do presidente do Benfica ao apelar na campanha eleitoral, institucionalmente, ao voto no PSD com o argumento de que se este vencesse as eleições o Benfica veria resolvidos os seus problemas fiscais. Muitos benfiquistas – e bem – protestaram contra o facto do presidente do seu clube estar a associar a história e o património prestigiados do Benfica a uma operação eleitoral. Mas o mal estava feito. E agora, quando nos deparamos com o desenlace do processo, não podemos deixar de nos interrogar e de exigir conhecer os compromissos assumidos na campanha por Durão Barroso.

Depois, porque é também conhecido que o advogado do Benfica no processo que começou a ser negociado com o anterior Governo é o actual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez. Demasiada coincidência?!

Em terceiro lugar, porque não há nenhum caso idêntico ao nível dos contenciosos fiscais que se têm desenrolado entre os clubes e a Administração Fiscal.

Em quarto lugar, porque o Governo e, em particular, o primeiro-ministro e a ministra das Finanças meteram os pés pelas mãos, começando por negar a existência de qualquer acordo, depois insinuando que teria sido o governo do PS, num momento seguinte – e num jogo de palavras – afirmando que não havia nenhum despacho da actual ministra sobre este processo, finalmente descobrindo-se que, afinal, Manuela Ferreira Leite, cinco dias depois de tomar posse – como se quisesse arrumar rapidamente o compromisso eleitoral do PSD enquanto ainda todos estavam distraídos com os resultados eleitorais e as pequenas histórias da formação do Governo e da aliança PSD/CDS –

proferiu um despacho de aprovação da proposta de aceitação e avaliação pela Administração Fiscal das acções oferecidas como penhor.

Conhecido o caso, de imediato outras interrogações se levantaram. Por que é que podendo e devendo o Estado exigir do contribuinte em falta, e ainda por cima com um longo processo de dívidas e compromissos não honrados perante o fisco, garantias mais idóneas – garantia bancária; caução ou, por exemplo, receitas dos jogos ou passes dos jogadores – aceita desde logo um património que menos sólido se apresenta, as acções? E assim sendo, qual o critério da avaliação? Não estando cotadas na bolsa, tendo a SAD Benfica um largo passivo, como se chegou aos 3,3 euros por acção? E se no final do processo não for dada razão ao Benfica e este não tiver condições para pagar? Como a Administração Central não pode ser accionista das SAD's a quem vende, e por que valor, o penhor que recebeu? Mas, entretanto, soube-se mais. É que o processo de execução fiscal há muito estava congelado, mesmo sem quaisquer garantias, defende-se agora Manuela Ferreira Leite. O que atira parte das responsabilidades para o Partido Socialista. Por outro lado, o anterior ministro do Desporto, José Lello, teria autorizado uma operação de engenharia financeira envolvendo 300 milhões de contos – ilegal à luz dos procedimentos orçamentais – para salvar o Boavista de uma outra situação de apuros. Tudo isto nos obriga a um esclarecimento sério sobre os tratamentos de favor que alguns contribuintes mais poderosos recebem da Administração Fiscal e dos governos. Grandes empresas, poderosos clubes de futebol, influentes personalidades. Por que razão é que havemos de aceitar, silenciosos, que a uma classe de portugueses tudo seja exigido: impostos em dia, congelamento de salários, ameaças de despedimento, aumentos dos encargos com o fisco, e a outra tudo seja permitido e, até, estimulado: fugas e fraudes aos impostos e às contribuições, ilegalidades, extremas ostentações exteriores de riqueza não explicadas? E, no caso em apreço, não se pode confundir o futebol e a adesão de cada um ao seu clube de preferência com o comportamento de muitos dos seus dirigentes e com os negócios de milhões que povoam este obscuro reino. Sob pena de nos deixarmos arrastar para o pântano da indiferença e da igualização com que os cidadãos vêem a política e os “políticos”. Não podemos aceitar que “todos sejam iguais” nem que haja contribuintes de primeira e de segunda.

Afirmar um Não a Bruxelas

Em defesa das pescas

O PCP reiterou a sua firme oposição à proposta de revisão da Política Comum de Pescas apresentada pela Comissão Europeia.

O seu conteúdo inviabiliza a actividade da frota pesqueira, lança no desemprego milhares de pescadores e penaliza Portugal, alertam os comunistas, que querem ver assegurada pelo Governo no quadro das negociações a «realidade

específica de cada país» e a manutenção de ajudas à «renovação e modernização da frota de pesca».

Esta posição da bancada comunista foi materializada em projecto de resolução recentemente entregue no Parlamento, onde é defendida, simultaneamente, a garantia da ocupação das 12 milhas do nosso mar territorial exclusivamente pela frota portuguesa. Isto porque, recor-

de-se, em resultado da integração plena de Portugal na Política Comum de Pescas, termina no final deste ano o dispositivo que nos conferia a possibilidade de impedir o acesso de outras frotas à zona económica das 12 milhas.

No diploma, cuja discussão em plenário ainda não está agendada, os deputados do PCP defendem ainda a necessidade de uma «gestão racional dos recursos pesqueiros», de acordo com a realidade específica de cada zona de pesca.

Não menos importante, no entender do PCP, é a necessidade de adoptar «uma estratégia nacional» que assente numa política

de investigação especialmente orientada para a preservação dos recursos, a desenvolver em paralelo com uma «política de renovação e modernização tecnológica da frota em vez de uma política de abates».

Este é um aspecto da maior relevância se atendermos a que, no âmbito da política de pescas acordada em Bruxelas, Portugal já abateu desde a sua adesão à União Europeia cerca de metade da frota pesqueira, ultrapassando inclusivamente os objectivos inicialmente definidos para o nosso país.

Qualquer novo abate ou qualquer supressão nos apoios financeiros à modernização da nossa frota, como agora propõe a Comissão Europeia, teriam, pois, como sublinha o PCP, «graves consequências sociais e económicas» para o «futuro do sector».



Portugal já abateu, desde a adesão à União Europeia, cerca de metade da sua frota pesqueira

«Caso Benfica»

Quase tudo por esclarecer

A constituição de uma comissão de inquérito parlamentar, sobre a qual Governo e partidos da oposição acabaram por expressar o seu acordo, parece ser por agora o caminho capaz de trazer alguma luz ao caso da aceitação pelo Estado de acções da SAD Benfica como garantia de dívidas fiscais em processo de execução.

A realização deste inquérito tornou-se praticamente inevitável face ao modo como decorreu na passada semana a audição da ministra das Finanças em sede de comissão parlamentar. Em sua defesa, tocando na questão que acabou por dominar o debate, Manuela Ferreira Leite afirmou que se tinha

limitado a avaliar o critério de avaliação das acções, já aceites como garantia da dívida pelo anterior governo. «Não é verdade que tenha havido aceitação da garantia», retorquiu por sua vez o PS.

Ficaram assim por esclarecer, entre outros, os aspectos relacionados com a génese e desenvolvimento do processo, bem como sobre as decisões efectivamente tomadas quer pelo anterior quer pelo actual Governo e pela administração fiscal. Como ficaram por clarificar as questões relativas à avaliação do valor dos bens entregues como garantia, nada tendo sido adiantado, por outro lado, quanto à existência ou não de outros casos similares.

Mas se pouco se avançou em termos de esclarecimento, há que dizer que tal ficou a dever-se ao Governo. É que, ao contrário da afirmação de disponibilidade de Durão Barroso e da sua promessa de entrega de todo o dossier às bancadas parlamentares, feita no debate há 15 dias, quando o assunto veio a público, a verdade é que nada foi recebido na Assembleia da República, por alegadas razões de sigilo fiscal. Mais: foi a própria Ferreira Leite, na reunião, contrariando o que antes dissera o primeiro-ministro, a afirmar que só em sede de inquérito parlamentar poderia prestar todos os esclarecimentos e facultar o dossier em causa.

Covilhã acolhe Jornadas Parlamentares do PCP

Responder aos problemas com acções e propostas

O sistema público de segurança social e a defesa dos direitos dos trabalhadores dominaram as Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas nos dias 7 e 8, na Covilhã.

Resulta sobretudo evidente, das conclusões aprovadas, quanto proveitosa e útil foi a opção por realizar estas Jornadas no interior do País, onde se fazem sentir com acuidade os problemas da interioridade e as assimetrias regionais. O que serviu aos deputados comunistas não apenas para aprofundar o seu conhecimento da realidade no distrito de Castelo Branco como para estabelecer a partir dela novas abordagens e propostas a incorporar na sua acção futura.

Como é o caso, visando a resolução de alguns dos problemas mais sentidos na região, da decisão tomada no sentido da apresentação de um projecto de resolução com vista à defesa e valorização do sector têxtil de lanifícios e confecções. Uma iniciativa aprovada em paralelo

com a intenção igualmente anunciada de chamar à Assembleia da República o ministro da Economia para debate sobre as perspectivas e políticas para o sector e em especial para a Beira Interior.

As matérias na área laboral e social continuam a ser uma prioridade na acção do PCP

Contando com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio na sessão inaugural (ver nesta página), passando em revista os aspectos centrais do momento político, as Jornadas prestaram ainda uma particular atenção à problemática do sistema público de segurança social. Relevante, neste capítulo, foi a decisão de apresentar três projectos de lei no Parlamento, com incidência em outros tantos planos relativos à segurança social: uma nova forma de financiamento; a correcção do subfinanciamento; e

o combate à evasão e fraude de contribuições.

A realização de uma audição parlamentar sobre o sistema público de segurança social e sua defesa foi outra das iniciativas aprovadas pelos deputados do PCP, que querem ainda ver actualizado o abono de família, estando já nesse sentido a ultimar um projecto de lei.

Nota de realce merecem, por outro lado, no plano laboral – outra das áreas que concitou uma especial abordagem no decurso das Jornadas – o anúncio da apresentação de um diploma visando alterar o regime jurídico de contrato a termo e, por esta via, combater a precariedade no emprego, designadamente entre os jovens.

À margem das Jornadas não passou igualmente a questão dos direitos de participação dos cidadãos junto da Assembleia da República. A pensar no reforço desses direitos, segundo foi anunciado, dois projectos de lei entraram já esta semana na Mesa do Parlamento: um, regulamentando o exercício do direito de iniciativa popular; o outro, destinado a valorizar o exercício do direito de petição.



A realidade social na Beira Interior concitou uma especial atenção do Grupo Parlamentar do PCP ao longo das suas Jornadas

Carlos Carvalhas Travar ofensiva anti-social

«Não se pode ter uma política ao serviço dos grandes interesses e simultaneamente satisfazer justas reivindicações populares.» Esta a ideia chave que serviu de mote ao Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, na intervenção proferida na sessão inaugural das Jornadas Parlamentares.

«É assim que se explica que o Governo tenha aumentado o IVA em dois pontos percentuais e nada tenha feito para que a Banca pague de taxa efectiva de IRC, o que paga qualquer outro empresário», observou Carvalhas, antes de fazer notar que o Executivo, «pelo contrário, aboliu a tributação sobre as mais valias bolsistas e permite que a Banca deduza 20% dos seus lucros no off shore da Madeira».

E acrescentou: «Com o mesmo sentido acabou com os juros bonificados para a compra de casa própria, criando acrescidas dificuldades a inúmeros jovens casais...»

«Servindo os mesmos interesses quer alterar a Lei de Bases da Segurança Social, para entregar às seguradoras privadas a parte mais rentável da Segurança Social, colocando na roleta bolsista a poupança de milhares de trabalhadores e liquidando direitos às novas gerações de trabalhadores.»

Comentado pelo dirigente comunista foi também a questão do serviço público de televisão:

«Os pretextos são os défices da empresa em que a responsabilidade cabe por inteiro ao PSD e ao PS, e não aos profissionais e trabalhadores da RTP», referiu Carvalhas, que marcou a posição do PCP defendendo a necessidade de «valorizar e renovar o serviço público de televisão, cuja viabilização passa pela manutenção de dois canais e por um racional aproveitamento das capacidades, conhecimentos e património da empresa.»

A merecer a preocupação do líder comunista está também o que considera ser a prioridade assumida pelo Governo no sentido de alterar a legislação laboral. Para Carvalhas, o Executivo procura «mutilar o trabalho com direitos, começando com o contrato individual do trabalho na exacta medida e conteúdo do que é exigido pelos sectores mais retrógrados.»

A mesma preocupação lhe merece a decisão de «lançar de forma cega para o desemprego milhares de trabalhadores da Função Pública, como se fossem peças descartáveis de uma máquina, criando dramas humanos, frustran-

do legítimas expectativas em nome de poupanças duvidosas, ou que simplesmente não se verificarão».

Mas a imagem do Governo, entre decisões ao arrepio das promessas eleitorais, tomadas de forma «autoritária e atabalhoada», está a sofrer fortes abanões, segundo o dirigente comunista, que cita a propósito para essa perda de credibilidade os casos da RTP e da Função Pública, tal como a «telenovela das acções da SAD do Benfica, com um Primeiro-ministro a faltar à verdade e com uma Ministra das Finanças, que cultiva a imagem de rigor, a meter os pés pelas mãos, numa atitude muito pouco transparente».

Matéria que ocupou a atenção de Carlos Carvalhas foi ainda a recente apresentação pelo Governo de 40 medidas alegadamente destinadas a relançar a economia. Considerando-a uma «operação de marketing», para tentar «emendar a mão», face aos «sinais negativos dados à economia» com o empolamento do desequilíbrio das contas públicas, Carvalhas lembrou que «independentemente da bondade» de tais medidas, «não haverá um efectivo relançamento da economia, como aliás é reconhecido por economistas de vários quadrantes, se o Governo teimar na marcha forçada e celerada para o défice zero em 2004 e se prosseguir com uma política que privilegie os aspectos financeiros e especulativos em detrimento do aparelho produtivo».

Mais, alertou, «também a política de privatizações do Governo – que segundo o PS era também o seu programa, caso tivesse ganho as eleições... – vai abrir novas portas ao domínio de empresas básicas e estratégicas pelos «centros de decisão externos», com a subalternização do interesse nacional, tornando o país mais dependente e vulnerável».

Sobre o papel e intervenção do PCP no Parlamento, Carvalhas afirmou que o PCP confrontará proximamente o Governo «com propostas alternativas e com novas propostas, mas também com as suas promessas» e aferirá a sua posição face, entre outras matérias, ao fenómeno de deslocalização de empresas, à segurança das populações e dos cidadãos, à política anti-social, à acentuação das desigualdades, à não legalização de imigrantes e ao encerramento de estruturas de combate à toxicod dependência, que, advertiu, «vai aumentar o caldo de cultura da criminalidade e da pequena criminalidade».

Não aos atropelos

As condições em que se desenvolve o trabalho parlamentar no novo quadro político decorrente da existência de uma «maioria absoluta de facto», como lhe chamou Bernardino Soares, foram objecto de análise no decurso das Jornadas.

Este foi um tema, aliás, que mereceu largo destaque na intervenção de abertura do líder parlamentar comunista. Em que deixou claro o aviso ao Governo para que este não caia na tentação nem de «limitar o debate político e o pleno contraditório de ideias e propostas de que o Parlamento é palco por excelência» nem de «instrumentalizar» este órgão de soberania e o seu funcionamento.

É que bem presente ainda está, como lembrou Bernardino Soares, o processo que conduziu à alteração da Lei da Televi-

são. «Um mau exemplo» de conduta, sublinhou, onde avultaram, para além do ataque ao serviço público de televisão constitucionalmente garantido, os atropelos da maioria PSD/PP a «diversos preceitos regimentais» e o torpedear das «mais elementares regras de lealdade e respeito mútuo no funcionamento parlamentar».

Pronunciando-se sobre a chamada «reforma do sistema político» – outro dos temas desenvolvidos na sua intervenção –, Bernardino Soares criticou os que advogam o «empobrecimento artificial da representação democrática e plural» e recordou que é nas políticas de sucessivos governos e nas suas promessas não cumpridas que estão as principais causas para a «descredibilização» do sistema político e para o desencanto de muitos cidadãos.

Agravamento social Urgem medidas de apoio

Aumento acentuado do desemprego, fraca qualidade do emprego, baixos salários, encerramento de empresas e proliferação dos despedimentos, eis, em traços largos, o que é hoje o retrato social na região da Beira Interior.

Segundo os dados apurados no decurso dos dois dias de trabalhos, só nos últimos oito meses encerraram 15 empresas e foram despedidos 1600 trabalhadores. A que acresce, como sublinham as conclusões das Jornadas, a «continuada diminuição e envelhecimento da população» e, noutro plano, as «crescentes dificuldades no ensino, na saúde e em outros serviços públicos essenciais», com isso agravando os problemas sociais existentes.

Particularmente grave é a situação no sector têxtil dos lanifícios e confecções.

Para este estado de coisas concorrem, designadamente, a

liberalização do sector têxtil, em resultado das decisões da OMC, a deslocalização de empresas e de mercados para Leste, a alteração do perfil da procura das exportações portuguesas com uma maior exigência de qualidade ao nível do design e do produto final, a existência de problemas sérios de falta de planeamento, de desinvestimento e na gestão de empresas, as restrições do acesso ao crédito, particularmente em resultado da concentração da banca no nosso país.

A juntar a este quadro negro, como sublinham as conclusões das Jornadas, ressalta ainda a «ausência de uma política integrada de desenvolvimento para a região que conduza à diversificação da economia e do tecido empresarial regional».

Assinalados pelo PCP, como aspectos igualmente negativos, foram também as graves dificuldades sociais

que atingem sobretudo a população mais idosa, e, noutro domínio, a falta de recursos humanos no sector da saúde, bem como a degradação das instalações do Hospital de Castelo Branco e a perspectiva de privatização da gestão do Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Consideradas da maior importância foram ainda as questões relacionadas com as acessibilidades ao interior. É urgente, reclamam os comunistas, a remodelação e electrificação da linha da Beira Baixa até à Guarda e a modernização da ligação rodoviária do distrito de Castelo Branco a Coimbra e ao Porto. Tal como é uma necessidade premente, do seu ponto de vista, a manutenção da circulação sem portagens no IP2 e IP6, que lembram ser «um direito adquirido das populações deste distrito e do interior».

Em defesa da Segurança Social

O PCP está contra a privatização, mesmo parcial, da Segurança Social. A sustentabilidade financeira do sistema deve ser garantida, ao contrário do que preconiza o Governo, através da introdução dos tectos contributivos (plafonamento), pela diversificação das fontes de financiamento, como prevê, de resto, a própria Lei de Bases em vigor.

Esta uma ideia central reiterada pelo Grupo comu-

nista nas suas Jornadas, onde foi igualmente posta em evidência a necessidade de serem pagas as dívidas do Estado, já na ordem dos 1900 milhões de contos, em resultado do não financiamento do sistema por incumprimento da lei de Bases.

O combate à enorme evasão e fraude de contribuições, estimada em 2500 milhões de euros por ano, devido em grande

parte à descoordenação de serviços da administração e do Estado, constitui para os comunistas outra das medidas que urge incrementar em defesa do sistema público de Segurança Social, um direito universal e inalienável de todos os portugueses.

Registe-se que todos estes domínios foram objecto de projectos de lei do PCP, a entregar em breve no Parlamento.

Tributação do património

Reforma, precisa-se!

A reforma da tributação do património voltou a ser tema em foco no Parlamento. Um projecto de lei nesse sentido, da autoria do BE, preencheu uma das sessões plenárias da semana transacta, em agendamento potestativo.

Incidindo numa matéria tida como da maior importância, para «um sistema fiscal menos complexo e socialmente mais justo», como frisou Lino de Carvalho, este foi um debate que valeu sobretudo para sublinhar uma vez mais a urgência de num futuro próximo serem dados passos efectivos no sentido de concretizar esta reforma do sistema fiscal. Que pelas suas próprias consequências na vida dos cidadãos e nas receitas do Estado, como foi lembrado, implica obrigatoriamente que tenha de ser feita a partir do Governo, porque só este tem o manancial de informação e a capacidade para simular e aferir os efeitos de tais alterações estruturais.

Seja como for, o projecto agora em debate – que repõe o essencial do texto apresen-

tado ao anterior governo pelo grupo de trabalho da Reforma Fiscal, então presidido por Ricardo Sá Fernandes, que viria a ocupar o lugar de secretário de Estado – serviu para lançar o debate, tendo suscitado algumas dúvidas e reservas da bancada comunista.

Cabe ao Governo dar o pontapé de saída para a reforma da tributação do património

Saber se da substituição da Sisa pelo IVA e da contribuição autárquica pelo imposto municipal sobre imóveis resulta ou não um aumento geral do preço das casas foi uma das interrogações levantadas por Lino de Carvalho, para quem não são igualmente claras as razões que levaram o projecto do BE a deixar de fora a actualização da tributação dos prédios rústicos, «onde a injustiça e a perda de receitas para o Estado não é

menor do que nos prédios urbanos».

A merecer uma crítica mais contundente foi, por outro lado, a opção no diploma pela manutenção daquilo que o deputado do PCP designou como «instrumentos de tributação sobre a mesma realidade patrimonial» (imposto municipal sobre imóveis, o IVA e o imposto de selo), quando, do seu ponto de vista, o correcto será um «imposto único sobre o património, desburocratizado, mais próximo das preferências constitucionais, mais simples para os cidadãos».

Verberada pela bancada comunista foi também a exclusão da tributação do património mobiliário. «Mal se compreende que tributando-se o património imobiliário pelo seu valor, não se siga a mesma linha para os bens móveis como, por exemplo, os objectos de arte, aeronaves de uso particular, embarcações de recreio», observou Lino de Carvalho, que sustentou serem uns e outros «valores patrimoniais», pelo que «devem estar sujeitos à mesma regra tributária».

Aeroporto da Ota

Passar ao lado do essencial

As questões de fundo em torno do novo aeroporto da Ota, essas continuam por esclarecer e a passar à margem do debate. A acusação, formulada pelo deputado Bruno Dias, em nome do PCP, foi direitinha para o actual Governo, mas não isentou também de responsabilidades o PS, de quem partiu a iniciativa para o debate de urgência sobre o tema realizado faz hoje oito dias.

Debate que foi, aliás, em boa medida, o «remake» de um anterior, em 2000, suscitado pelo PSD, então na oposição, como assinalou o par-

lamentar comunista, que, ironizando, lembrou que nesse momento a preocupação da bancada laranja era «por que é que a Ota não podia ser mais tarde», ao que o PS pergunta agora «por que é a Ota não há de ser mais cedo».

Quanto aos aspectos estruturantes, designadamente quanto à avaliação rigorosa das opções em causa, tomadas pelo anterior governo, sobre essas, o Executivo PSD/PP nada adianta. «O que quer é ganhar tempo, para gastar o mesmo dinheiro meia dúzia de anos mais tarde», sublinhou Bruno

Dias, para quem o Governo, ao mesmo tempo que reafirma a decisão do seu antecessor, adia a sua concretização, para prosseguir estudos que não visam «questionar e esclarecer» mas sim passar ao lado das questões de fundo. Como é o caso de saber o que pensa o Governo quanto ao modelo de financiamento – «pretende vender a gestão de todos os aeroportos para viabilizar a construção de um novo?», perguntou o deputado do PCP –, ou sobre qual é a sua ideia relativamente à própria sustentabilidade económica do projecto.

Radiações electromagnéticas

Falta política de prevenção

Uma iniciativa «útil» e «oportuna», assim classificou o deputado comunista Honório Novo o projecto de resolução do Partido «Os Verdes» que preconiza a elaboração de um Código de Conduta, envolvendo intervenientes públicos e privados, com vista ao estabelecimento de medidas de prevenção na área da saúde que acautelem os efeitos potencialmente nocivos das radiações electromagnéticas de baixa frequência.

Esta matéria, em debate na semana transacta, ganhou

maior visibilidade no nosso país depois da polémica desencadeada há cerca de seis meses na cidade espanhola de Valladolid em torno de casos de leucemia numa escola. Levantada como hipótese mais forte, na sua origem, segundo os encarregados de educação, estariam várias antenas de operadores de telemóveis situadas na envolvente daquele estabelecimento de ensino.

Este problema não é novo, como lembrou Honório Novo, tendo motivado já inclusivamente recomendações do

Conselho Europeu no sentido de limitar a exposição das populações a estes campos electromagnéticos. O desenvolvimento das investigações neste domínio, também sugerido pelas instâncias europeias, levou igualmente à criação de uma comissão interministerial que deverá apresentar até Julho próximo um plano de trabalho para aplicação das orientações comunitárias. Para o PCP, importa que todas as medidas a adoptar explorem «com audácia todas as vertentes de uma política preventiva».



Conferência de imprensa promovida pelo Teatro em Movimento para a apresentação da 4.ª Mostra de Teatro de Bragança e 4.º Encontro T. Moncorvo

Nordeste Transmontano

A Festa do Teatro

Na última semana de Maio, o Nordeste esteve em festa, com a quarta edição da Mostra Internacional de Teatro de Bragança e do Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo.

«As coisas nunca acontecem por acaso. Porque o acaso está sublinhado, sempre, por

Um somatório de 60 espectáculos, em que as crianças não foram esquecidas

umas vezes são os privilégios. Outras o trabalho persistente.» São estas as palavras introdutórias da apresentação dos festivais de teatro no Nordeste. E no caso do Teatro em Movimento, companhia de teatro de Bragança, é sem dúvida de trabalho persistente que se trata.

Depois da Mostra Internacional de Teatro de Bragança e do Encontro Internacional de Teatro de Torre de Moncorvo, tivemos, já este mês, o segundo Encontro Internacional de Marionetas de Carrazeda de Ansiães, a que há que acrescentar, ainda, a terceira Mostra Internacional de Teatro do Carviçars Rock.

Esta festa teatral, desdobrada nos quatro eventos, movimento mais de 200 intervenientes, envolvendo cerca de dez mil. Todos os eventos são realizados em parceria com as respectivas autarquias, de Bragança, Torres de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães, e este ano também de Vimioso.

No conjunto destas iniciativas, participam, de Portugal, o Teatro em Movimento, companhia organizadora, que apresenta dois espectáculos dife-

rentes nos vários eventos, Maurioneta, a única companhia do nosso país que trabalha com luz negra, Teatro Extremo, com Umberto Eco e Jorge Sena reunidos num único espectáculo, Escola Profissional de Ansiães com Trindade Coelho, do

Brasil participam os Bonecos de Arte e Acção/Teatro de Formas Animadas, com tróles invocando uma presença escandinava, a Rússia com todo o tecnicismo da arte das marionetas trabalhadas por Goran Dujnic e, nesta mesma linha de espectáculo, a República Checa com Pavel Vangel, França com Aniki Produções, com um texto português (apresentado em bilingue) de Abel Neves e os Maribondo, uma companhia internacional criada por gentes dos países do este da Europa. No total, nos quatro eventos, um somatório de 60 espectáculos, em que as crianças não foram esquecidas, com espectáculo, todas as tardes, destas mesmas companhias e de Era Uma Vez, com a história de uma misteriosa pedra encantada.

Dinheiro escasso imaginação muita

Sendo o dinheiro escasso, «tem de se usar a imaginação

para que tudo possa resultar num todo que nos ponha bem com a consciência e, simultaneamente, possa dar nome a este Nordeste Transmontano tão esquecido daqueles que deveriam por ele mais olhar», diz-nos o texto introdutório do Teatro em Movimento. Aliás, este ano, nem sequer da Delegação Regional de Cultura do Norte veio qualquer apoio para os festivais de Bragança e Torre de Moncorvo. Que de apoios à companhia já nem se fala – «felizmente vamos ganhando o dia a dia com o suor do nosso rosto». Um preço a pagar, segundo a nota de apresentação dos festivais, «pelas várias ousadias que incomodam os deuses e anjos seus apaniguados». Ou, resumidamente, «porque somos uma voz incómoda na tentativa de dar cultura ao Povo que, afinal, paga para que isso mesmo exista».

Entretanto, e porque essa vontade de cultura existe, o «Teatro em Movimento» vai somando trabalho. E reconhecimento do(s) público(s). Desde o início do ano, e até à realização dos festivais, foram realizados oitenta e oito espectáculos, com um total de assistência na ordem dos 16.000 espectadores. Foi ainda a única companhia convidada para o 25 de Abril pela Comissão das festividades do Porto e, no 8.º Festival para a Infância e Juventude de Almada, foi a única companhia com dois espectáculos e lotações esgotadas quinze dias antes das apresentações.

Em defesa das zonas de protecção especial

No Dia Mundial do Ambiente, assinalado a semana passada, o grupo parlamentar de «Os Verdes» apresentou, na Assembleia da República, um Projecto de Resolução para que o Governo proceda à reposição dos limites da Zona de Protecção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo e da Zona de Protecção Especial de Moura, Mourão e Barrancos.

Em causa estão dois diplomas aprovados ainda pelo governo PS, enquanto Governo de gestão, que alteram os limites das três ZPE, áreas de grande importância para a conservação das aves selvagens e que fazem parte da Rede Natura 2000.

«Os Verdes» lamentam que estas decisões tenham sido tomadas sem discussão pública e sem quaisquer estudos técnicos que as fundamentem e sublinham que poderão estar envolvidos «o apeti-

te imobiliário provocado pelo empreendimento do Alqueva» e «a pressão imobiliária que paira sobre algumas áreas de Alcochete e do Samouco».

Concretamente, no caso da ZPE do Estuário do Tejo, esta alteração legislativa «veio excluir do perímetro de protecção uma área para a qual está projectado um megaprojecto imobiliário do Designer Village, anteriormente chumbado precisamente devido ao seu impacte ambiental negativo».

A alteração legislativa deixa igualmente de fora, quer na Vila de Alcochete quer na Aldeia de Samouco, «franjas muito significativas sobre as quais pesam pressões imobiliárias» e no caso da ZPE de Moura, Mourão e Barrancos, vem «facilitar a invasão urbanística na sequência da construção da barragem do Alqueva».



IC-19, um percurso que é um drama diário para os habitantes da área de Sintra

Acessibilidades em Sintra

CDU não cruza os braços

A situação das acessibilidades no Concelho de Sintra está no centro das preocupações da CDU Sintra. Também a Comissão de Utentes do IC-19 não vai baixar os braços na luta pela solução deste grave problema.

Diariamente, milhares de habitantes dos núcleos urbanos de Sintra perdem cerca de três horas no percurso rodoviário casa/trabalho/casa, situação que «acarreta evidentes custos económicos, sociais e pessoais, designadamente o decréscimo de produtividade e a perda de qualidade de vida das populações sujeitas a este quotidiano», denuncia a CDU Sintra, em documento recentemente divulgado.

Num estudo realizado sobre a situação das acessibilidades – a CDU aceitou entretanto o pelouro do Trânsito – sublinha-se que «são as carências ao nível das acessibilidades que mais afectam e interferem no dia-a-dia da população». E denuncia-se que «o PSD e o PS, tanto a nível local, como central, não souberam e/ou não quiseram acautelar a constru-

ção das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias necessárias para dar resposta ao crescimento exponencial da população, a que a errada política urbanística conduziu».

Face a esta situação, a CDU aposta numa série de projectos e obras essenciais, nomeadamente o alargamento do IC19, a construção do IC 16 e do IC 30, a construção das circulares Nascente e Poente do Cacém e da ligação do Nó dos Hospital Amadora/Sintra à Ponte de Carenque.

A CDU defende ainda a quadruplicação da via férrea até ao Cacém e o acesso gratuito aos parques de estacionamento junto dos interfaces pelos utentes de títulos de transporte. Sublinhando a urgência desta obra na via férrea, a CDU lembra mesmo que «a linha de Sintra começou a ser construída em 1882 e estava concluída

em 1890, com a construção dos túneis do Rossio e de Sintra».

Política de transportes

A criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, que já mereceu uma proposta de lei do PCP, é uma das reivindicações da CDU Sintra, «para que as soluções sejam globais e não resolvidas casuisticamente, provocando por isso novos problemas de resolução ainda mais difícil».

Para além de reassumir o compromisso de continuar a exigir do Governo a execução das obras da responsabilidade da administração central, a CDU não vai ficar de «braços cruzados» e desde já avança com a elaboração de estudos de tráfego e estacionamento nas freguesias urbanas do concelho, o levantamento das carências em transportes públicos nas freguesias, entre outros.

Também a Comissão de Utentes do IC 19 prossegue a sua luta pela solução dos problemas das acessibilidades, tendo entregue, a semana passada, um caderno reivindicativo ao ministro das Obras Públicas e ao presidente da Câmara de Sintra.

MDM denuncia políticas anti-sociais

Os conteúdos políticos do Programa do Governo PSD e as primeiras medidas já anunciadas e/ou postas em prática, levantam sérias preocupações ao Movimento Democrático das Mulheres – MDM.

Na sequência de uma reunião realizada sábado passado, o Conselho Nacional do MDM aponta a dedo algumas das medidas entretanto avançadas.

Antes do mais, sublinha o MDM em comunicado à imprensa, é visível «a preponderância dos aspectos económicos e financeiros sobre as questões de foro social».

Quanto às questões de promoção de políticas de igualdade, «não há qualquer transversalidade neste Programa, aliás, contrariando orientações da União Europeia», assinala igualmente o documento.

Por outro lado, «destacam-se perspectivas retrógradas quanto ao papel da mulher e da sua participação nas famílias», área em que o MDM e o seu Conselho Nacional «não podem deixar de lembrar um conjunto de direi-

tos e de espaços de intervenção que as mulheres portuguesas foram ganhando ao longo dos últimos anos e que não aceitam serem ignorados».

De par dos princípios, medidas recentemente tomadas pelo Governo vêm confirmar as preocupações do CN do MDM.

É o caso do fim do crédito bonificado para compra de habitação, «uma medida que dificulta ainda mais a resolução de um problema grave para uma grande parte da população». Ou ainda o fim do ensino recorrente, «mais uma medida que diminui as possibilidades de aumento de formação e progressão, também profissional».

No que respeita a questões do trabalho, o MDM continua a defender o direito ao trabalho com direitos e, nesse contexto, solidariza-se com a luta dos trabalhadores da Função Pública, pela estabilidade e pela dignificação das carreiras, «uma luta que envolve um número significativo de mulheres».

Na área da saúde, o MDM denuncia a tentativa do Gover-

no de direita de «destruir o próprio Serviço Nacional de Saúde-SNS e ignorar o combate ao aborto clandestino».

O MDM considera ser este um assunto de grande importância para a sociedade e que deve consagrar um direito inquestionável da mulher. Nesse sentido, «saída a aprovação do Relatório apresentado à Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu sobre direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva».

O Conselho Nacional considera a grande oportunidade deste relatório, uma vez que «poderá produzir um valor acrescentado nas políticas de saúde sexual e reprodutiva dos estados-membros».

Por último, o MDM considera que o Governo PSD, ao agravar o IVA em 2%, «atingiu bens essenciais necessários a qualquer família, os quais irão trazer agravamentos em outros produtos, diminuindo o já pequeno poder de compra dos portugueses e portuguesas».

Novo Governo, velha política

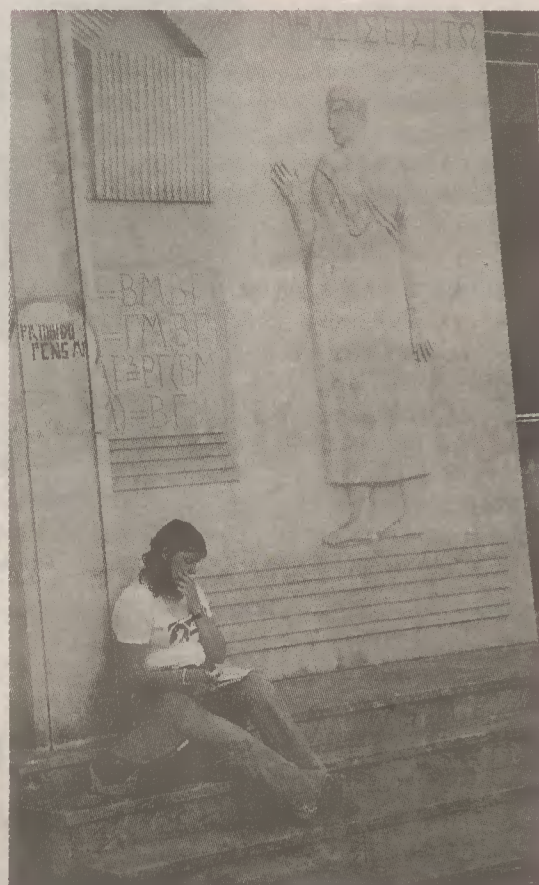
• Manuel Rodrigues

Ainda a procissão vai no adro (da governação, é claro), e o Governo PSD/PP, a pretexto da anunciada (e convenientemente empolada) crise orçamental, tomou já tantas e tão faraónicas medidas, que está a desencadear uma onda de choque e de revolta no povo português. Desse conjunto de medidas, duas há de que se deixa aqui o realce necessário: a) A resolução do Conselho de Ministros de 18.05.02 (Resolução n.º 97/2002) que determina o congelamento de novas admissões e a não renovação de contratos de trabalho a termo certo na Administração Pública; b) A decisão do Ministério da Educação de encerrar todas as escolas do 1.º Ciclo com menos de 10 alunos. No primeiro caso, poderão ficar sem emprego nos próximos tempos cerca de cinquenta mil trabalhadores. No segundo caso, segundo estimativa da Fenprof, poderão vir a encerrar mais de 3000 escolas no País. Só na região centro, segundo dados apurados pelo

imprescindíveis ao (bom) funcionamento das escolas, ou ainda, as muitas centenas de Jardins de Infância com menos de dez crianças, que podem também vir a encerrar, chegamos a uma cifra socialmente alarmante. Por mais que se queira *tapar o sol com a peneira*, trata-se de assegurar, com estas medidas, o prosseguimento de uma acção governativa de direita com as mesmas ineludíveis marcas de classe de anteriores governações. Senão, vejamos: 1) O encerramento de escolas atinge principalmente (embora não exclusivamente) as zonas do interior rural do nosso país, regiões desde há muito sujeitas a um impiedoso processo de empobrecimento e desertificação humana (consequências óbvias das mesmas políticas de direita); 2) A extinção do Ensino Recorrente, enquanto ensino de segunda oportunidade, é lesivo sobretudo dos interesses dos trabalhadores-estudantes; 3) A não renovação de contratos de

trabalho a termo certo na Administração Pública penaliza milhares de trabalhadores (já hoje os mais atingidos pelos baixos salários e pela própria precariedade dos laços laborais) e vai pôr em causa o funcionamento de muitas escolas e serviços (públicos), abrindo caminho ou acelerando processos tendentes à sua privatização. O programa do Governo é claro quanto ao sentido da política (educativa, neste caso) a implementar: «contrariar o crescente estatismo a que está sujeita a educação em Portugal» e «o monopólio da escola pública».

Por outras palavras, é o velho jargão das políticas de direita: «quanto menos Estado melhor Estado». Ou seja, o Estado desinveste, faz cortes e poupanças, redimensiona e racionaliza a escola pública para transferir as verbas, os recursos, os espaços, as



Sindicato dos Professores da Região Centro, este número ascende a 892 (33,2% de todas as escolas do 1.º ciclo da Região) atingindo mais incisivamente os distritos de Viseu (307 escolas - 39,1% do total), Guarda (249 - 62,3%) e Castelo Branco (85 - 36,6%), com situações de alarme em alguns concelhos (particularmente no interior).

Por exemplo: No distrito de Castelo Branco: Oleiros - 69,2%, Proença-a-Nova - 57,1%; no distrito da Guarda: Almeida - 80%, Celorico da Beira - 76,9%, Meda - 90,5%, Pinhel - 78,8%, Sabugal - 81,1%, Trancoso - 77,8%, Vila Nova de Foz Côa - 65%; no distrito de Viseu: Armamar - 55,5%, Castro Daire - 56,3%, Mortágua - 68%, Penedono - 54,5%.

Se a isto juntarmos a anunciada intenção do Governo de acabar com o Ensino Recorrente em 37 escolas (DN de 3.6.02), e lhe acrescentarmos as numerosas escolas que poderão encerrar (ou funcionar deficientemente) por falta de pessoal auxiliar, administrativo, das cantinas, etc., milhares de funcionários com contratos a termo certo (e, portanto, a partir de agora não renováveis) e

instalações e os equipamentos para os interesses privados (os colégios particulares), para que eles possam fazer (em nome da sacrossanta liberdade de ensino) o que a escola pública fica impedida de fazer (a única em condições de garantir o direito à educação para todos os portugueses). Em tudo terá pensado o Governo (longe de nós pensar que ele está lá para outra coisa), nesta sua fúria poupadora (leia-se, privatizadora).

Só se esqueceu de contar (os lapsos de memória do costume) com um factor determinante: que esta política faz vítimas - os trabalhadores (e os micro, pequenos e até médios empresários) - que os trabalhadores lutam organizados no seu forte e coeso movimento sindical e que têm um Partido que se identifica com a defesa dos seus interesses e não desmobiliza da luta pela construção de um Portugal justo, democrático e desenvolvido.

Será que não dá para entender que, apesar dos exógenos e endógenos apelos (de ontem, de hoje e de sempre) para que abandone essa identidade, este Partido não é uma empresa pública à venda, como aquelas que o Governo quer privatizar?

Aljustrel debate Palestina

A JCP de Aljustrel promoveu um debate sobre a Palestina, na semana passada, que contou com a participação do jornalista José Goulão, especialista em assuntos internacionais. Com esta iniciativa, os jovens comunistas alentejanos procuram contribuir para o esclarecimento da população sobre a situação que se vive no Médio Oriente e divulgar as medidas que defendem neste campo.

Alunos nocturnos contra fim das escolas

Os alunos dos cursos nocturnos das escolas da região de Lisboa, reunidos no sábado em assembleia magna, deliberaram exigir a suspensão do encerramento dos estabelecimentos com aquele tipo de ensino. Os participantes apelam à pré-inscrição de todos os estudantes das instituições visadas. «O encerramento do ensino nocturno apenas beneficiará as escolas privadas», garantem os alunos, que propuseram a realização de um estudo ao longo do próximo ano lectivo, no sentido de encontrar um modelo alternativo ao actual sistema por unidades capitalizáveis, com base na observação e avaliação objectiva em colaboração com as escolas e outros agentes ligados ao ensino.

EPPET volta a protestar

Os alunos e os encarregados de educação da Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações, de Lisboa, manifestaram-se na sexta-feira junto do Ministério da Educação, exigindo a clarificação da actual situação do estabelecimento e rejeitando a sua possível transferência para o ensino privado. Se a situação não for regularizada até Julho, a escola não receberá subsídios no próximo ano lectivo. As associações de estudantes e de pais ainda não foram recebidos pelo Ministério da Educação para discutir a questão, de forma a permitir o início das inscrições.

Novo refeitório na Universidade de Aveiro

O novo refeitório da Universidade de Aveiro começou a funcionar anteontem. Com capacidade para servir três mil refeições diárias, o refeitório está dividido em três pisos, integrando uma zona de grelhados, um restaurante e uma cafetaria. Com este complexo, os Serviços de Acção Social da Universidade de Aveiro passam a ter capacidade para servir cerca de 12 mil refeições diárias.

A JCP «acampou» em frente à Câmara Municipal do Porto protestando contra o fim do Crédito Bonificado

Jovens são as principais vítimas

A suspensão do crédito bonificado, o «cheque-ensino», os exames nos 4.º e 6.º ano e o encerramento de escolas são algumas das medidas anunciadas pelo executivo que prejudicam os jovens. A JCP do Porto denuncia.

Os jovens são os principais sacrificados com as políticas do Governo do PSD/CDS-PP, denunciou a semana passada a Comissão regional do Porto da JCP, em conferência de imprensa. «Para além do desemprego e do trabalho precário, mal remunerado na maior parte das vezes, os jovens terão de suportar um aumento exponencial das suas despesas, devido à suspensão do Crédito Bonificado Jovem, que permitia uma ajuda na compra, construção ou restauro de habitação», acusam os jovens comunistas.

A JCP do Porto não fica parada e, à semelhança de outras organizações regionais, promoveu um protesto contra o fim do crédito bonificado, no sábado, com um acampamento simbólico em frente à Câmara Municipal da cidade.

Que educação?

Os planos do executivo de Durão Barroso para a educação também preocupam os jovens comunistas. «A estratégia para os ensinos básico e secundário apresenta-se confusa e algo paradoxal: se, por um lado, o Governo anuncia o

Os estudantes carenciados são os mais prejudicados no superior

fim das provas globais nos 10.º e 11.º anos, por outro, diversos membros mostram o seu desejo de verem provas do mesmo género no 9.º ano e até mesmo nos 4.º e 6.º anos.»

A JCP considera que os exames não alterarão o panorama na educação. «Funcionando como uma barreira no percurso escolar (a dificultar

ainda mais o prosseguimento dos estudos), os exames prometem uma elitização do ensino e o direccionamento de mais jovens para a precariedade laboral, onde serão mão-de-obra barata pronta a ser explorada», afirma.

Os jovens comunistas estão preocupados com a implementação da educação sexual nas escolas: «Ao mesmo tempo que Portugal se mantém num dos lugares cimeiros nas taxas de mães adolescentes, vários responsáveis desde executivo mantêm um discurso retrógrado e medieval que faz acreditar que não será desta que veremos as escolas portuguesas com gabinetes de apoio à

sexualidade nem aulas de educação sexual.»

A lógica de contenção do Governo também pode afectar o sector, «não só porque se vislumbra uma crescente falta de pessoal, motivada pela não renovação dos contratos dos trabalhadores da função pública, mas também porque o Governo já mostrou a intenção de fechar escolas com poucos alunos, o que prejudicará gravemente as populações de zonas mais periféricas».

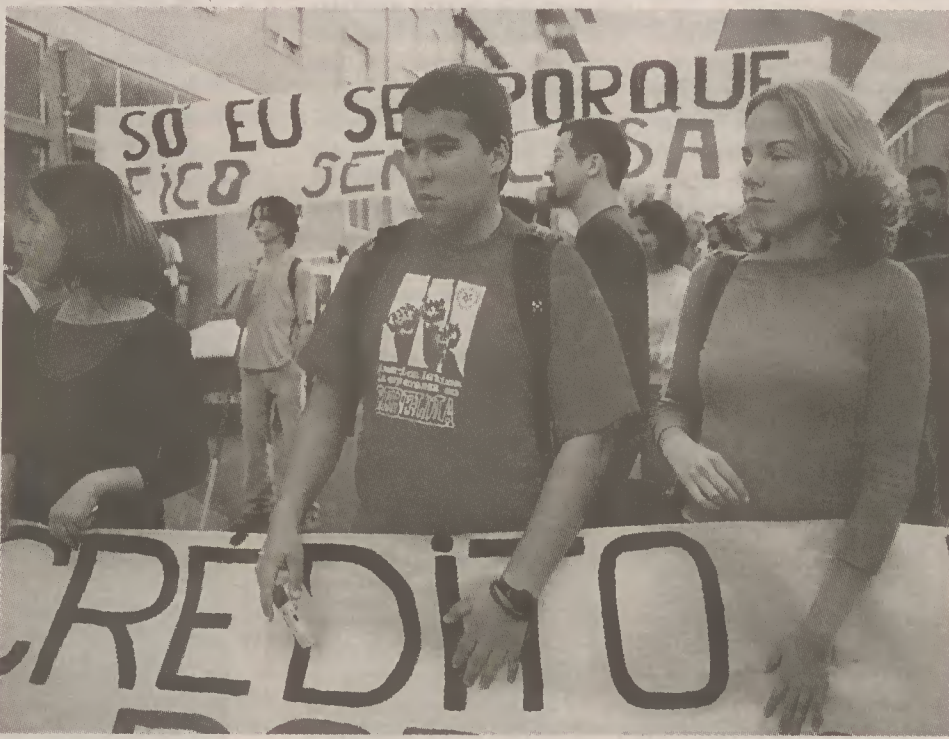
Superior para elites

Para a JCP, o ensino superior está cada vez mais longe

dos jovens portugueses. «O direito à educação não é uma realidade, já que o Estado não o assegura como deveria. A educação não é gratuita nem para todos, agravando-se a situação no superior.» O seu acesso é limitado, com os exames nacionais, os *numerus clausus* e o pagamento obrigatório de propinas. «Os estudantes carenciados são os mais prejudicados, deparando-se com demasiados entraves que condicionam a sua formação», argumenta.

Uma das novidades do Governo é o «cheque-ensino», descrito pelos jovens comunistas como «um cheque passado ao estudante, dizendo que pode escolher a instituição que pretende frequentar, o que significa mais desresponsabilização do Estado». A JCP aguarda já o aumento das propinas, «um presente envenenado sob o pretexto de alegados problemas nas finanças públicas».

Os jovens comunistas não se esquecem do Processo de Bolonha, «que põe em causa a soberania nacional e a participação dos estudantes num conjunto de decisões de extrema importância». «Este processo está intimamente ligado à competitividade do sistema europeu de ensino superior, à mobilidade docente e estudantil e à comparação de sistemas de ensino superior, tendo como objectivo final a uniformização do ensino superior na Europa», afirmam.



A JCP «acampou» em frente à Câmara Municipal do Porto num protesto contra o fim do crédito bonificado, depois de iniciativas semelhantes noutras regiões

Pais e professores contestam

Ministério quer novo regime disciplinar

Os pais e os professores recusam o novo regime disciplinar para os alunos dos ensinos básico e secundário, que está a ser redigido pelo Ministério da Educação. O documento prevê, entre outras medidas, que os estudantes podem ser expulsos da escola e de todo o sistema de ensino regular e que o abono de família seja retirado a quem falte repetidamente às

aulas durante a escolaridade obrigatória.

A Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) considera que o novo regime é «reductor e repressivo» e provoca o afastamento dos encarregados de educação das escolas.

«Os pais têm de responsabilizar-se pelos filhos, mas muitos dos alunos problemáticos pertencem a famílias

desestruturadas, muitas vezes com fenómenos de toxicodependência e que não sabem cuidar dos filhos», explica Vítor Sarmento, o presidente da confederação, retirando o abono «em nada vai contribuir para que a situação melhore, bem pelo contrário. O que é necessário é trabalhar junto das famílias e não criar mecanismos que causem mau estar.»

«É mais fácil expulsar os alunos e mais barato do que encontrar respostas condignas para os estudantes que não conseguem integrar-se nas escolas», afirma Vítor Sarmento, acrescentando que é provável que os jovens expulsos do sistema educativo acabem numa situação de exclusão social.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tam-

bém contesta algumas medidas avançadas pelo Governo, nomeadamente a expulsão dos alunos. Os professores defendem que os jovens com problemas devem ser acompanhados por psicólogos. «É fácil expulsar os alunos das turmas ou das escolas, resolve-se o problema da disciplina, mas assim marginalizamos e acentuamos a delinquência», argumentam.

«Xira Infantil» sem lugar para pedagogia

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP condena os actuais moldes da «Xira Infantil», iniciativa criada há 23 anos para comemorar o Dia Internacional da Criança e que se tornou uma referência para milhares de jovens.

Nos últimos anos, com a gestão do PS, os custos da iniciativa dispararam devido ao modelo adoptado. «O município, em lugar de rentabilizar os seus profissionais e colaboradores, contratou empresas para a execução do certame, que, como é eviden-

te, cobram os seus serviços», denuncia o PCP, acrescentando que esta medida contribuiu para «desmobilizar muitos dos que deixaram de sentir a «Xira Infantil» como sua».

A pretexto dos custos elevados, a «Xira Infantil» resumiu-se a sessões de teatro e a actividades no exterior, dispensando o envolvimento habitual dos educadores e das crianças no esforço de criação da iniciativa. «Este ano limitam-se a pouco mais do que meros visitantes», declaram os comunistas.

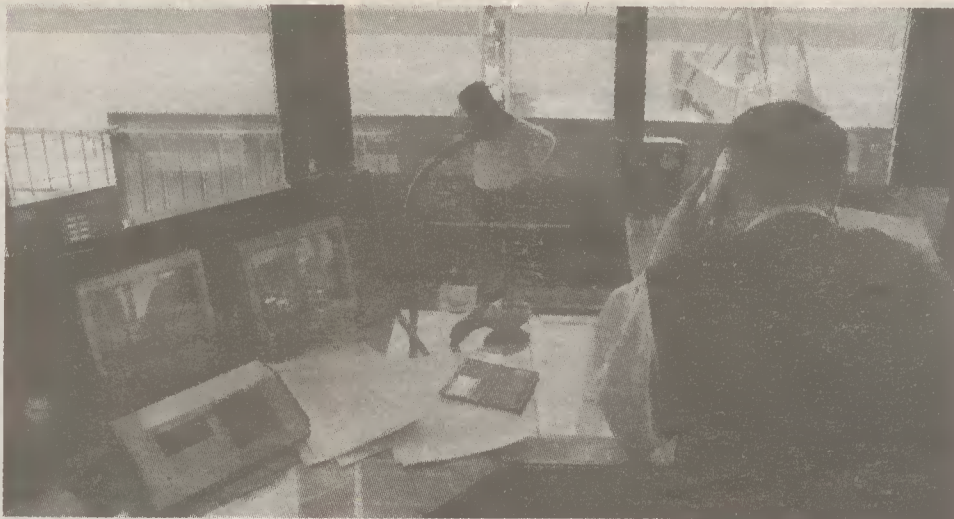
O PCP argumenta que o resultado pedagógico só é atingido com a participação da comunidade educativa e das crianças e garante que o modelo adoptado pelo município «não corresponde às reais necessidades de um certame» como este: «Uma «Xira Infantil» das crianças, para as crianças e com a comunidade educativa.»

Envolver a comunidade

Enquanto a CDU esteve

na presidência da Câmara Municipal, «toda a comunidade educativa do concelho contribuiu na «Xira Infantil» com toda a sua criatividade e entusiasmo, divertindo-se e aprendendo a brincar. As IPSSs de infância e de idosos, as Cercis, a Câmara Municipal e a segurança social juntavam esforços, saberes e vontades para que a iniciativa fosse um êxito anualmente repetido e que encontrou eco em muitos outros concelhos».

«Ainda hoje é frequente ouvir lembrar histórias do brincar ao faz-de-conta, do lanche «comprado» com dinheiro a fingir, da ida ao cabeleireiro e ao camarim, onde podiam transformar-se em duendes, reis, fadas, guerreiros... Os palhaços do circo, a dança ensaiada com os amigos para apresentar, os balões, as bicicletas, o slide, o rappel, a quinta... tudo isto só foi possível com o entusiasmo e dedicação de muitas pessoas», recorda o PCP.



A segurança aérea pode ser posta em causa com a proposta de «céu único»

Concorrência é negativa Perigo nos céus

As propostas de reorganização do espaço aéreo apresentadas pela Comissão Europeia visam transformar os serviços de navegação aérea numa actividade comercial.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu não se opõem a uma melhor organização, coordenação e utilização do espaço aéreo, mas condenam as actuais propostas, alertando para os profundos impactos que terão a nível nacional.

Numa iniciativa realizada a semana em Lisboa sobre «O Céu Único Europeu», o deputado Joaquim Miranda considerou «duvidosa» a competência da União Europeia para legislar em matéria de gestão do território, para mais envolvendo a componente militar.

De facto, nos documentos em apreciação no Parlamento Europeu está a intenção de reorganizar o espaço aéreo na base da criação de «blocos funcionais», os quais, sublinhou o deputado, «poderão divergir sensivelmente dos espaços aéreos nacionais». Acresce que esta divisão será proposta pela Comissão Europeia e aprovada pela

maioria qualificada dos estados-membros.

Numa cedência clara aos interesses das companhias de aviação, as propostas visam igualmente a abertura ao sector privado dos serviços de controlo de tráfego, de meteorologia, bombeiros, entre outros. A prioridade é dada à rentabilidade económica secundarizando-se os aspectos relativos à segurança.

A concretizarem-se estas propostas, o PCP considera que serão afectados os serviços de busca e salvamento prestados pela Força Aérea Portuguesa e o Instituto de Meteorologia, pela aplicação do princípio segundo o qual os serviços de tráfego aéreo deverão ser pagos «ao mais baixo preço possível».

As companhias TAP, Portugal e SATA podem vir a ser afectadas por uma subida substancial das taxas, as quais passam reflectir os custos dos prestadores de serviços de tráfego aéreo.

Actualmente, os aspectos técnicos da organização do espaço aéreo são decididos no Eurocontrol, por consenso dos estados participantes e com a participação da componente militar, organismo que abrange para além dos céus comunitários o espaço dos países da Europa de Leste e do Norte de África.

Com o objectivo de tornar menos gravosa a reforma proposta, o grupo da Esquerda Unitária, no qual os deputados do PCP se integram, elaborou várias propostas de alteração, defendendo nomeadamente que sejam os estados-membros a definir os «blocos funcionais», garantindo-se que a criação de um «bloco» que incida sobre o espaço aéreo de um país não possa ser adoptado sem o acordo do mesmo.

O carácter de serviço público do controlo aéreo deve igualmente ser preservado, ficando fechado à concorrência, o mesmo se passando com as estruturas nacionais de controlo. Os eurodeputados do PCP querem ainda que a prioridade seja dada aos níveis de segurança máxima e não aos aspectos económicos e defendem uma perspectiva integrada de organização de todos os serviços envolvidos.

Aprovado relatório de Ilda Figueiredo Pôr termo à pobreza

O Parlamento Europeu aprovou, na passada terça-feira, um relatório da deputada Ilda Figueiredo que aponta os factores que poderão contribuir para pôr termo à pobreza e exclusão social.

O documento, que parte de um relatório conjunto da Comissão sobre a matéria, reafirma que a promoção de um nível elevado de emprego e protecção social deve ser uma das prioridades da UE.

Nele é defendida a adopção de medidas preventivas no domínio da educação e cultura, da aprendizagem ao longo da vida, aprendizagem de línguas, utilização de novas tecnologias, projectos de educação visual e artísticos para todos e, nomeadamente, para os grupos desfavorecidos. De igual forma, o Parlamento recomenda que os estados-membros devem garantir um ensino de acesso livre, gratuito e obrigatório de doze anos, no mínimo, e preconiza o lançamento de projectos para combater a iliteracia e é favorável às escolas de segunda oportunidade para os jovens desempregados ou que abandonam a escola.

Os imigrantes devem também ter acesso a programas de ensino especial. Os serviços de segurança social devem ser modernizados, facultando apoio às mães solteiras e contri-

buindo para a sua integração no mercado de trabalho.

Neste relatório, os eurodeputados advertem que o alargamento da UE poderá gerar novas fontes de pobreza, pedindo que os países candidatos participem na estratégia de inclusão social e elaborem os seus próprios Planos de Acção Nacionais. Particular atenção deve ser dada às mulheres e crianças, bem como aos grupos sociais mais vulneráveis. A igualdade de tratamento dos trabalhadores com relações laborais precárias e «atípicas» é outro aspecto salientado.

O PE assume desta forma que a pobreza e a exclusão social têm um carácter multidimensional, que diz respeito não só ao acesso ao mercado de trabalho, mas também ao ensino, à saúde e à participação nos centros de decisão. Por isso, os Planos de Acção Nacionais devem incluir abordagens globais, estabelecer prioridades, definir competências e fixar objectivos quantitativos a longo prazo.

Ilda Figueiredo rejeitou as propostas de alteração apresentadas pelos Populares Europeus, considerando que elas «visam esconder a realidade da pobreza e dificultar medidas essenciais para conseguir a inclusão social». A sua inclusão no relatório levou a deputada a abster-se como forma de protesto.

Da necessidade à realidade

● Pedro Carvalho

De 1988 a 2000, Portugal, Espanha e Grécia convergiram com a União Europeia (UE), tendo o seu PIB *per capita* passado de cerca de 68% do PIB comunitário, em 1988, para cerca de 79% em 2000. Segundo estimativas da Comissão, mais de 30% desta convergência fica a dever-se às transferências comunitárias através dos Fundos Estruturais (FE). Este facto só por si parece demonstrar a importância do impacto da Política Regional da UE. Factor que importa salientar, quando vêm para cima da mesa propostas de redução dos montantes dos FE ou até mesmo da sua renacionalização após 2006.

A teoria económica aponta que a integração económica pode acentuar as disparidades económicas. As regiões mais desenvolvidas beneficiam de um melhor aproveitamento de economias de escala e de aglomeração, garantindo uma maior atracção dos fluxos de bens, capitais e trabalho. O mercado livre reforça as disparidades económicas existentes. A política regional tem assim um papel de garantia de um equilíbrio mais equitativo dos benefícios e custos do processo de integração. Por outro lado, estimula a procura nas regiões menos desenvolvidas através do aumento do investimento e da oferta através do reforço dos factores endógenos de desenvolvimento (capital físico, capital humano e o sector produtivo). No contexto da UE, assume também um papel redistributivo, tendo em conta a não progressividade do orçamento comunitário. Os dois primeiros quadros financeiros – 1989-1993 e 1994-1999 – implicaram a duplicação dos montantes dos FE para compensar as regiões menos desenvolvidas do impacto respectivamente do processo de conclusão do Mercado Único e do cumprimento dos critérios de convergência nominal para atingir a União Económica e Monetária (UEM). Contudo, os montantes dos FE ficaram longe do que seria desejável. Por exemplo, o montante global no primeiro quadro financeiro (1989-1993) representou cerca de 7% dos ganhos estimados com a conclusão do Mercado Único, em benefício das regiões mais desenvolvidas. O actual quadro financeiro para o período 2000-2006, não só manteve o peso global dos FE em 0,45% do PNB comunitário, como reduziu o seu peso para os actuais estados-membros para 0,31%, apesar das fortes disparidades ainda existentes e dos fortes efeitos económicos e sociais decorrentes da progressiva integração económica mundial, do alargamento da UE, da finalização da UEM e da aplicação do

Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Os FE trazem também ganhos directos para os ditos contribuintes líquidos, estimando-se que em cada euro investido nos «países da coesão» entre 35 a 45 cêntimos retornem à origem. O facto de os estados-membros mais desenvolvidos gastarem 10 vezes mais em desenvolvimento tecnológico do que os estados mais pobres, como Portugal, e de as ajudas estatais na UE serem similares a um orçamento comunitário levaram a que a aproximação entre regiões não só tenha sido mais lenta, entre 1989 e 1999, mas também que as diferenças tenham ligeiramente aumentado, sobretudo no interior de alguns estados-membros. Em 1999, a diferença do PIB regional entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas ascendia a 2.6, ligeiramente inferior a 1989 e superior a 1995. As regiões mais desenvolvidas do centro da UE concentram cerca de 50% da riqueza.

Execução, risco e drama

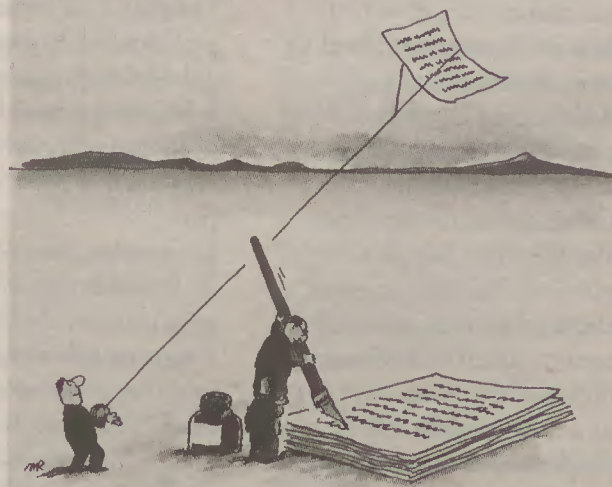
Os constrangimentos impostos pelo PEC têm implicado uma baixa execução nos FE por via do co-financiamento. Contudo, ao contrário do período anterior, em que os FE eram vistos como objectivo de despesa, a Agenda 2000 introduziu a chamada cláusula N+2 que implica a anulação automática de pagamentos não executados ao fim de dois anos. Apesar de ainda não se saber por parte da Comissão qual o montante dos FE para 2003 abrangidos por esta cláusula, o Comissário Barnier já a classificou de «bomba em retardamento».

A baixa execução dos FE contribuiu para os excedentes do orçamento comunitário em 2001 (12 mil milhões de euros) e 2002 (14 mil milhões de euros).

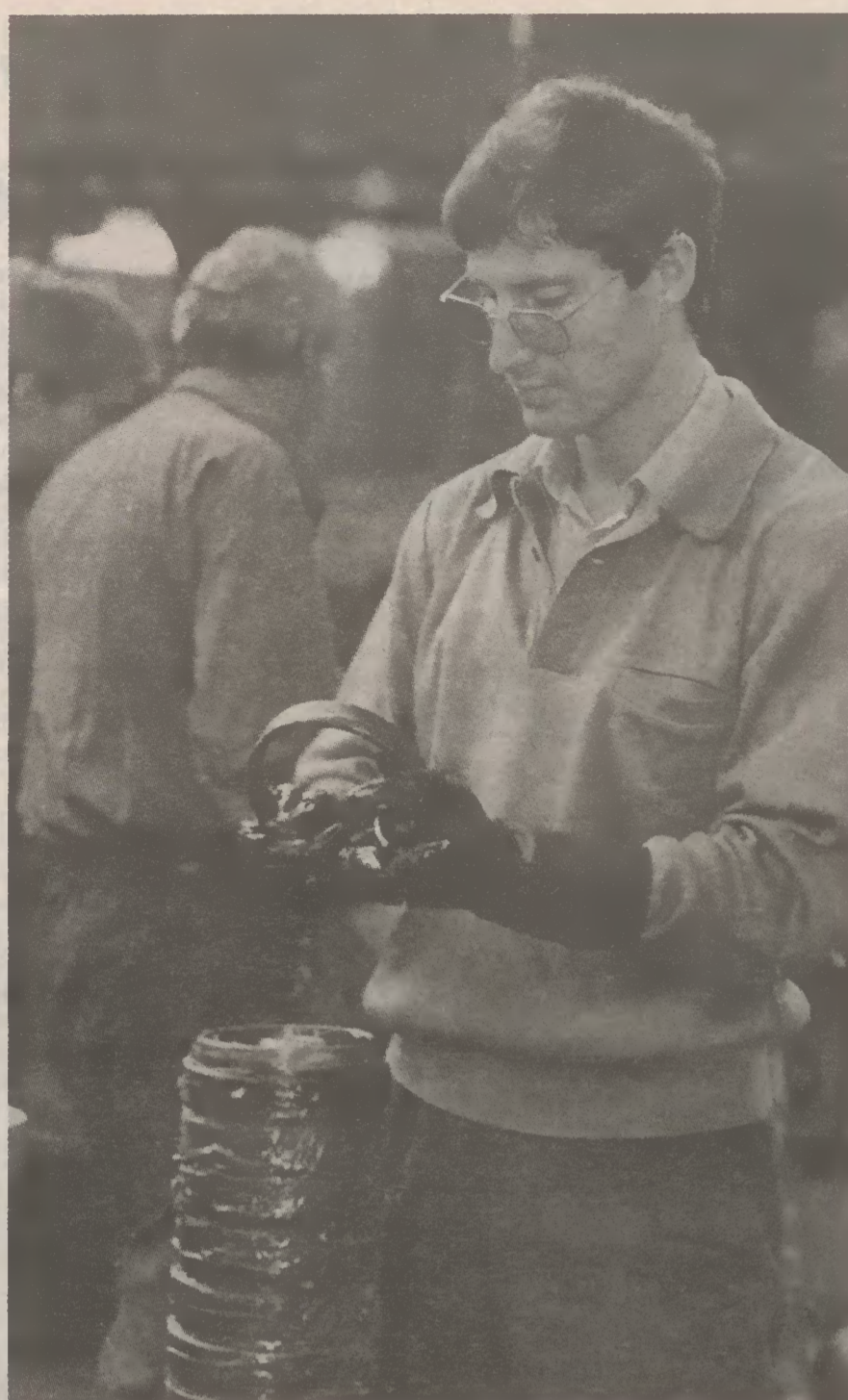
A execução dos pagamentos estruturais foi de cerca de 78% em 2000 e 68% em 2001. A execução de 2001, referente apenas a autorizações desse ano, foi de apenas 44%, montantes que serão abrangidos pela cláusula N+2 no final de 2003. Do anterior quadro financeiro, estão ainda para executar mais de 16.5 mil milhões de euros (cerca de mil milhões para Portugal) que deverão ser liquidados até ao final de Março de 2003 para não serem alvo de anulação automática. O montante de autorizações por liquidar referentes ao actual período eleva-se a cerca de 66 mil milhões de euros. Esta situação é mais preocupante quando aumentam as pressões do PEC

sobre a despesa pública, com o objectivo de atingir um défice zero em 2004.

A baixa execução torna-se assim um argumento daqueles que querem por em causa a credibilidade da Política Regional e querem o seu desmantelamento progressivo. Da necessidade à realidade, parece que fica por cumprir a coesão económica e social.



O ataque frontal que o Governo PP/PSD está a desencadear contra a segurança social não é um ataque isolado, mas enquadra-se no ataque geral deste Governo contra as funções sociais do Estado, ou seja, contra os direitos sociais dos portugueses, de que são exemplos também o ataque contra os trabalhadores da função pública, contra a saúde, contra a aquisição da habitação própria, contra a segurança de emprego, contra horários de trabalho dignos, etc. Para mobilizar os trabalhadores em defesa da segurança social é fundamental explicar bem o que está em jogo e quais os interesses que defendem as forças que estão neste momento no Governo. Este artigo tem como objectivo fornecer informações e dados que poderão ser úteis a todos aqueles que participam na grande batalha em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores portugueses alcançados depois do 25 de Abril.



lucros líquidos 2,8 milhões o que dá uma taxa de rentabilidade de 26,6%. No mesmo ano, e de acordo com dados publicados pelo INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas: 1997/1998 –, a taxa média de rentabilidade de 578 736 empresas foi apenas de 6,8%. É evidente que as empresas de fundos de pensões é um negócio altamente lucrativo para os seus proprietários, que são fundamentalmente os bancos e as seguradoras.

Alargar o mercado à custa da Segurança social

No entanto, este sector enfrenta estrangulamentos importantes ao seu crescimento determinado pelo facto do mercado ser reduzido. Por exemplo, entre 1998 e 1999, os proveitos da Pensõesgerere passaram de 10,5 milhões de euros para 9,5 milhões de euros. No ano 2000, a Pensõesgerere cresceu fundamentalmente através da «fusão por incorporação da Mello Activos Financeiros», como consta da informação disponível no site do grupo BCP. Dados referentes a 2001 publicados no Boletim de Informação da Associação Portuguesa de Seguros já referido evidenciam os obstáculos ao crescimento dos fundos de pensões em Portugal. Assim, as receitas mensais dos seguros vida, que incluem os fundos de pensões, em 2000 e em 2001 foram inferiores às de idênticos meses dos anos anteriores até Junho de cada ano, só se verificando um crescimento positivo nos últimos meses do ano, quando funciona a motivação da poupança fiscal (pagar menos IRS com aplicações em fundos). E embora os activos dos fundos de pensões portugueses resultantes das aplicações feitas pelos portugueses sejam já superiores aos 3000 milhões de contos, mesmo assim o grande capital financeiro considera esse valor, que tem à sua disposição para gerir de acordo com os seus interesses, manifestamente insuficiente tendo em conta as necessidades do mercado financeiro global, que para obter lucros compensadores é necessário movimentar quantias gigantescas. Por isso, desde há muito tempo tem considerado como objectivo estratégico alargar esse mercado à custa dos dinheiros da Segurança Social, pretendendo desviar uma fatia deste para fundos de pensões. E é precisamente com este objectivo que têm defendido com grande veemência a introdução de um tecto nas contribuições para a Segurança Social, que seria uma forma de impor, utilizando a força da lei, a aplicação do dinheiro dos trabalhadores em fundos de pensões.

Cedências do PS não satisfazem

O governo PS, cedendo a essa reivindicação do grande patronato, introduziu na Lei de Bases da Segurança Social de 2000 o tecto de 12 salários mínimos (a partir

deste valor deixaria de haver descontos para a segurança social), o que obrigou o PCP a abster-se na Assembleia da República aquando da aprovação daquela lei, pois ela continha, apesar disso, aspectos positivos. Mas o grande capital financeiro não ficou satisfeito pois considerou aquele tecto demasiadamente elevado (Bagão Félix, antes de ser ministro, em todas as conferências em que participou criticava violentamente o PS por falta de ousadia, ou seja, por ter estabelecido um tecto tão elevado). Isto porque considerava manifestamente insuficiente para os seus interesses o que seria aplicado em fundos de pensões. Desta forma, torna-se claro por que razão o ministro Bagão Félix, até à pouco o consultor do BCP para área de seguros, e o Governo a que pertence consideram como objectivo estratégico fundamental alterar a Lei aprovada em 2000. O que, no fundo, pretendem é introduzir um tecto salarial muito mais baixo para assim facilitar e impor a transferência de importantes meios financeiros da Segurança Social para fundos de pensões, controlados pelos bancos e seguradores. E apontam como passo intermédio o tecto de oito salários

na data de reforma. Assim, o que estas empresas têm para vender são fundos de contribuições definidas (sabe-se o que se tem de pagar todos os meses), mas não fundos de benefícios definidos (nunca se sabe o que receberá, já que isso dependerá fundamentalmente da especulação bolsista).

Que pensões pagariam os fundos de pensões

Nenhuma empresa de fundos de pensões garante taxas mínimas de rentabilidade. Em 2000 e em 2001 os fundos de pensões tiveram taxas de rentabilidade negativas. No futuro esta situação ainda poderá ser mais grave, já que o actual Governo revogou, em reunião recente do Conselho de Ministros, a disposição legal que impedia que os fundos de pensões fizessem aplicações em acções superiores a 20% da sua carteira, aumentando desta forma a exposição ao risco a que já estavam sujeitos os fundos de pensões. Mas mesmo admitindo que os fundos garantissem uma taxa de rentabilidade positiva de 4% (o que não se verifica), um trabalhador que recebesse o salário médio nacional e que tivesse descontado durante 40



mínimos, mas o objectivo final é baixar muito mais para que a maioria dos trabalhadores portugueses seja obrigada a aplicar o seu dinheiro em fundos de pensões criando assim um mercado muito maior que o actual para os produtos das seguradoras e dos bancos. É esse o verdadeiro objectivo do ministro Bagão Félix quando fala em «partilha de riscos». Na realidade, não existe qualquer partilha de riscos, já que as empresas de fundos de pensões, e os bancos e seguradoras que as controlam, não correm qualquer risco. E isto porque os fundos de pensões tiram à cabeça daquilo que é pago pelos seus clientes, que seriam os trabalhadores, uma parte para pagar despesas e garantir os seus lucros (e como já mostrámos os fundos de pensões apresentam elevadíssimas taxas de rentabilidade), só entregando aos beneficiários, quando se reformarem, o que existir

anos para um fundo de pensões o mesmo que descontou para a Segurança Social receberia uma pensão, quando se reformasse, do fundo de pensões de 14 contos e da Segurança Social de 81 contos. Para além de tudo isto, a introdução de um tecto nas contribuições destrói o princípio da solidariedade em que assenta todo o Sistema Público da Segurança Social, reduz no imediato as receitas mas não as despesas da Segurança Social, criando, por essa razão, problemas financeiros imediatos à Segurança Social. Para terminar, pedimos aos leitores interessados em defender a Segurança Social que escrevam para o Avante! ou directamente para edr@mail.telepac.pt indicando as questões que gostariam que abordássemos em futuros artigos para ajudar a uma luta que é fundamental e é de todos.

Segurança Social

• Eugénio Rosa

O que está em jogo e o que é necessário defender

Pensões de reforma dignas são fundamentais para garantir uma velhice digna a qualquer trabalhador. No entanto, o que está neste momento em jogo no campo da segurança social não são apenas as pensões nem somente os direitos dos reformados. Esclarecer isto é fundamental, porque muitas vezes se reduz a Segurança Social às reformas, contribuindo desta forma para afastar os trabalhadores activos e, nomeadamente, os mais jovens da luta comum. A defesa da Segurança Social é fundamental também para os trabalhadores no activo. E isto porque é a Segurança Social que paga o abono de família, que agora se chama subsídio familiar, aos pais de mais de 1 700 000 crianças. É também a Segurança Social que paga o subsídio de doença quando se está doente, em média, a mais de 660 000 trabalhadores todos os anos. É ainda a Segurança Social que paga o subsídio de desemprego,

em média, a 150 000 que perderam o seu emprego. É ainda a Segurança Social que paga o rendimento mínimo garantido a 150 000 portugueses, a maioria deles em estado de pobreza. É ainda a Segurança Social que paga subsídios de funeral e de casamento, o subsídio de renda de casa, salários em atraso, etc., a muitos milhares de portugueses activos. É ainda a Segurança Social que ajuda a criar emprego a desempregados, que participa nos custos da formação profissional de jovens, de activos e de desempregados. É também a Segurança Social que participa nos custos da acção social visando o combate à pobreza no nosso país. De acordo com a Síntese Mensal de Dezembro de 2001 publicada pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, estas despesas, que contribuíram fundamentalmente para melhorar a vida dos trabalhadores no activo, ultrapassaram os 850 milhões de contos só em 2001.

Direitos ameaçados

O Governo PSD/PP está a procurar pôr em causa estes direitos sociais, a maioria deles fundamentais para os trabalhadores que estão no activo, com o pretexto que existem fraudes na atribuição daquelas prestações. No entanto, uma coisa são as fraudes que devem ser eficazmente combatidas, e outra coisa bem diferente são os direitos que devem ser garantidos e respeitados. O combate à fraude não pode ser utilizado para reduzir direitos como pretende o Governo, de que é exemplo a intenção já anunciada publicamente pelo ministro Bagão Félix de restringir o direito ao subsídio de doença. O que se verifica a nível do sistema de controlo informático da Segurança Social é um autêntico escândalo. Têm sido gastos milhões de contos na aquisição de programas informáticos, mas cada Centro Regional da Segurança Social continua a possuir um sistema informático que é diferente do existente nos restantes Centros

Regionais, o que impede qualquer cruzamento de dados, e portanto qualquer controlo efectivo a nível do País. Esta situação cria condições e facilita a fraude de que o Governo é o principal responsável, mas que ele depois utiliza na sua campanha para atacar os direitos sociais dos trabalhadores.

Que interesses defende Bagão Felix

Para se poder compreender os verdadeiros objectivos de Bagão Félix em relação à Segurança Social, é importante conhecer para quem trabalhava o ministro antes de entrar para o Governo e que interesses defendia. De acordo com o Boletim Informativo de Dezembro de 2001 da Associação Portuguesa de Seguradores, que tem na 1.ª página a fotografia de Bagão Félix, ele era consultor do Grupo Seguros e Pensões. E o que é este grupo? Basta ir à Internet e procurar no site do BCP (www.bcp.pt) para encontrar

a resposta. O Grupo Seguros e Pensões é uma SGPS (Sociedade Gestora de Participações Sociais) do grupo BCP que controla as empresas de seguros Ocidental, Média, Império, Bonança, Seguro Directo e ICI - Império, Comércio e Indústria, portanto todas as empresas de seguros deste grupo. De acordo com informações disponíveis também no mesmo site, «A Seguros e Pensões opera no mercado de gestão de fundos de pensões através da sociedade gestora Pensõesgerere que no ano 2000 obteve a liderança do sector com uma quota de mercado de aproximadamente 25%». Esta operadora controlava já a gestão de 47 fundos de pensões de empresas, destacando-se o da Portucel, Tabaqueira, RAR, IBM, Sacor, Soporcel, EDP, FIMA/LEVER, etc., etc. De acordo com os dados das contas da Pensõesgerere que se encontram disponíveis no site do Instituto de Seguros de Portugal (www.isp.pt), os seus proveitos atingiram, em 1998, 10,5 milhões de euros, e os seus

Pressões norte-americanas

O antigo rei do Afeganistão, Mohammad Zaher Shah, renunciou, terça-feira, sob pressão dos EUA, ao posto de chefe de Estado que numerosos membros da Assembleia Nacional afegã (a Loya Jirga) lhe desejavam confiar. Segundo Homayun Assefy Shah, que será um dos 1551 delegados à Loya Jirga, trata-se de «um golpe de Estado contra a vontade popular, e isso terá consequências graves», pois cerca de mil pessoas preparavam-se para votar no rei.

O enviado norte-americano, Zalmay Khalilzad, convocou uma conferência de imprensa para dizer que Zaher Shah não era candidato, que apoiava a candidatura de Hamid Karzai, o actual chefe do governo interino, e que ia anunciar publicamente essa situação. As declarações provocaram a incompreensão de numerosos observadores quanto às intenções norte-americanas.

Tensão em Caxemira

Seis pessoas foram mortas, terça-feira, na zona paquistanesa de Caxemira, durante duelos de artilharia indopaquistaneses. Entretanto, teve início um processo de redução gradual da tensão entre os dois vizinhos nucleares do Sul da Ásia, e Nova Deli, reconhecendo uma diminuição das incursões de islamitas provenientes do Paquistão no seu território, uma das suas reivindicações para começar a dialogar, anunciou o levantamento das sanções aéreas impostas àquele país.

Angola candidata-se à ONU

O presidente angolano anunciou, segunda-feira, em Luanda a intenção de Angola se candidatar pela África Austral a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, no período de 2003 a 2004.

O presidente angolano, que considerou a diplomacia como um «contributo inestimável» ao estabelecimento da paz e a consolidação da democracia, disse ser importante agora ampliar essa contribuição através da mobilização da comunidade internacional para o apoio às tarefas internas e imediatas para a estabilização e segurança da região.

Ibéria em greve

Os pilotos da transportadora aérea Iberia anunciaram uma greve para 18 de Junho, por considerarem que a administração não está a respeitar os termos do acordo de empresa.

Segundo uma porta-voz do Sepia, sindicato que representa 99 por cento dos pilotos, uma decisão acerca de uma eventual greve será tomada nos próximos dias. O acordo de empresa foi assinado em Julho de 2001, pondo termo a uma série de três greves dos pilotos da Iberia. O sindicato acusa a empresa de não estar a respeitar várias cláusulas, entre as quais destaca o sistema de férias e folgas e a alteração de rotas.

O exército israelita prossegue as suas operações em Ramallah, onde mantém o cerco ao quartel-general de Yasser Arafat

Cerco a Arafat

George W. Bush e Ariel Sharon reuniram-se na Casa Branca e acordaram a demissão de Yasser Arafat como pré-condição para o início das conversações de paz.

«Ninguém tem confiança no governo palestino. A primeira condição indispensável é que as instituições palestinianas restaurem a confiança do povo e convençam os israelitas que os podem considerar um parceiro de negociações», declarou Bush à saída do encontro, que se realizou segunda-feira.

Por seu lado, Ariel Sharon afirmou que Israel «continua a procurar um parceiro» com quem possa negociar a paz, deixando claro que isso só seria possível com o afastamento do líder palestiniano. A mesma posição foi transmitida pelo chefe de Estado, Shaul Mofazem. Em declarações à rádio militar de Israel, Mofazem afirmou que as incursões vão continuar enquanto Yasser Arafat não abandonar o cargo.

Reagindo às declarações de Bush, Saeb Erakat, alto responsável palestiniano, acusou o presidente norte-americano de fechar os olhos «aos crimes de Sharon» e às «suas agressões contra o povo palestiniano».

«O presidente Bush desiludiu todos aqueles que querem a paz na região», acrescentou Erakat, acusando Sharon de

«continuar a escalada contra a Autoridade Palestina e contra o povo palestiniano dando ordens de reocupação nas cidades autónomas».

No terreno, as forças israelitas entraram na cidade de Ramallah, na Cisjordânia, para prosseguir a «procura» e «detenção» de alegados terroristas. A nova ocupação da cidade teve início na madrugada de terça-feira e, de acor-

do com fontes palestinianas, os soldados que entraram no campo de refugiados de Amari fizeram um morto. As tropas israelitas ocuparam ainda Beitunyah e a cidade de El-Bireh. No centro de Ramallah, o alvo da operação militar foi a sede da Autoridade Nacional Palestina - a Mukata -, que foi cercada pelo exército de Israel.

Segundo o ministro palestiniano da Informação e Cultu-

ra, Yasir Abed Raboo, o cerco à Mukata aconteceu numa altura em que Yasser Arafat se encontrava no interior, mas Abed garantiu que o líder palestiniano está «são e salvo».

Para o ministro israelita Yasir Abed Rabb, a incursão em Ramallah é «a resposta de Sharon à formação de um novo governo palestiniano». A reformulação do Executivo da Palestina foi anunciada domingo e a grande novidade é a

redução do número de ministros que passou de 31 para 21. Há cinco novos titulares e, pela primeira vez, foi criado o Ministério do Interior.

Incursão em Belém

Entretanto, o exército israelita também efectuou, segunda-feira, uma breve incursão ao campo de refugiados de Dheishé, próximo de Jerusalém. Segundo testemunhas, citadas pela Lusa, os militares israelitas entraram no campo de refugiados, apoiados por dois tanques e 10 jipes. As tropas israelitas demoraram mais de duas horas no local, mas acabaram por retirar-se sem terem feito qualquer detenção.

Em Hebron dois palestinianos foram presos, informou um porta-voz militar israelita. Por outro lado, os serviços de segurança da Palestina informaram que foram encontrados os corpos de dois palestinianos, suspeitos de «colaboração» com Israel.

Já no Sul da Faixa de Gaza, dois outros palestinianos ficaram feridos, ao serem atingidos por tiros do exército israelita em Khan Younés, acrescentaram os responsáveis dos serviços de segurança palestinianos.



Tropas israelitas apoiadas por tanques, bulldozeres e helicópteros entram em várias cidades autónomas palestinianas

Argentinos em situação de pobreza

Mais de metade dos 36 milhões de argentinos vive em condições de pobreza, reconheceu no domingo o governo, num relatório divulgado pela imprensa argentina.

Um total de 18,219 milhões de pessoas - o que representa 51,4 por cento da população - vive em situação de pobreza, refere o relatório do organismo encarregado de avaliar o andamento dos programas de assistência social, o SIEMPRO, directamente dependente do presidente argentino.

Do total de pobres, quase metade (7,777 milhões) é considerada indigente, ou seja, sem capacidade para assegurar as necessidades mínimas diárias de alimentação, segundo a mesma fonte.

O relatório, baseado em estatísticas do mês de Maio, comprova que a pobreza atinge maioritariamente as crianças e adolescentes, já que dos 12,5 milhões de argentinos menores de 18 anos 8,319 milhões são pobres.

O organismo sublinha que a indigência está a crescer a «um ritmo mais intenso» que o da própria pobreza, acrescentando que em 1998 apenas 28,9 por cento dos pobres eram indigentes, enquanto no último mês a proporção passou a ser de 42,6 por cento.

Em Outubro de 1998, o instituto argentino de Estatísticas (INDEC) reconhecia que 32 por cento da população argentina viviam em situação de pobreza.

Na Argentina, o desemprego afecta cerca de 25 por cento da população activa (entre os 18 e os 65 anos) e percentagem idêntica acede apenas a trabalho temporário.

O INDEC qualifica como pobre uma família-tipo de casal com dois filhos que ganhe, em conjunto, menos de 626 pesos (cerca de 183 euros) por mês, e como indigente o grupo familiar idêntico com um rendimento mensal inferior a 266 pesos (cerca de 77,7 euros). O salário médio na Argentina ronda os 450 pesos (cerca de 131,5 euros), praticamente 25 por cento menos do que um cabaz de compras básicas para uma família-tipo, segundo os cálculos do INDEC.

Cimeira Mundial da Alimentação

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, alertou, segunda-feira, em Roma os participantes na Cimeira Mundial da Alimentação para a necessidade de adopção de medidas concretas para diminuir a fome no mundo.

Organizada pela ONU, a Cimeira Mundial sobre Alimentação parte com o objectivo de reduzir para metade, até 2015, o número de vítimas de fome no Mundo (815 milhões actualmente, quase o triplo da população da União Europeia) e vai debater ainda questões ligadas à segurança alimentar e à conservação dos recursos agrícolas.

Kofi Annan lembrou ainda que a produção

cerealífera mundial é suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais da população de todo o mundo.

Na abertura da Cimeira, o director da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), o senegalês Jacques Diouf, denunciou as «promessas não cumpridas» depois da Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 para diminuir a fome no mundo.

O número de pessoas mal nutridas baixou apenas seis milhões por ano, em vez dos 22 milhões que seriam necessários para atingir os objectivos de 2015 assinados em 1996, referiu ainda Jacques Diouf.

Imigrantes ocupam universidade em Sevilha

Mais de 400 imigrantes do Norte de África ocuparam, segunda-feira, parte das instalações de uma universidade de Sevilha. Chegados do Magrebe para as campanhas da apanha de morango, estes trabalhadores exigem a legalização e protestam contra o facto de este ano muitos terem ficado sem emprego porque os patrões preferiram os imigrantes de Leste.

Estes imigrantes sentem-se enganados pelo governo de José Maria Aznar, que prometeu a legalização a muitos deles depois de idênticos protestos ocorridos há um ano em Huelva. Como refere o jornal El País, as empresas agrícolas prometeram também contratos aos trabalhadores magrebinos. Promessas que não passaram para o papel - e que afectam estes «sem papéis».

Os imigrantes são hoje trabalhadores «esporádicos»: só quando as empresas não têm pessoal suficiente entre a mão-de-obra de Leste é que os magrebinos são chamados.

Uma nota da Assembleia de Trabalhadores Imigrantes de Huelva afirma que a ocupação da Universidade Pablo de Olavide será por tempo indeterminado para conseguir a regularização «imediate» da sua situação.

Os ocupantes pedem autorizações de residência e contratos de trabalho para realizarem «legal e dignamente» os trabalhos que habitualmente fazem nos campos andaluzes.

Os países da União Europeia têm anunciado medidas restritivas nas suas políticas de imigração. O governo de Aznar anunciou que o tema da imigração ilegal estaria no topo da agenda da cimeira que encerrará a sua presidência da União Europeia, a realizar curiosamente em Sevilha, a 21 e 22 de Junho.

O ministro do Interior, Mariano Rajoy, afirmou entretanto que uma nova lei será apresentada para endurecer ainda mais o texto do anterior diploma, em vigor desde o ano passado.

Eleições francesas

Direita à beira da maioria absoluta

O novo partido de Jacques Chirac, a União para a Maioria Presidencial (UMP), foi o mais votado, domingo, na primeira volta das legislativas em França.

Cerca de 41 milhões de franceses foram domingo às urnas para eleger 577 deputados para a Assembleia Nacional. Entre uma abstenção record - 35 por cento -, e a dispersão dos votos por 8444 candidatos, a UMP obteve quase oito pontos de vantagem sobre a esquerda ao conseguir 43,94 por cento dos votos, contra os 36,04 dos socialistas e seus aliados. Quanto à extrema-direita, conseguiu 12,55 por cento dos sufrágios, enquanto a extrema-esquerda se ficava pelos 5,08 por cento dos

des não chegaram aos cinco por cento alcançados pelo seu candidato às presidenciais.

A maioria dos jovens e dos desempregados não foi às urnas

Quando à extrema-direita, a Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen, perde quatro pontos em relação às anteriores legislativas (15,3 por cento), ficando agora com 11,2 por cento.

Na semana passada votaram os eleitores de duas circunscrições da Polinésia, onde os candidatos da direita venceram por maioria absoluta, pelo que aí não será necessária uma segunda volta.

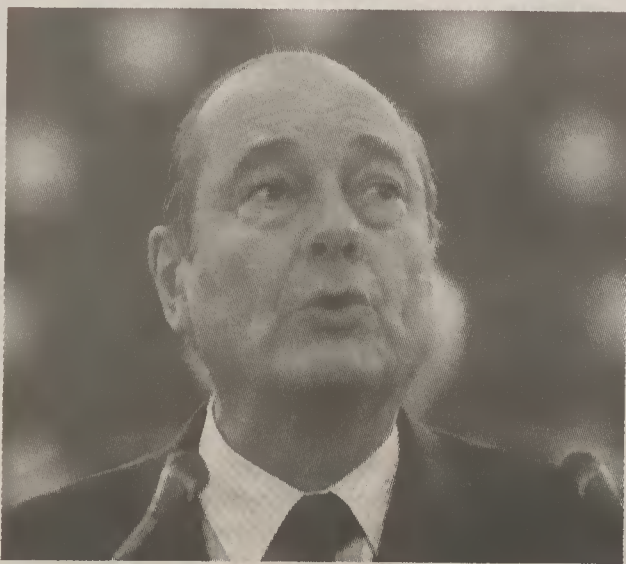
PS apela aos abstencionistas

Face à perspectiva de a UMP vir a ser maioritária em todas as frentes, o Partido Socialista lançou um apelo ao eleitorado para que dia 16 ninguém deixe de votar. «Não há nenhuma democracia no mundo onde um mesmo partido concentre a chefia do Estado, o governo, a Assembleia, o Senado, os municípios, a maioria do poder económico, a maioria do poder mediático», afirmou o ex-ministro da Economia, Laurent Fabius, enquanto o herdeiro político de Lionel Jospin a actual primeiro secretário do PS, François Hollande, sublinhava que no próximo domingo os franceses têm «a oportunidade de evitar um perigo demasiado grande» para a democracia francesa.

A manter-se a tendência da primeira volta, a direita liderada por Chirac pode obter uma folgada maioria absoluta na Assembleia Nacional francesa: 400 dos 577 lugares em disputa no parlamento.

«O maior perigo do nosso país seria uma Assembleia desequilibrada na sua representação de todas as sensibilidades da opinião», advertiu François Hollande, acrescentando que «nada seria pior para o futuro do nosso país do que uma eleição legislativa ganha por um campo político por defeito ou por desmobilização cívica».

A segunda volta das eleições legislativas realiza-se a 16 de Junho.



O novo partido de Jacques Chirac foi o mais votado

votos. Estes resultados correspondem a 555 circunscrições da França metropolitana, que conta com 40 243 626 inscritos, dos quais votaram 26 115 446, de acordo com os dados oficiais.

A maioria dos jovens entre os 18 e os 34 anos e os desempregados não foram às urnas. Segundo uma sondagem publicada no jornal *Le Figaro*, seis em cada dez eleitores, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, não votaram, contra dois em cada dez dos eleitores com mais de 70 anos.

Em relação às legislativas de 1997, a abstenção aumentou em quase dois milhões, ascendendo agora a mais de 14,5 milhões o número de pessoas que se abstiveram.

A elevada abstenção contribuiu, segundo os analistas, para a derrota dos tradicionalistas partidos de esquerda. De acordo com dados vindos a público, cerca de 50 por cento dos eleitores maiores de 70 anos votam na direita encabeçada por Jacques Chirac, contra cerca de 23 por cento dos menores de 24 anos.

No centro-esquerda, o Partido Socialista capitalizou o «voto útil», alcançando quase 24 por cento dos votos (contra 23,5 na primeira volta de 1997), enquanto os seus aliados foram fortemente penalizados. Os trotskistas ficaram-se pelos três por cento (muito longe dos 10 por cento obtidos nas presidenciais); o Partido Comunista não foi além dos cinco por cento (metade do conseguido em 1997); e os Ver-

Perigosa concentração de poderes

A direita francesa controla já os principais centros de Poder previstos pela Constituição do país.

Segundo informava, segunda-feira, o jornal *L'Humanité*, nas mãos da direita está o Conselho Constitucional, que julga a constitucionalidade das leis; o Conselho de Estado, a mais alta jurisdição francesa, encarregada de aconselhar juridicamente o governo na elaboração dos projectos de lei e decretos, bem como resolver, em última instância as questões ligadas à justiça administrativa; o Conselho Superior do Audiovisual (CSA), que nomeia o presidente dos canais de serviço público e atribuiu as autorizações de emissão às rádios e canais de televisão; o Conselho Superior da Magistratura (CSM), cuja reforma foi impedida pela direita em 1999, limita-se hoje a dar um simples parecer sobre a nomeação dos magistrados do Ministério Público, cabendo ao presidente da República a nomeação dos altos magistrados.

A maioria dos membros das referidas instituições são nomeados pelos presidentes da República, do Senado e da Assembleia Nacional, que desta forma detêm um poder de grande impacto no funcionamento do país no seu conjunto. Acresce que todos os quadros superiores da função pública são nomeados pelo Conselho de ministros: os prefeitos, que representam o governo nos departamentos e nas regiões, mas também os reitores universitários, os oficiais gerais do exército, ou os directores da administração central dos ministérios. Estas nomeações, sublinha *L'Humanité*, não são anónimas, já que têm como objectivo implementar no terreno a política do governo.

A título de exemplo, o jornal refere o caso das agências regionais de hospitalização (ARH), instituídas pelo plano Juppé em 1996/97. Os directores das ARH, uma espécie de «prefeitos de hospital», decidem a repartição dos dinheiros públicos destinados aos estabelecimentos de saúde, bem como a programação dos orçamentos nesse sector. São eles quem decidem sobre o encerramento ou manutenção de uma maternidade ou de um hospital.

À direita falta, apenas, a maioria absoluta na Assembleia. Se a conseguir, no próximo domingo, a França estará a braços com uma das maiores e mais perigosas concentrações de poder da sua história em regime democrático.

A ameaça nuclear

● André Levy

Recordo-me de crescer aterrorizado com a possibilidade de uma guerra nuclear. Vira filmes de ficção como «O Dia Depois» e «Dr. Strangelove». Vira na televisão os efeitos da radiação em Chernobyl e as imagens das bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. A tensão entre as duas grandes potências era palpável. Mas apesar de tudo era um clima de *détente*. Havia algum sossego em pensar que os homens com os dedos no botão haviam visto as mesmas imagens, tinham presente os custos humanos e temiam ter de o accionar. O uso de armas nucleares era encarado primariamente como forma de intimidação e apenas posteriormente como uma solução extrema da qual não iria emergir nenhum vencedor. Pelo menos a retórica da época permitia esta ilusão, e certamente a Crise de Mísseis em Cuba havia demonstrado que mesmo na mais aguda das circunstâncias o bom senso reinara.

A postura perante o uso de armas nucleares tem vindo a mudar. Não me refiro ao medo de que material radioactivo tenha caído nas mãos de terroristas, ou ao facto de nações beligerantes como o Iraque (ou Israel) possuírem potencial nuclear. Refiro-me antes de mais a uma mudança de atitude. Tome-se o caso mais imediato da crescente ameaça de nova guerra entre a Índia e o Paquistão. Nas semanas que correm ouvimos porta-vozes governamentais e comentadores nos *media* discutir a possibilidade de troca de ogivas não como um cenário apocalíptico a evitar a todo o custo, mas como um evento possível, qualitativamente indistinto de outras formas de guerra. Armas nucleares são discutidas não como uma consequência de processo de escalada, que mantidas atrás da cortina servem como dissuadores, mas como uma opção natural. Referem friamente estimativas de números de mortos. Mencionados com distanciamento, os números perdem significado, e afinal serão em terras longínquas e estranhas. Nos *media* sempre prontos a hiperbolizar há uma patente falta de alerta perante uma situação tão extrema. O Ocidente parece tomar esta crise imperturbavelmente. Henry Porter, no *Guardian* de Londres, perguntava recentemente que andava a fazer o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. Não será a possibilidade de doze milhões de vítimas (ordens de magnitude superior aos custos humanos das bombas em Hiroshima/Nagasaki) motivo suficiente para esforços diplomáticos intensos? O presidente Bush vai enviar o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, para a região, mas este vai com a mesma pressa com que o Secretário de Estado, Colin Powell, foi até Israel: a ritmo de caracol, com várias precedentes paragens.

viável, mais um instrumento no arsenal, está certamente ligada ao novo contexto de um mundo unipolar, liderado agora por uma administração cujo sangue ferve por avançar em múltiplas frentes na auto proclamada, omniabrangente «Guerra contra o Terrorismo». Será injusto atribuir mais um mal do mundo ao *Tio Sam*? Afinal, não assinou recentemente Bush um acordo de redução de armas com Vladimir Putin? Perdoem-me se não estou impressionado. O novo acordo não adiciona nada ao tratado START II assinado pelo papá Bush em 1992, que nunca foi implementado devido à oposição republicana no Senado. Certamente que será um progresso reduzir para um terço os arsenais nucleares, mas não me reconforta saber que, entre os EUA e a Rússia, ainda estarão disponíveis cerca de 4000 armas activadas (mais que suficientes para destruição mundial). O tratado nem requer a eliminação de ogivas, apenas a sua desactivação e armazenamento. Nem estabelece para tal nenhuma calendarização. O acordo é assinado no rescaldo da retirada unilateral dos EUA do acordo regulando mísseis antibalísticos e o prosseguimento do desenvolvimento de um sistema de defesa míssil. Rumsfeld respondeu a perguntas sobre a sua contribuição para restabelecer a paz no subcontinente Índico dizendo: «Temos pensado muito no Pentágono sobre o uso e efeitos de armas nucleares, temos estas armas há 58 anos.» Dá ideia que naquela parte do mundo são ignorantes sobre estas consequências. Esta afirmação é tão mais enervante quanto, em resultado de tantas décadas de reflexão, foi apresentado ao Congresso em Janeiro a «Revisão da Postura Nuclear» (1). Este documento renuncia à categorização de armas nucleares como último recurso e promove o seu uso táctico, com maior flexibilidade, capaz de pôr em risco uma maior variedade de alvos. Para atingir esta capacidade a Revisão recomenda o desenvolvimento de novas armas nucleares e a actualização das infra-estruturas de produção e restauração de poder nuclear. A administração pediu para tal ao Congresso 20 mil milhões de dólares, incluindo 15,5 milhões de dólares para o desenvolvimento da Arma Nuclear Robusta de Penetração Terrestre (2). O desenvolvimento e expansão do arsenal nuclear explicitamente declarado vai claramente contra o Tratado de Não Proliferação Nuclear que requer aos estados com armas nucleares que reduzam a sua capacidade para zero e não desenvolvam novas armas.

Mudança preocupante

Encarar levemente o uso de armas nucleares como uma opção

(1) O mesmo que aponta 7 países como potenciais alvos de ataque nuclear por parte dos EUA. Estes são, para além do trio do «Eixo do Mal» (Iraque, Irão e Coreia do Norte), a Síria, Líbia, China e Rússia.
(2) Robust Nuclear Earth Penetrator.

• Miguel Urbano Rodrigues

Revolucionários, rebeldes e falsos renovadores

A derrota do golpe na Venezuela voltou a chamar a atenção para a América Latina como campo de lutas sociais e laboratório ideológico.

Cientistas políticos e revolucionários, estimulados pelos acontecimentos na pátria de Bolívar, debatem a nível continental a questão fundamental do Poder e as estratégias e táticas inseparáveis da sua conquista e defesa.

O imperialismo norte-americano - Pentágono, Departamento de Estado e CIA - esteve profundamente envolvido na conspiração. A sua gente acompanhou passo a passo a montagem do golpe.

Chavez foi preso; formaram um governo de extrema-direita e desencadearam uma vaga de repressão. O fascismo andou à solta nas ruas.

E contudo o golpe foi derrotado; durou apenas 47 horas. Chavez está novamente no palácio de Miraflores.

Significa isso que ficou assegurado o êxito na Venezuela da fórmula segundo a qual a revolução é viável pela via institucional? Longe disso. O saldo de mortos e feridos da intencional aconselha prudência aos defensores da revolução social sem violência. Por si só o novo discurso de Chavez confirma que o país pacífico. Generais envolvidos no golpe permanecem no Alto Comando das Forças Armadas. A unidade inquebrantável das Forças Armadas era uma aspiração do presidente mas não uma realidade.

A agressiva atitude de Washington dissipa dúvidas. Novas ameaças impendem sobre a revolução bolivariana.

A confissão de Marcos

Recentes declarações do subcomandante Marcos contidas numa entrevista ao jornalista mexicano Julio Scherer (*) vieram reactualizar uma antiquíssima questão que antes da Revolução Russa se expressava na antinomia «reforma ou revolução».

Não se pode negar ao líder do EZLN coragem pela forma como, sem rodeios, colocou as coisas.

«A definição do revolucionário clássico» - declarou - «não se adapta a nós.» Foi categórico e expressivo: «O destino é diferente. O revolucionário tende a converter-se num político e o rebelde social não deixa de ser um rebelde social. Um revolucionário pretende fundamentalmente transformar as coisas de cima e não a partir de baixo, ao contrário do rebelde social. O revolucionário propõe-se: vamos fazer um movimento, tomo o Poder e a partir de cima transformo as coisas. E o rebelde social não. O rebelde organiza as massas e a partir da base vai transformando sem ter que se colocar a questão do Poder.»

Marcos atribui ao revolucionário uma concepção vertical do poder que exclui a participação popular. É uma definição voluntarista e redutora da qual como comunista discordo. A afirmação de que o rebelde social organiza as massas

deforma, por generalizante, a realidade. Mas considero importante que o dirigente do EZLN coloque a questão do Poder, para o zapatismo, com muita franqueza numa perspectiva reformista, embora diferente da clássica dos austromarxistas.

Marcos é sincero quando condena o capitalismo e o considera incompatível com as aspirações do Homem. Mas a teoria e a prática do seu movimento, ao defender a lenta transformação da sociedade a partir quase da base zero, não configuram uma ameaça para o capitalismo. Este não se sente em perigo quando os adversários o querem derrotar através de reformas graduais. O projecto afigura-se-lhe utópico. É esclarecedor que televisões de dezenas de países tenham transmitido para todo o mundo a marcha dos comandantes zapatistas sobre a Cidade do México e o discurso que Marcos pronunciou na Praça do Zocalo.

Recordo que Raul Reyes, um comandante das FARC-EP, comentou então: se um simples destacamento das guerrilhas colombianas caminhasse cinco quilómetros por uma estrada, na selva ou na montanha, não haveria televisões a filmá-lo, mas choveriam bombas do céu.

O sociólogo chileno Hugo Zemelman interveio recentemente na polémica travada em torno da questão do Poder, colo-

cando-a numa perspectiva marxista. «Para mim - afirmou - um revolucionário é, por definição, um rebelde, mas nem sempre um rebelde é um revolucionário.» E, para clarificar as coisas, acrescentou: «Um rebelde enfrenta o sistema, formula alternativas, cumpre uma função crítica, mas nem sempre coloca a transformação do sistema nem a tomada do Poder. O revolucionário procura mudar o sistema, não entra no sistema, trata de o derrubar, de o mudar.»

E, abordando a «velha discussão a respeito da contradição entre o partido e o movimento social» disse o óbvio, que muitos simulam ignorar: «creio que o movimento social, a rebeldia social, é fundamental para manter os partidos em alerta permanente, ao mesmo tempo que são necessários os partidos para levar adiante a transformação.»

O sistema de Poder dos EUA tolera, com muitas restrições, alguns rebeldes sociais; não aceita os revolucionários, sejam eles colombianos, palestinianos, bolivarianos da Venezuela, sem terra brasileiros, ou os comunistas fiéis à ideologia e aos princípios.

O silêncio que, de repente, envolveu o zapatismo, não obstante a repressão na área de Chiapas se ter intensificado, resulta de uma realidade que abalou o prestígio das teses de Marcos. A audiên-

cia mundial alcançada pelo discurso mediático do subcomandante do EZLN não pode ocultar uma evidência: o novo Código Indígena do México, aprovado pelo Congresso, é ainda pior do que o anterior. Após uma década de luta, o zapatismo não conseguiu melhorar a condição dos índios.

Partidos e movimentos

Três cientistas sociais de prestígio internacional como o egípcio Samir Amin, a chilena Marta Harnegger e o mexicano Pablo Gonzalez Casanova tratam em trabalhos recentes o tema de uma desejada cooperação no combate ao neoliberalismo e ao imperialismo entre as diferentes organizações e tendências da esquerda latino-americana.

Marta Harnegger expressa uma aspiração compartilhada pela maioria da humanidade progressista ao defender a articulação dos partidos políticos e dos movimentos sociais que coincidem na rejeição do sistema de dominação que oprime os povos do continente. Mas o objectivo que enuncia - «construir uma confluência maior num grande bloco social antineoliberal de todos os que sofrem as consequências do actual capitalismo» - é muito difícil de atingir, para não dizer romântico, porque as discordâncias principiais não apenas na escolha das formas de luta, mas na questão da atitude perante o sistema, ou seja, a sua destruição ou a sua transformação.

Lula e o PT

As escaramuças que no Brasil precedem a próxima eleição presidencial são esclarecedoras do que está em causa no grande debate em curso.

O programa eleitoral do PT, apresentado após a vitória de Lula nas prévias (85%), não é alentador. Depois de obter da Executiva Nacional carta branca para alianças eleitorais com partidos do centro-direita, o candidato do Partido dos Trabalhadores esforçou-se na TV por convencer a classe média de que na Presidência a sua política não constituiria ameaça para a ordem social vigente. Segundo o analista Luiz Alberto Magalhães (*), do Observatório da Imprensa, foi muito hábil, mas suscita preocupação o facto de o responsável pela estratégia de «marketing» da sua campanha ser um publicitário que contribuiu decisivamente para a eleição de Maluf, o ex-governador e prefeito de São Paulo, um dos políticos mais corruptos da direita brasileira.

Não se pode censurar a Lula que seja cauteloso. A prudência num quadro como o do Brasil do ano 2002 é, pelo contrário, uma prova de maturidade política. Mas a linguagem que o candidato do PT utilizou para se distanciar do MST, sugerindo - ainda segundo Luiz Magalhães - que «não vai tolerar ocupações» justifica a apreensão que as suas palavras suscitaram num amplo sector do seu próprio eleitorado.

Ninguém responsável espera de Lula, no caso de vencer a eleição - o que será muito difícil - uma política de matizes revolucionários. Um tal projecto é incompatível com a correlação de forças existente, mas existe uma enorme diferença entre um programa progressista, orientado para uma demo-



cracia avançada, e um programa cimentado em concessões que inspiram desconfiança em partidos de esquerda que apoiam Lula, como o Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista.

O PT, na sua actual fase, parece querer assemelhar-se a qualquer outro partido da burguesia brasileira. E isso é preocupante. Traz à memória o projecto e a retórica do francês Robert Hue.

Quando um partido de esquerda conquista o Poder, ou pelo menos as suas insígnias, utilizando mensagens conservadoras dirigidas aos seus adversários, paga sempre uma pesadíssima factura pela abdicção dos princípios.

A ideia de que «depois», após a vitória, poderá, então, desenvolver a sua verdadeira política e reassumir a linha progressista que lhe proporcionou a confiança e o apoio dos trabalhadores - tal ideia traduz uma postura oportunista.

Se na Venezuela a esquerda, com uma constituição por ela redigida, e dispoñdo de maioria absoluta no Congresso, foi confrontada com um golpe de Estado ao tentar levar adiante reformas de conteúdo revolucionário, parece evidente que no Brasil, no quadro de uma constituição imposta pela burguesia, um governo PT esbarraria com obstáculos intransponíveis se pretendesse introduzir por via institucional transformações estruturais na sociedade que apontassem para rupturas revolucionárias.

A consciência dessa realidade não implica porém a necessidade de um programa eleitoral que nega o programa do partido pela natureza das concessões feitas à direita. O imperialismo não se deixa enganar por garantias de bom comportamento e declarações de intenções vindas da esquerda.

A renúncia aos princípios

Na Europa encontramos precisamente o culto da ambiguidade e a renúncia aos

princípios nas sinuosas manobras políticas que assinalaram a caminhada ao longo da qual alguns partidos comunistas realizaram, através das suas direcções, a complexa metamorfose que os transformou de marxistas-leninistas em social-democratas, aliados da direita neoliberal. Isso aconteceu com o italiano, está a acontecer com o francês.

Claro que o oportunismo se disfarça sob o manto de taticismos que o escondem mal. Mas o seu novíssimo (na realidade bem velho) discurso carrega no ventre as sementes da destruição do partido, ou melhor, da sua total descaracterização. Falam de fidelidade ao projecto humanista de transformação da sociedade, da sua repulsa pelo capitalismo, da sua determinação firme de lutar por uma renovação do partido que, essa sim, seria revolucionária. Mas o próprio entusiasmo que esse discurso suscita na direita vale por uma confirmação daquilo que pretendem: outro partido.

Na Itália, os dirigentes do PCI que promoveram a metamorfose juravam que permaneceriam eternamente comunistas; hoje lamentam ter sido comunistas. Na França anunciavam um partido comunista renovado, de novo tipo, mais próximo do sonho de Marx. Hoje aspiram a ser um partido tão igual aos demais quanto possível e já lamentam a Revolução de Outubro de 17, considerando que tudo, absolutamente tudo, foi negativo nas sete décadas de existência da URSS. O diário «L'Humanité» recusa-se mesmo a publicar notícias sobre sessões comemorativas do 7 de Novembro.

Nessa família de renovadores de fachada incluo os líderes do grupo - movimento que em Portugal pretende «renovar» o PCP.

Precisamente por sentir que um partido revolucionário não se assume como tal se não estiver em permanente renovação, aspiro a que no Partido Comunista Português se mantenha viva a consciência de que nunca como agora, ao longo

da sua grande história, se tornou tão premente a exigência da sua participação criadora no debate de ideias na busca de respostas aos desafios que a humanidade enfrenta, na sua luta contra o flagelo da globalização neoliberal e a ameaça de ditadura mundial vinda do imperialismo norte-americano. É uma renovação que somente pode resultar do aprofundamento do diálogo entre a direcção e as bases, uma renovação que concretize o ideal comunista da participação do povo como sujeito da história. É portanto uma renovação revolucionária incompatível com a dos falsos renovadores, adulados pela burguesia, ansiosos por se entenderem com ela, tal como ocorreu na Itália, na França, e noutros países europeus. A história recente recorda-nos que cada fornada desse tipo de renovadores - que olham de cima para as bases e temem a verdadeira participação popular - acabou em Portugal nas fileiras do Partido Socialista.

Resistir!

Regressando à América quero explicitar que não me passa pela cabeça comparar o subcomandante Marcos, e muitos rebeldes dos movimentos sociais do Continente, para os quais vai o meu respeito, com os líderes da «renovação» do PCP que não me inspiram qualquer sentimento de respeito.

Nuvens de tempestade adensam-se sobre a América Latina.

Na complexidade da situação na Venezuela não pode apagar o significado do papel decisivo que o povo desempenhou na derrota de um golpe no qual a participação do Alto Comando das Forças Armadas surpreendeu o próprio Chavez.

Na Colômbia, a guerra vai intensificar-se após a eleição de Álvaro Uribe, uma criatura da extrema-direita, aliado dos paramilitares. O ouro e as armas de Was-

hington e a intervenção militar progressiva dos EUA não conseguirão, porém, vencer as FARC, um exército popular que se bate há quatro décadas numa epopeia que entrou na história.

Na Bolívia, no Equador, no Peru, no Paraguai os movimentos indígenas desafiam as oligarquias.

Na Argentina, o povo continua a sair às ruas. No Brasil, o MST não se deixa intimidar e desenvolve novas e originais formas de luta enquanto nos seus acampamentos e assentamentos lança as sementes de estruturas sociais, culturais e económicas que deixam entrever os contornos de um Brasil humanizado e progressista.

A cidadela cubana resiste, com firmeza e heroísmo, demonstrando que é possível dizer NÃO ao imperialismo.

No contexto do debate criador de ideias que volta a agitar o Continente como nos anos 60, uma realidade suscita consensos cada vez mais amplos. Revolucionários e rebeldes sociais registam que a luta de classes desempenha um papel de crescente importância nos conflitos que irrompem por todo o Continente, inquietando o poder imperial dos EUA. O golpe e o contragolpe da Venezuela constituíram uma demonstração quase laboratorial dessa evidência.

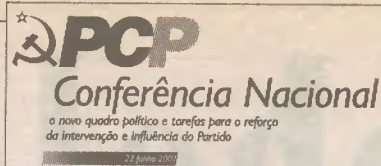
Nunca talvez, desde a época de Bolívar, o verbo Resistir! expressou com tamanha fidelidade o sentir das forças progressistas do mundo latino-americano.

(*) Citado por Hugo Guzman, Agência de Notícias de Chile, 6.04.2002.

(**) www.observatoriodaimprensa.com.br
Julio Scherer é um dos mais prestigiados jornalistas do México. Foi director do diário «Excelsior» quando este era um dos grandes jornais da América Latina.

Luiz Alberto Magalhães foi director-assistente do «Observatório da Imprensa», o mais influente jornal informático do Brasil. Foi nesse sítio web que o artigo citado apareceu.

Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) - devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 - Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.

Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, perfeitamente legítimas, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

Contributo para a discussão

O camarada João Paulo Avelãs Nunes deu a sua opinião sobre o momento actual, num artigo intitulado «A Responsabilidade».

Apesar de achar que os principais contributos para uma plena discussão são os que dou na actividade diária do Partido, senti, pela primeira vez, a obrigação de participar também neste tipo de debate, que, apesar de tudo, considero importante.

No artigo do camarada, há um conjunto de conceitos/opiniões cuja formulação me traz algumas dúvidas e sobre as quais tenho a minha própria opinião, assim:

I - Quando o camarada refere «Processo de degenerescência sectária, isolacionista e negacionista»

Eu pergunto: «Degenerescência sectária» significa manutenção de princípios e participação diária, conjuntamente com outras pessoas, mesmo de outros partidos, em frentes unitárias, com vista a atingir objectivos concretos que ajudem à afirmação da necessidade de uma política alternativa para o país?

Eu penso: Que a não existência no Partido dessa «degenerescência» decorre da nossa prática de reafirmação e aplicação diárias dos princípios fundamentais em que sempre se apoiou o Partido.

2 - Quando o camarada refere «As virtualidades demonstradas nos países centrais ou semiperiféricos»

Eu pergunto: Essas virtualidades são as grandes conquistas científicas, técnicas e tecnológicas (que são fruto do desenvolvimento de toda a humanidade e não só de um tal ou tal país) postas ao serviço dos mais poderosos, permitindo assim uma mais fácil e maior exploração dos que vivem da força do trabalho, seja manual ou intelectual?

Eu penso: Que, enquanto esses avanços científicos, técnicos e tecnológicos não forem postos ao serviço da maioria das pessoas, de forma a facilitar o acesso à educação, à saúde, à cultura e ao bem-estar, enfim, que permita haver uma melhor qualidade de vida para uma maioria e não só para uma minoria privilegiada, não são virtualidades, mas sim meio de uma maior exploração.

3 - Quando o camarada refere «a autodestruição do partido e a criação urgente de condições para o acesso generalizado a informações e propostas relevantes, para debater seriamente e em ambiente de fraternidade»

Eu pergunto: Não será que o Partido, como organização que é, só se autodestrói, se os seus membros se autodestruírem, ou destruírem a sua organização?

Quem define o que são e quais são as propostas relevantes? Serão as que resultam de um congresso que, como sabes, foi muitíssimo participado, ou, pelo contrário, serão as que, alguns camaradas acham, que por serem deles, valem mais do que as aprovadas maioritariamente por um colectivo?

Será que alguma vez houve um acesso tão generalizado às informações/propostas, que eu penso que tu consideras relevantes, já que, apesar da forma pouco fraterna como são veiculadas, diariamente aparecem na imprensa escrita, radiofónica ou televisiva, quer para o interior quer para o exterior do Partido?

Eu penso: Que, quanto maiores forem a coesão interna do Partido, o reforço e iniciativas próprias, a informação e comunicação no interior do Partido, a sua ligação com os trabalhadores, os jovens, os intelectuais, os quadros técnicos, etc., menos condições existem para a autodestruição. Para isso é necessário, a meu ver, que cada um de nós assuma a sua própria responsabilidade de ligação com os outros trabalhadores, intelectuais, etc.

5 - Quando o camarada se refere «à capacidade de gerir e potenciar a diversidade interna (...) da pluralidade e abertura dos laços estabelecidos com a sociedade civil»

Eu pergunto: O que será a «sociedade civil»? Será alguma sociedade a que tu e eu não pertencamos?

Eu penso: Que não existe uma «sociedade civil» ou uma «sociedade não civil», o que existe é uma sociedade dividida em classes, algumas delas antagónicas e dentro dessas classes um conjunto de camadas sociais, que

em determinadas circunstâncias podem lutar por objectivos comuns.

Só a compreensão destas questões e a discussão do fundamental e não do acessório potencia a diversidade e a pluralidade de opiniões, bem como fomenta a fraternidade que deve existir, não só entre os comunistas como entre todos os que estão no mesmo lado da luta.

A. Gouveia Carvalho
Lisboa

Defender o ideário comunista (*)

O PCP é atravessado pela maior crise política (porque ideológica) da sua história recente. Esta situação carece da participação de todos os comunistas. Nesta minha intervenção escuso-me de teorizar demasiado a argumentação, optando por analisar, segundo duas vertentes, as palavras de alguns Renovadores, que solícitos órgãos da Comunicação Social inimigos dos comunistas se prontificaram a publicar e a publicitar.

- Esvaziamento ideológico

Diz José Frade: por que não debater em público a questão, se o Partido deve manter as referências ideológicas. Já em 1980 Vital Moreira defendeu a demissão de Álvaro Cunhal e o fim do leninismo. Esta tese foi retomada por um renovador no «jantar deles» na FIL, quando disse: banir de uma vez por todas o leninismo do Partido.

Convém aqui lembrar que foi Lenine quem, no princípio do século XX, fundou o primeiro partido comunista, dando deste modo forma prática à filosofia marxista que tão bem soube interpretar. Todos os partidos comunistas que se fundaram depois se inspiraram no partido comunista da União Soviética, de ideologia marxista-leninista.

Convém também não esquecer que o objectivo de qualquer partido comunista é combater a sociedade capitalista, destruindo-a e substituindo-a por uma sociedade socialista. Este é o farol que nos orienta e o marxismo-leninismo a força que a ele nos conduz. Apagar o farol e partir o leme (marxismo-leninismo) é navegar à deriva nas águas turbulentas do capitalismo, é a morte do socialismo.

Diz José Frade: renovar mantendo a identidade e os princípios comunistas. Retirando ao PCP o ideário marxista-leninista que identidade e princípios restam?

Creio que José Frade é um comunista honesto que apenas por distração entrou em contradição.

- Congresso/Conferência Nacional

Sensível a toda esta problemática, marca o Comité Central uma Conferência Nacional para o dia 22 de Junho.

Contestam os Renovadores. Diz Edgar Correia: a discussão deve pôr tudo em causa: Estatutos, Programa, orientações e elenco directivo. Diz José Frade: renovação de métodos, estratégia e estilo de comunicação.

Quanto a métodos, estratégia, orientações táticas, estilo de comunicação e porque não o programa devem ser discutidos porque a todo o instante devem ser adaptados à conjuntura política, mas para tal não é necessário a realização de um Congresso extraordinário.

A Conferência Nacional é um espaço perfeitamente válido e amplo para nele se discutirem tais temas e para dessa discussão saírem indicações que permitam aos órgãos directivos tirar conclusões e fazer as consequências rectificatórias.

Quanto aos Estatutos, há princípios que qualquer comunista convicto não poderá permitir que sejam postos em causa. O centralismo democrático e o marxismo-leninismo são a essência do partido e portanto a sua discussão não poderá ser admitida.

Rejeitam a Conferência e exigem o Congresso porque não estão interessados em corrigir um ou outro aspecto da prática política, mas porque visam alterar os Estatutos e substituir os dirigentes.

Se conseguissem alterar os Estatutos, esvaçavam o Partido do seu conteúdo ideológico,

tirando-lhe vida e transformando-o num ser vegetativo.

A substituição dos dirigentes é para além de um caso de ética um problema político.

Em política os homens passam mas as ideias ficam, portanto os homens só são importantes quando defendem as *nossas ideias*.

Os actuais dirigentes do PC que os Renovadores querem tornar obsoletos, quais trastes velhos sem serventia, são os guardas do ideário comunista, o garante de que o partido não será subvertido.

Embora os homens sejam menos importantes que as ideias, não devemos esquecer que os dirigentes que os Renovadores querem atirar para o «caixote do lixo» são comunistas que dedicaram as suas vidas em defesa do comunismo, suportando prisões, maus tratos, vexames, tudo o que a PIDE inventava para os quebrar. A PIDE não os venceu, não queiram agora camaradas castrar-lhes o pensamento e a vontade política.

Hermenegildo Goinhas
Cuba

O canto das sereias

Quando se deu a implosão dos governos comunistas na União Soviética e nos países da Europa de Leste, os partidos socialistas embeberaram em arco, participando no coro jubiloso da reacção. Mal sabiam eles o que lhes iria acontecer logo de seguida, mesmo depois de terem acedido ao poder em muitos países da Europa, naturalmente com o apoio daquele eleitorado, ou parte dele, que anteriormente votava comunista e então se mostrava decepcionado com as indecisões dos seus antigos dirigentes. Só que a ofensiva da direita não ia perder tempo, continuando a exercer pressão sobre o descontentamento das massas. A essa pressão responderam os socialistas com uma política de direita, colocando-se de cócoras perante o capital, tentando iludir os trabalhadores.

Os governos comunistas tinham perdido o apoio do povo por se terem transformado em clubes de elites aburguesadas. É essa mesma elite aburguesada que quer, no seio do PCP, fazer derivar o Partido para um modelo socialista, que já se mostrou incapaz de enfrentar o capital.

O capitalismo aposta no conceito segundo o qual o Estado tem de ser quanto menos interventivo melhor. É um conceito que tem a mesma perspectiva do anarquismo, mas de intenção diversa, com a agravante de, para as massas trabalhadoras, quanto menor for a intervenção do Estado, menos garantias elas têm, do ponto de vista do direito ao emprego, à saúde, à educação, aos salários condignos, à reforma, às pensões, à protecção à criança, etc.

Ao proporem a alteração dos Estatutos e de outras normas de vivência do PCP, os chamados renovadores (adulteradores ou desvirtuadores) querem transformar o Partido no saco de gatos assanhados que são os partidos burgueses, onde não existe a disciplina da militância solidária e fraterna, querem ferir de morte a unidade, criar grupinhos e grupelhos, para melhor manipularem as bases onde sempre tem imperado o lema de um por todos e todos por um.

Ora, a verdade é que o capitalismo foi capaz de pôr em prática uma dinâmica que a esquerda não conseguiu implementar mediante uma estratégia baseada na união universal de todas as centrais sindicais, de todos os partidos que se revêem na luta dos trabalhadores. O capitalismo universalizou-se, estendeu os seus tentáculos a todo o globo, de forma organizada.

E assim os trabalhadores perderam a corria e a sua capacidade de luta, porque não se conseguiu levar à prática a consigna «Proletários de todos os Países, uni-vos!».

A Internacional Socialista, com o seu pendão para o centro, querendo agradar a gregos e troianos, isto é, a patrões e empregados, não serve os trabalhadores; serve os desígnios dos seus dirigentes, o seu protagonismo pessoal.

Por isso eu digo aos chamados renovadores que eles estão empurrando as classes trabalhadoras, os proletários, para a esfera de

influência radicalista de todos os *le pen* à espreita da sua oportunidade fascista ou neonazi. Entretanto, quantos proletários - não tenhamos medo da palavra - participaram nos seus opíparos jantares de promoção mediática, com amplo apoio dos meios de comunicação de raiz patronal, quantos?... Não seria melhor que fizessem uma autocritica sobre as suas contribuições, como dirigentes, para os fracos resultados eleitorais em zonas da sua direcção?

Não esqueçamos que as elites dirigentes dos Partidos Comunistas convertidos à quimera da mudança o que conseguiram foi a descaracterização desses Partidos e enfraquecer a força combativa, revolucionária dos seus militantes. França, Itália e outros são exemplos dramáticos que não queremos seguir. Basta de oportunismos! Basta de perestroikas! Já vimos de sobra ao que tudo isso leva.

Para terminar e ainda mais uma vez aos que contestam o trabalho da direcção do Partido, gostaria de lhes lembrar que os comunistas fugiram, sim, algumas vezes, das prisões, mas nunca fugiram da luta, e não é, sequer, uma ou outra derrota que os faz fugir das suas convicções e das suas obrigações, como ainda agora o fizeram Guterres e Jospin. O PCP não foge tão-pouco para a frente, como querem alguns. Porque o Partido Comunista Português o que tem de fazer é seguir o Povo, não a quaisquer caudilhos de ocasião.

Quanto ao resto, renovadores burgueses e quejandos, isso é paisagem já em tempo oportuno denunciada por Lenine. Já conhecemos esses cantos de sereia.

António Colaço
Santiago do Cacém

Demolir ou construir? (*)

Houve um tempo em que os comunistas eram todos mauzinhos e até metiam medo, agora há uns menos maus que se opõem em nome da modernidade sem hífen aos desmandos de uma clique ortodoxa e obreirista. É com esta imagem que os meios de comunicação social querem «salvar» o PCP dele próprio.

Só assim se compreende que o debate pré-fabricado que se lê semanalmente nos mais diversos quotidianos apenas acolite, num exercício de absolutismo democrático, as vozes do descontentamento indisciplinado.

Mas o que de facto perpassa nesse subterrâneo de boas vontades e de muita vaidade é um espírito predatório com alguns traços conspirativos.

O uso que é feito de certas palavras não é inocente, denota uma ideia pré-concebida e manipuladora. Existe uma clara orientação desestruturante (assumida pelos *media* e municada pelos neocratas de fachada) em relação às iniciativas legítimas do PCP. Inventar-se um novo PCP, pretensamente de base e insurrecto em relação à direcção.

Não será por acaso que pela abundância de termos policiais como «repressão», «purga», «perseguições», «petit comité», «interrogatório» se criminalizam os que dão a cara pelo Partido e se dramatiza a auto-exclusão de militantes comparando-a ao fenómeno sanguíneo (e note-se a obscenidade dessa comparação) que foi o estalinismo.

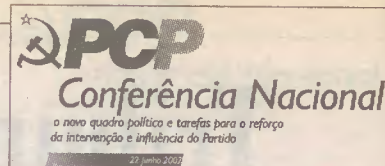
A palavra «histórico» é positivada quando se trata de nomear um ex-dirigente ou ainda dirigente que mediatiza as suas divergências. Mas o mesmo termo torna-se sinónimo de mediocridade, de desqualificado, de estereotipo quando se liga a um nome da actual direcção.

Mascarando o adversário, descaracterizando-lhe as ideias, torna-se mais fácil justificar e consolidar o maniqueísmo bipolar.

Deste modo a própria mensagem do PCP é objecto de patetização e aos patetas tira-se a palavra.

O estado *knock-out* em que as eleições deixaram o PCP convidava a um certo respeito pelas regras do Marquês de Queensbury, isto é, não pontapear o adversário quando ele está

Tribuna da Conferência



estendido no tapete. Mas nem esse acto de lealdade merecemos.

Este radicalismo «dois em um» de acusar e sentenciar (a direcção é golpista, irrecuperável, os verdadeiros leninistas somos nós blá, blá, blá...), também, corre riscos de deriva sectária e autofágica. É que ao não se dar qualquer hipótese de remissão ao nosso interlocutor, abre-se a porta à culpabilização como técnica de tomada do poder. E o culpado seguinte pode muito bem ser um dos heróis da véspera.

Se para uns só contam os que lá ficam, para outros o inverso também se aplica, ou seja, só contam os que de lá saíram.

Tudo isto é aborrecido mas não tem que ser o nosso fado.

É que as coisas que nos unem são, com certeza, mais fortes dos que as que nos separam. Ou será que o direito de admissão à fraternidade comunista está reservado apenas aos neocratas comensais?

Pela sua prosa altercada, receio bem que sim. O debate sem exclusões propalado aos quatro ventos parece só admitir os militantes eloquentes e abonados com benfeitorias.

As formiguinhas diligentes, anódinas e sem opinião própria pertencerão, certamente, ao lado errado desta história e o melhor que têm a fazer é anuir às qualificadas reflexões de quem sabe. É neste elogio servil do especialista que prospera o anti-intelectualismo...

E para que não haja enganar sobre quem tem o monopólio da mudança até pretendem enfiar a carapuça de militantes telecomandados aos que, mesmo em divergência com as orientações tomadas pelo Partido, observam as regras básicas da lealdade e da disciplina. De facto o Partido precisa de entrar em obras mas será que estes autopropostos mestres de obras não estão mais interessados em demolir do que em construir?

Temos que ser um continente e não um arquipélago que só existe na baixa-mar.

É que os vampiros, que nunca abandonaram a mesa do poder, banqueteiavam-se.

Viva o PCP!

Pedro Pousada
Parede

O valor da cultura (*)

O autor destas linhas, repito, o autor destas linhas, gostaria de ver na Conf. Nacional do PCP:

1) O reforço de todas as orientações que levem à maior afirmação e intervenção do PCP, na linha dos métodos, princípios, objectivos e aspirações que sempre se propôs concretizar. Neste sentido, chamo a atenção dos camaradas que, por vezes, o Partido mostra dificuldade em passar das suas ricas abstrações e decisões a uma prática de intervenção. Exemplo: o encontro para preparação das eleições legislativas, com um painel especificamente dedicado às questões de propaganda. Por acaso o autor não esteve nesse encontro mas também não se apercebeu de qualquer novidade estilística na campanha eleitoral que se seguiu. Antes pelo contrário, notou cedências a fórmulas alheias. Se se decidiu e actuou em conformidade, então preserve-se só o sentido da crítica (a aprofundar em sede própria).

2) A afirmação do PCP como a alternativa de esquerda para Portugal. Desde o 25 de Abril que, do PS, apenas se sabe que está contra os «totalitarismos, sejam eles de esquerda ou de direita». Muito bem, está no meio, como as virtudes. Mas afinal o que tem sido para eles «ser de esquerda»?

Conhece-se-lhes alguma outra ideia original? Há algum combate da esquerda, por pequeno que seja, que não tenha sempre origem no PCP? Os senhores da dita esquerda (internacional) socialista não têm independência face ao capital e, como se viu, entregam os poderes económico e político ao primeiro «embate». O PCP deve reafirmar, como sempre, a sua polarização de classe e a sua capacidade única de defender o interesse nacional, o seu carácter de partido e movimento de opinião.

3) Os comunistas animarem a ideia de serem já os únicos que, em colectivo, actuam no interesse da Nação e que todo o sentido faz, hoje como ontem, em assim o fizerem (mais do que as alternativas local e global). Se a teoria diz e a prática mostra existir uma ligação estreita entre a cultura e a independência de um povo, como escapar ao nosso comprometimento com os desígnios de recuperação e afirmação nacional, preso que o país anda nas comparações com a UE? Talvez venha a provar-se que, em proporção, as maiores realizações culturais do nosso país depois de 1921 ficam associadas ao PC Português. Aliás, este conserva um tal espólio de ideias que não se pode furtar à sua dinamização. Não é brincadeira: o sonho comanda mesmo a vida.

Afirmemos pois, bem alto, o valor da Cultura, junto da nossa identidade (Comunista), como garante do nosso futuro (Português) e da efectiva libertação dos monstros do passado.

(Entretanto, o ópio internacional dos *big brothers* e demais cultura burguesa ensinam-nos uma mão cheia de coisa nenhuma. As manchas de pobreza alastram por entre a ignorância reinante. Noutro extremo, a bel-prazer, a direita vende as riquezas nacionais ao estrangeiro, comprometendo o futuro de todos. Assiste-se à ressurreição das relações humanas mais viciadas, dominadas por uma elite beata, opulenta e obtusa.)

Só o PCP, e não o PS, tem a perspectiva de independência nacional (reconstrução económica) capaz para o nosso povo: que aumente os salários e que obrigue à formação de uma Escola Pública de qualidade e método próprio, com, pelo menos, um ensino excelente de português, matemática e língua estrangeira. Tal aconteceu na URSS ou nos EUA (só no método) e até pequenos países como Cuba ou Finlândia mostram ser possível. Será preciso dar espaço às forças do progresso para tomar novo rumo, e coesão para o manter por longo tempo.

Em resumo, o melhor de 1/10 da História de Portugal está já ligado ao Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Muito está feito - muito mais está por fazer.

4) Que seja reafirmada, como sempre, a confiança na construção de um País onde se afronta o mal, em vez de se ter de lhe submeter como o mal menor. O PCP nunca precisou dos que cruzam os braços ou dos que acordam um dia com as convicções alteradas.

Nas palavras de um poeta: batalhar, forçar, perseverar e nunca capitular!

Rui Albuquerque
Lisboa

Debater é preciso (*)

Não há como ignorar a gravidade da crise por que passa a organização do P.C.P. - sem dúvida a mais traumatizante em toda a sua história, e talvez, a que mais nefastas consequências venha a produzir nas suas estruturas, enquanto Partido dos trabalhadores, do povo e da juventude.

Quando dirigentes com responsabilidade nos quadros do Partido vêm a público contestar a organização da qual fazem parte, algo de muito grave se passa na vida interna do Partido... E o mais grave é quando os discordantes ou contestadores servem-se de órgãos da «informação» sabidamente apostados no anticommunismo, e contra as propostas pelas quais o Partido luta.

Compreende-se que no Partido - como em qualquer actividade humana que colectivamente se proponha construir algo -, surjam diferenças de opinião ou diferentes métodos de realização. É, nestes casos, que se faz necessária a ponderação lógica de Carvalhas, quando diz «que não há regras imutáveis» mas as regras que estão aprovadas (e por maioria em colectivos) têm de ser cumpridas.

Chega-nos à Emigração um Boletim do Partido acompanhado de recortes publicados na «Visão» e no «Avante!» que, pela diversidade de opinião e interlocutores, abrem uma fresta de luz sobre algumas das questões. Para quem vive a 7000 km de

distância do acontecer das coisas sempre é um relâmpago. É Francisco Lopes no «Avante!» quem diz, como resultado dos contactos em seu dia-a-dia no «trabalho de campo», que, «os que comandam a actividade fraccionista apostam no quanto pior melhor». Do outro lado, denúncias de falta de transparência, apelo à operação «verdade», acusação de devassa à «vida privada». Por enquanto, tudo é fumo, de fogo que arde oculto. Se bem que, «vida privada», nos tempos de hoje, não é tão privada quanto se julga, se se trata de político.

Mas é ainda no diálogo e no debate, honesto, franco e democrático que as questões e diferendos terão de ser resolvidos. Um Partido com uma honrada história de lutas pela liberdade e a democracia, pelos interesses dos trabalhadores e do povo, e que possui o melhor da inteligência do seu povo, não pode permitir-se um desencontro com a História.

Julgo que, de todos os lados, existe consciência de que nas questões de fundo, que a realidade do nosso tempo transfere para a vida do Partido, é-lhe exigindo novas avaliações e estratégias, que apontem para uma sociedade mais justa, sem explorados nem excluídos, que leve ao Socialismo.

A abertura de uma Tribuna no «Avante!» para a publicação de ideias, opiniões e reflexões, constitui um sadio aporte que, por certo, irá facilitar em muito a Conferência Nacional, onde todas as questões encontrarão o espaço apropriado, para debate. Como exemplo, cito o texto «Ser ou não ser» do meu comprouviano de Faro - Fernando Martins.

Já no texto «Pela racionalidade»... (Avante! 2/05/02) nota-se alguns exageros no seu enfoque; mais por falta de optimismo construtivo que outra coisa. Sobretudo no ponto 3, onde as questões são postas em termos de dicotomia, «obreiristas» versus «capitulacionistas», tipo linha Maginot. É evidente que esse não será o desejo de quem apela à racionalidade.

De uma coisa parece-nos que não há por que duvidar: é que todos reconhecem que o PCP é, ainda, o instrumento político necessário e indispensável à consolidação e avanço da democracia ao serviço do povo, dos trabalhadores e do País. Por isso mesmo, dialogar, debater, lutar, é preciso!..

Manuel Neto
Brasil

Já chega!

Tenho ouvido e lido que se desenvolve a mais violenta campanha de sempre contra o PCP. Como de costume também ela conta com a participação de militantes que, invoquem lá que razões invoquem, estão todos, **mas mesmo todos**, a contribuir activa e objectivamente para a destruição do Partido que dizem ser o seu. Apesar de reconhecer que se trata de uma particular ofensiva contra o Partido, não julgo que esta seja mais violenta que outras. Basta um pequeno exercício de memória para concluir que ainda não há muito tempo também correram abaixo-assinados, também se escreveram milhares e milhares de páginas nos jornais, também pudemos ver as televisões dar-nos a tal especial atenção e, por incrível que pareça, até os protagonistas internos da campanha eram ao tempo mais ilustres «comunistas» que os actuais. Na altura também tivemos direito a membros da CP (Zita Seabra), do CC (Raimundo Narciso, Pina Moura, Vítor Neto, etc.), dos Grupos Parlamentares (Jorge Lemos, J. Magalhães, V. Moreira, B. Moura, etc.), do Movimento Sindical (A. Teodoro, L. Castro, C. Cidade, J. L. Judas, etc.), do Poder Local (O. Almeida, C. Sota, O. Castro, O. Dias, etc.) e da chamada intelectualidade (G. Canotilho, J. Leite, V. Oliveira etc.). Peço desculpa a todos aqueles de que me esqueci.

Mas se isto assim foi e assim é, por que motivo a campanha em curso está a ter mais sucesso?

A resposta em minha opinião é que isto acontece porque o Partido e a sua direcção estão mais frágeis.

Está o Partido mais frágil porque é influenciado por diversos, complexos e negativos factores externos que me escuso neste

momento de referir, mas também por insuficiências e erros internos de entre os quais saliento: a política de quadros que catapultou para tarefas de responsabilidade militantes com base em critérios que não acautelaram a sua opção de classe, firmeza ideológica e lealdade ao Partido; a institucionalização e autarquização da actividade e intervenção do Partido e das suas organizações num claro acomodar ao sistema e ao regime; o estabelecimento de complexas (para não dizer outra coisa) relações com o exercício dos nossos pequenos poderes nas autarquias e no M. Sindical; a falta de prática revolucionária mesmo em quadros com «grande» teoria revolucionária o que afectou profundamente o prestígio dos indispensáveis e insubstituíveis funcionários do Partido; o crescente incumprimento do princípio de não se ser beneficiado do desempenho de tarefas ao serviço do Partido; o cada vez maior esbatimento da natureza de classe do nosso projecto autárquico; e uma, por vezes significativa, diferença entre as orientações definidas e a prática política.

Está a Direcção mais frágil desde logo porque o Secretário-Geral não é o mesmo. O actual S.-Geral tem revelado insuficiências na capacidade de mobilizar e motivar o colectivo partidário e na capacidade de atrair e galvanizar as massas. Tem ainda demonstrado tibieza na sua intervenção ideológica não transmitindo aos militantes a necessária confiança no Partido, neste Partido.

A Direcção do Partido, Comité Central e seus organismos executivos têm particulares (ainda que não exclusivas) responsabilidades nas fragilidades que afectam hoje o PCP e têm demonstrado total incapacidade de agir (já que no plano da posição política o tem feito) contra os que, sendo ainda militantes, promovem mais uma ignóbil campanha contra o Partido.

A cada dia que passa sem que sejam expulsos alguns membros do Partido e sem que sejam tomadas medidas que ponham fim ao desvio de direita, crescem as responsabilidades e aprofunda-se a cumplicidade (por omissão) da Direcção neste processo que se não for travado conduzirá à destruição do Partido Comunista Português.

Recado: Já sei que não conheço o todo partidário, que a situação é complexa e as minhas opiniões simplistas, que defendo «soluções milagrosas», que tenho a mania de me armar em «arauto da defesa do templo», que sofro de «radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista», que sou «obreirista», etc.

Vítor Martelo
Seixal

Deixem os militantes decidir

O fim trágico da experiência socialista nos países do Leste da Europa tornou evidente que uma das causas determinantes do insucesso do modelo foi o afastamento dos Partidos e dos seus dirigentes, dos reais anseios dos Povos daqueles países, em grande medida como consequência do sectarismo ideológico a que conduziu o modelo estalinista. Para além de sancionar, em nome do socialismo, todos os crimes cometidos aos que se opunham à corrente ideológica dominante, aquele modelo impôs uma visão dogmatizada e estática do marxismo-leninismo transformando uma teoria crítica e viva numa enfadonha e paralisante escolástica.

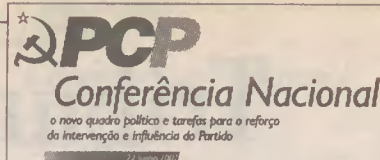
Apesar da luta histórica ímpar do PCP pela derrota do fascismo e pela restauração das liberdades democráticas no nosso país, os erros cometidos em nome do socialismo pesam também como um fardo sobre nós e são motivo de desconfiança relativamente à sinceridade com que afirmamos no nosso programa o valor intrínseco da democracia política, a defesa das liberdades individuais e o reconhecimento de que o caminho para o Socialismo terá de ser feito através de eleições com a democraticidade que assegure a real manifestação da vontade popular e a intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do país. No sentido de credibilizar o nosso programa, parece-me fundamental rever os nossos estatutos no sentido de assegurar a democracia interna através da livre circulação de ideias e da eleição por voto secreto de todos os órgãos de direcção.

A não admissão de diferentes correntes de opinião, alegadamente porque conduziram à constituição de fracções com líderes e plataformas políticas próprias pondo em causa a unidade do Partido, tem levado a que sempre que surgem opiniões divergentes em questões nucleares dentro dos órgãos de Direcção tenha sido prática da linha dominante o isolamento dos camaradas «desalinhados». Assim, em vez de admitir a que a razão possa estar do seu lado, respeitar as suas opiniões, levá-las a debate dentro do Partido e deixar que seja o colectivo a decidir, a postura tem sido a oposta: procura evitar-se que as divergências se tornem conhecidas dos militantes, por vezes mesmo do Comité Central, lançam-se suspeições e anátemas sobre quem diverge e convida-se os já designados como ex-camaradas a abandonarem o Partido.

A estrutura orgânica do Centralismo Democrático, para além de assentar na exigência de uma única orientação geral e uma única direcção central, requer para o seu desenvolvimento uma profunda democracia interna. Para que tal se verifique há que aceitar que o princípio do contraditório, expresso no livre debate de ideias e fonte do desenvolvimento dialéctico do pensamento, se processe com naturalidade a todos os níveis da organização. Daqui não decorre a paralisação política do Partido, uma vez que dos Congressos há-de resultar sempre uma direcção maioritária e uma linha política que todos devemos acatar e levar à prática até à próxima reunião magna.

É hoje por de mais evidente que um largo sector de militantes não se revê no actual Programa e Estatutos do Partido, considerando que muitas das insuficiências partidárias e dos recentes insucessos eleitorais resultam do seu desajustamento relativamente às novas realidades políticas do País e do Mundo. Esses militantes, com opiniões

Tribuna da Conferência



diversas, têm expresso os seus pontos de vista dentro e fora do Partido, convergem num aspecto fulcral: a necessidade de que todo este processo culmine num Congresso Extraordinário organizado em novos moldes por forma a que, num clima de serenidade e tolerância, todas as opiniões possam ser expressas e debatidas deixando ao colectivo o soberano papel de decidir.

O PCP encontra-se hoje provavelmente na maior encruzilhada da sua história e há um tempo para decidir já que não se pode viver em clima de ebulição permanente. Na resolução da crise têm particular responsabilidade os Órgãos de Direcção pois só eles têm o poder de decidir sobre a convocação do Congresso. O fazer orelhas moucas ao clamor de inúmeros militantes e não reconhecer que o Partido vive hoje uma situação excepcional que só pode ser ultrapassada numa lógica de inclusão, pelo confronto democrático de ideias, conduzirá inevitavelmente à rotura que, estou certo, é o que a maioria de nós não deseja nem serviria os interesses do País e do Povo Português.

Jorge Almeida
Porto

Um Partido actuante (*)

A teoria não é um conjunto de chavões destituídos de significado. Afirmar os ideais comunistas e o processo socialista de transformação da sociedade é uma prioridade no plano da acção e luta do Partido. Da avaliação correcta do fenómeno social, a partir das premissas socialistas, depende a eficácia de um projecto efectivo de atracção das massas.

A organização do Partido tem como critério nuclear a adequação aos desafios suscitados pelo concreto vivido. A perspectiva classista em torno do operário deve ser ampliada; os trabalhadores, pobres, marginalizados e todas as vítimas da voragem criminosa do capitalismo, constituirão no século XXI a força vital do Partido.

Em termos estritamente organizacionais, defendo o centralismo do Partido, sendo garantida a sua democraticidade por uma comunicação fácil e fluida com as bases, alicerce de toda o complexo partidário e, ao mesmo tempo, elo de ligação com o mundo do trabalho, do sofrimento, da privação, da humilhação. Comunicação a estabelecer entre centro decisor e células locais, associações de moradores, sindicatos, assumindo uma orientação pluridimensional, horizontal e vertical, onde interagem as informações e decisões de forma efectiva e em constante processo de revivificação quando projectadas no todo social, onde o imperativo da luta é, nos dias de hoje, muito acentuado.

Ressalvo, porém, que este esquema não se deve traduzir numa verticalidade piramidal por onde fluem informações, ou seja, numa subordinação das diversas relações de horizontalidade a um único vértice: o Comité Central. A organização do Partido deverá assumir um desenho informacional ramificado, através do desdobramento do centro decisor numa múltipla e profícua troca de estímulos com as bases. Um centralismo democrático em que os eventuais desvios para uma rígida hierarquia estão atenuados por uma constante lógica reflexiva e auto-crítica, de que é excelente exemplo a Conferência de Junho.

O processo de actualização com a realidade será permanente, através da auscultação já referida dos órgãos regionais partidários, mas também com associações que extravasem o Partido e desenvolvam sinérgicas acções de solidariedade humana, concretamente algumas paróquias católicas das zonas mais pobres e suburbanas. Não me refiro, naturalmente, à igreja da beatice que faz par com o actual Ministério dito de Solidariedade, onde se confunde fraternidade com sobranceira caridade, liberdade com moralismo salazarento, gente pobre com indivíduos que não querem trabalhar, numa lógica liberal onde pobreza e riqueza são resultado do sucesso individual e não de condicionantes sociológicas.

Defendo um Partido Comunista Português dinamicamente complexo, aberto à realidade para corrigir os seus erros e não para se adaptar aos pressupostos capitalistas vigentes, através dos instrumentos de luta social e política: greve, manifestação de rua, oposição férrea no Parlamento, denúncia constante de políticos que não respeitam as normas mais elementares da democracia e do respeito pelos outros, acções de sensibilização das massas no sentido de as libertar do jugo dos grandes empresários e das classes possidentes, pugnando por verdadeiras políticas sociais, ao nível estrutural, e denunciando as acções de caridade que o Governo se proponha a fazer no âmbito de um processo generalizador de estultícia e ignorância.

Defendo um Partido Comunista Português sem complexos, actuante, reflexivo para dentro de si, sem recuar a crítica mas integrando-a num processo de reformulação; para o exterior numa atitude indomável de constante luta por mais justiça social.

Um Partido Comunista que não receie os chavões: abaixo as forças reaccionárias, políticas, religiosas e económicas, infelizmente agora no poder! Viva o Socialismo!

Paulo Gonçalves
Porto

A falada renovação

Não se fala de outra coisa, os renovadores e a necessidade de Renovação no PCP. Está meio Portugal com o PCP de boca em boca, claro está, com a forte manipulação dos meios de comunicação, para que tal aconteça. Como Comunista que sou, tive a necessidade de escrever estas linhas para o jornal, simplesmente para dizer que o PCP está a ser tratado de uma forma que não merece. E digo isto porque tive o prazer de estar no último congresso do

Partido. Para mim era a primeira vez que participava em tal evento. Quero dizer que foi uma lição a todos os níveis, desde a participação e empenho de todo o colectivo mas também pela forma democrática com que o mesmo decorreu. Todos os delegados que quiseram expor as suas ideias, sugestões e críticas, tiveram toda a liberdade para o fazer, tudo isto com o maior respeito entre os camaradas presentes (ímpar em outros partidos políticos que se dizem democráticos). Realmente foi uma experiência muito enriquecedora.

Pergunto eu: Renovar, mas afinal o quê? Os militantes chamados da velha guarda? Todos nós devemos orgulhar-nos em tê-los no nosso partido, muitos sacrificando a sua própria vida em nome da democracia (lembrem-se os camaradas que Álvaro Cunhal levou com esse rótulo imposto pela direita conservadora da nossa linda e pomposa democracia).

Renovar o Partido? Como?

Não existe exploração? Não existe a classe operária? Será que temos que abdicar da ideia de que uma sociedade pode e deve ser mais justa do que a que temos?

Será que temos que nos integrar politicamente no sistema de continuar a mentir ao povo?

Tudo isto e muitas outras questões é o que eu coloco para uma reflexão profunda de todos os camaradas:

O Sr. João Amaral, após as últimas eleições legislativas, em que os resultados não foram muito bons (aqui também queria responsabilizar os militantes que votam em outros partidos que não o seu), não deveria ter feito as declarações que fez à direcção do Partido. Primeiro, por uma questão de ética e, por outro lado, porque com essas atitudes magoa os sentimentos de quem é realmente comunista, que é bem diferente daqueles que os restantes políticos praticam «e que o Sr. João Amaral imitou à perfeição». Para terminar só pedia uma coisa aos camaradas chamados renovadores com todo o devido respeito: não banalizem o PCP, nem queiram que o PCP esteja na política da forma que os demagogos de outros partidos e organizações eventualmente advogam.

PS - Queria saudar todos aqueles que trabalham para este jornal, pois na minha opinião têm feito um grande trabalho.

Rui E. Pinto
Caminha

Por aí não vou!

A todos aqueles que perderam
O norte e a esperança
A força e a confiança.

Juntos caminhamos
ao longo de veredas,
movemo-nos suavemente
sobre as asas da esperança.
Chorámos com a alegria
de tectos salariais rompidos.
Lutámos por um naco de pão
e o sorriso de uma criança.
Revoltámo-nos juntos
contra planos sórdidos urdidos.

Hoje, quase trinta anos depois,
vamo-nos provavelmente separar,
porque tu camarada
deixaste de ser meu irmão.
No teu coração deixou de brilhar
a solidariedade militante,
e eu, continuo a sonhar,
com um rosto cândido e puro.

Eu, a quem tu chamaste duro,
continuo a acreditar no homem,
atento, novo, de pé triunfante,
o homem do futuro.

Continuarei a chorar com
a alegria de uma criança,
mas para onde queres ir, eu não,
não irei por aí, não. Não vou não.

Eduardo Viana
Vila Nova de Gaia

Um relato de vida (*)

Sou um dos nove milhões que nasceu numa época em que nos era incutido o ser casto e ovelhinha, perdão, obediente.

Éramos ameaçados com as penas do inferno com o Lúcifer à porta, de tridente na mão, se coméssemos carne pela quaresma, carne essa que não passava de um bocado de toucinho esmagado com sal para adubar o (caurdo) caldo. Nas frias madrugadas, o Operário Estudador meu pai partia para o trabalho, era a filharada (sete ao todo), rapidamente se levantavam, os mais novos de pilita ao léu, ranho no nariz: Mãe quero o café, tigelas já dispostas na lareira com bocados de brã e (açucres) perdão «açúcar», faltava pôr a cevada e um pouco de leite, o enlevo da mãe ao ver-nos comer sofregamente, contentando-se ela com as borras.

À noite, cansado, regressava o Operário, as costas da mão direita nos recebia (Sabença) Pai, beijando a mão, perdão a sua «benção» acto seguinte, tirava os sapatos pondo-lhe os (sócios) - «tamancas» de seguida comíamos as sobras do (tacho) - «lancheira».

Tempo esse em que os operários, de regresso, entravam nos templos de (Baco) perdão «tabernas», onde afogavam as mágoas em copos de 1/2 quartilho (vinho) claro. Na escola, aos sábados de pé, magros e esqueléticos, excepto o Marinho, o filho de f. de tal, o Carlinhos, o Toninho que comiam pãozinho com manteiga no intervalo da escola; o professor ensaiava-nos o «cantando e rindo».

Senhores «Renovadores». Excelências: Acredito piamente que estejam muito «preocupados» com o resultado eleitoral do Partido Marxista-Leninista; o P.C.P. Bandeira Vermelha, Foice e Martelo de cor Dourada.

Pois bem, faço-vos uma proposta, atendendo à vossa «preocupação». Deixem de gastar o vosso (latim) no nosso Avante! que é pertença dos trabalhadores e do Partido e tenham a decência de se irem embora, porque não é este o vosso lugar; isto se vos restar um pouco de Ética e de vergonha: «honibilibis». Malcriado eu??? É possível que o seja.

Mas poupem-se de fazer queixinhas ao capital, pois eles também lêem o Avante!!!

Mário P. Mota

Proletários, uni-vos!

Fala-se muito na Globalização. À escala do planeta a dita foi, é, largamente favorável ao capitalismo. O capitalismo movimenta-se com o objectivo do lucro maior (mais-valia) num curto espaço de tempo. Daí advêm males diversos e de reacção em cadeia - filhos sem escola e trabalho infantil, necessidades alimentares insatisfeitas, desorganização da família a todos os níveis -, dando origem a delinquências diversas, à exclusão social, etc. Estes ciclos repetem-se há séculos.

Os capitalistas cederam em baixar os seus lucros (mais-valias) para minorar os problemas que eles criam? Pelo contrário. Com a queda dos países socialistas ficaram com maiores áreas sociais e geográficas onde podem melhor proliferar.

Então os Partidos Comunistas já não têm que existir da forma que originou o aparecimento do Manifesto do Partido Comunista?

Se a essência do capitalismo não mudou, também não pode mudar a essência do Partido Comunista. Daí que o Programa e Estatutos do nosso Partido estejam certos. Daí que, tal como ontem, se impõe que a palavra de ordem «Proletários de todos os Países Uni-vos!» continue actual e urja dar-lhe dinâmica maior.

A Conferência Nacional de 22 de Junho terá de saber dar um bom contributo para enfrentarmos a jornada que temos pela frente até à vitória final.

Para os mais cépticos deixo-lhes um pequeno alerta: o que seria dos cientistas, astronautas e cosmonautas se, no desenvolvimento dos caminhos do espaço, tivessem desistido quando fracassaram algumas missões?

Temos, ainda, camaradas eleitos em vários cargos públicos que após algum tempo nas

cadeiras do poder se envolvem no trabalho de tal forma que se esquecem de participar nas manifestações, greves e outras acções de luta. O certo é que se colocarmos a esses membros do Partido a hipótese de virem dar a sua participação em questões da vida interna do Partido, a resposta é de que não estão motivados.

A questão, também, de os membros do Partido nos cargos públicos não serem beneficiados nem prejudicados deve ser mais «rigorosa» no acompanhamento do seu cumprimento e ser alargada a todos os locais onde os comunistas estão eleitos e nomeados. Ou seja, temos de ser mais rigorosos na aplicação dos nossos princípios. Foi também para isto que se elegeram no XVI Congresso o Comité Central e, por sua vez, o Secretariado, a Comissão Política e a Comissão Central de Controlo.

Não podemos permitir que um responsável diga que «temos que deixar estar lá o camarada tal porque senão ele vai-se embora do Partido». Se isto acontecer o tal «camarada» já está a mais.

- Temos que dinamizar a safda de boletins ou comunicados onde há organização do Partido e habituar os trabalhadores e moradores à nossa opinião regular.

- Não podemos ter responsáveis de células, de bairros, freguesias ou empresas oriundos das mesmas, temos que ter quadros sem ideias cristalizadas em relação a esta ou aquela questão a este ou aquele camarada.

- Uma comissão concelhia ou comissão de freguesia não pode ser maioritariamente formada pelos eleitos locais, assessores e empregados, porque senão caímos em juízes de causa própria.

- As células de empresa devem pronunciar-se sempre sobre a continuidade ou não dos seus dirigentes sindicais, assim como nas autarquias, colectividades, cooperativas, etc.

- Devíamos ter em vários locais literatura do Partido, música, jornais, revistas, cartazes e material diverso que promovevesse permanentemente contactos directos com as populações e ao mesmo tempo recrutando e esclarecendo.

- Redimensionar e rentabilizar o património do Partido é outra questão urgente.

- Estudar formas de comunicação de audiovisual.

- Propor aos partidos democráticos encontros para estudar formas de participação nas soluções para Portugal nas várias áreas.

- Dar rápida concretização a uma vasta formação ideológica a todos os membros do Partido e da JCP.

Em minha opinião é esta a forma que devemos procurar para fazer chegar a nossa voz a um maior número de pessoas.

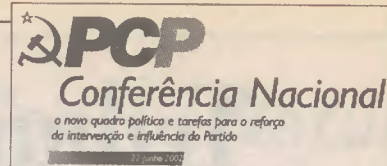
Aos que querem fazer deste Partido um partido igual aos outros, apenas lhes digo: «vão para lá porque ninguém os obrigou a vir para cá». Deixem aos que querem continuar esta obra o caminho livre para podermos chegar mais depressa.

Filipe M. Rua
Lisboa

Tem de haver firmeza

Sou um agricultor de Óbidos, pequeno agricultor. Sou militante do Partido há mais de 20 anos e tenho-me integrado assiduamente na luta dos pequenos agricultores da região. Só tenho a quarta classe, não sei nada de internet nem de computadores, mas há uma coisa que eu sei: é de que lado devo estar e não posso estar do mesmo lado dos latifundiários nem dos banqueiros, etc., nem dos seus jornais e televisões. Tenho acompanhado esta luta interna dentro do nosso Partido. Posso não saber muito disto mas há uma coisa que sei: é que os jornais e as televisões dos capitalistas quando nos dão muita cobertura eles lá sabem porquê. Por tanto apoio que eles dão aos chamados renovadores, eu já não posso estar do lado dos renovadores (renovadores agora). Alguém se lembra, por exemplo, que o Edgar Correia e a Helena Medina ainda há não muito tempo pertenciam à parte mais «ortodoxa» do Partido? Agora é que já não. Eles e outros, é melhor não falar mais nisso. Queria lembrar que os operários e os cam-

Tribuna da Conferência



poneses que não dominam os meios informáticos são os que não escrevem para a Tribuna da Conferência. Eu tive de pedir à minha filha que escrevesse estas linhas, porque ao ver esta pouca vergonha contra o nosso Partido senti necessidade de protestar. É que ele há muitos drs. e intelectuais de alto nível que são mais burros que eu que sou agricultor e que muitos operários.

Mas o que eu não entendo é por que é que a Direcção do Partido consente isto tudo. Chegou-se a expulsar camaradas por não aderirem a uma greve, agora estes senhores falam mal do Partido na praça pública, conspiram diariamente e nada lhes acontece. Têm as mãos livres para continuarem viva a bandalheira que só com ela é que conseguem destruir este património que foi o sacrifício de gerações de comunistas. É um facto que muita coisa precisa de mudar para que este Partido cumpra o seu papel. Tem de acabar a estagnação, temos que ir para a luta. O que os chamados renovadores queriam era um partido tipo do francês, faziam um governo de coligação com o PS que é da Internacional Socialista que está a ser corrida em toda a Europa. Depois o PCP tinha dois ou três ministros e secretários de Estado e assim mais uns tachos. Faziam uma política contra os trabalhadores e o povo, porque só assim é que o capital aceita o Partido Comunista no governo e depois famos a votos e o povo fazia-nos um manguito? Ainda ficávamos pior e há exemplos: França, Espanha, Itália, aqui tão perto. Todo o mundo sabe que hoje as coisas estão difíceis para os comunistas. Aonde é que temos os meios? Será que se tivéssemos feito um Congresso antes das eleições as tínhamos ganho? Era capaz e se calhar com maioria absoluta... Andam para aí a reclamar um Congresso e se ele fosse feito a partir daí é só crescer, é sempre a andar, acabam-se aí os problemas todos? Estamos aqui, estamos a ser o Partido mais votado... E será que esse Congresso seria aberto a camponeses e operários e a gente assim ou seria só para gente de alto nível, dos que sabem andar muitos anos na escola enquanto eu e outros tivemos de andar a cavar? E a dar serventia a pedreiros, etc. Tirem o cavalinho da chuva porque as coisas ainda não vão correr como esses senhores pensam. Agora apareceram alguns iluminados autarcas eleitos por muita gente da minha classe, mas suas excelências em vez de resolverem os problemas das populações que os elegeram andam é a tramar o Partido. Prestam contas às populações e ao Partido? E também têm sua ex. um sr. eurodeputado... e esta heim?

Custódio S. Santos
Obidos

Porta a porta no Montijo

Integrado na preparação da Conferência, mas também muito na nossa vontade de melhor conhecer a organização, para intervir, temos vindo de há uns tempos a esta parte, a fazer o porta-a-porta aos militantes que, em alguns casos, estão há uma dezena de anos sem serem contactados.

É uma experiência magnífica, calcorrear as ruas desta Freguesia no contacto com os militantes, pela mensagem que levamos do Partido, pela forma carinhosa como somos recebidos, em muitos casos, quase somos «obrigados» a entrar, ouvimos histórias lindas, algumas de amor também, mas a maioria de grande coragem da resistência dos operários corticeiros, das lutas da clandestinidade, e das muitas lutas já nos governos com políticas de direita de PSD/PS/CDS.

Mas também encontramos, muita solidão de camaradas que viram partir para sempre os seus entes queridos, e neste grande mar de camaradas, a esmagadora maioria pobres, vivendo em pátios, com dificuldades, as reformas não lhes chegam para os remédios, mas quando falam do Partido, lá lhes vem a lágrima ao olho.

E encontramos casas vazias de camaradas que faleceram, que foram para lares, para casa dos filhos, encontramos outros que deixaram o Partido, uns descontentes, outros desacreditaram, outros por medo, outros por-

que têm filhos ou netos para empregar aqui ou ali e não se querem comprometer.

Pensamos que este trabalho de conhecimento e contacto com os militantes é fundamental para ajudar a reforçar a organização e para «recarregar as baterias». Sentimos que afinal *não estamos* sós, que há outros. Naturalmente que este trabalho deve ser continuado, pois permite recuperar muitos militantes, permite a recuperação de muitos anos de quotização.

É também muito importante que a Casa do Partido (centro de trabalho) esteja sempre aberta, pois no nosso caso, Montijo, ajuda a organização. Viva o PCP!

Alberto J. Marques
Montijo

Somos ou não somos o PCP?

Atravessamos uma altura em que o quadro político e social apresenta um conjunto de características que condicionam a nossa intervenção como comunistas que defendem os direitos dos trabalhadores, contra as injustiças e hipocrisias que a cada dia que passa são consequência deste sistema, ou não é assim?

Independentemente do que me queiram chamar, sou comunista e este é o meu partido porque é o partido do povo e não do sistema. Sou comunista porque oriento a minha acção em Marx e Lenine, nesta concepção dialéctica do mundo, que se tem de adaptar à realidade. Sou comunista porque acredito no meu partido, acredito que vale a pena lutar. Porque é ou não é por seguirmos o nosso ideal que continuamos em pé e cada vez com mais força? É ou não é por seguirmos o nosso ideal que temos uma sociedade onde os trabalhadores têm voz e força capaz de dar volta às injustiças e falsidades? É ou não por seguirmos o nosso ideal que somos o PCP, onde o convívio, a fraternidade e a amizade se desenvolvem bem como o espírito de participação, iniciativa e afirmação própria que se traduz na alimentação deste nosso ideal?

Preocupemo-nos em continuar a lutar por aquilo que é fundamental. Porque se todos tiverem a mesma força para trabalhar como têm para criticar e ofender o partido, então teríamos muitas mais vitórias e muito menos dificuldades financeiras, orgânicas e estruturais.

Camaradas, somos ou não somos o partido da classe trabalhadora, da juventude, o partido que tem a coragem de defrontar o capitalismo e de ouvir todas as ideias, de aceitar todas as críticas e com isso aprender? Somos ou não somos o partido que sempre acreditou por que luta, o partido da verdade, da liberdade, de pensar, escrever afirmar e criar? Somos ou não somos o partido de plena consciência de que somos a força política mais consequente em Portugal e o papel da força motora da luta dos operários? Somos ou não somos diferentes na forma de intervir, trabalhar, no conteúdo da acção e das propostas? Somos ou não somos o partido do operário ao camponês, somos ou não somos o Partido Comunista Português?

Álvaro G. Estragadinho

A culpa é do inimigo?

Estamos num campo de batalha onde cada «exército» procura vencer.

Na guerra da luta de classes que enfrentamos, um dos campos pretende conservar as posições adquiridas, os privilégios, o direito de explorar, iludindo, jogando na incultura e na capacidade de discernimento das pessoas e assim vai conseguindo ludibriar quem não consegue diferenciar entre o que se promete e o que se pretende fazer e entre os interesses que estão em jogo.

No outro campo de batalha está um outro «exército» com objectivos humanistas, de defesa dos explorados (que por vezes não sabem por quem são explorados). Este «exército» apesar de lutar por causas nobres, não

tem tido a capacidade de o mostrar e sobretudo de que pode ganhar a guerra.

Nesta guerra as armas não são as espingardas, nem as bombas, nem os mísseis.

É a capacidade de esclarecimento, ou de ludibriar.

A arma é a comunicação.

De um dos lados, a comunicação é dirigida para persuadir através de apelos aos sentimentos primários como o egoísmo, e a rapina, da mesma forma que a chamada «comunicação social» ganha a guerra das audiências com a exploração da violência e da incultura.

Neste «exército», para além dos que não querem perder os seus privilégios, alistam-se os que pretendem estar do lado de quem tem a força para poder vir a ganhar a benesses que os levem a ser promovidos, na hierarquia da exploração, a sargentos ou quanto muito a alferes pois os lugares acima estão reservados para quem detém o capital.

Do outro lado as exigências são maiores, é preciso alterar as mentalidades para transformar a sociedade, através da solidariedade e da participação de cada um sem uma perspectiva de ganho imediato, pelo contrário com a certeza que será preciso muito sacrifício.

O que é que está em causa então?

É sem dúvida uma atitude que exige uma tomada de consciência.

Nesta «guerra», como em qualquer outra, o importante não é continuar a gastar energias a dizer que a culpa é do inimigo.

Se não conseguimos ainda vencer, a culpa é de todos nós, porque ainda não fomos suficientemente imaginativos para encontrar a forma de comunicar e trazer para o nosso lado os que, contra os seus interesses, engrossam as fileiras do inimigo, demonstrando-lhes que é possível construir uma sociedade mais justa, para uma vida melhor, para a felicidade consciente de cada um.

A nossa Comunicação, entendida no sentido mais lato, é, na minha opinião, um dos temas centrais que nos deve mobilizar e no qual vale a pena concentrar as energias necessárias que permitam encontrar a melhor estratégia e o consenso que nos una nas acções e batalhas que temos para travar.

Eduardo Baptista
Odivelas

O caminho do reforço (*)

Antes de escrever estas palavras, acreditem que meditei seriamente se o devia fazer.

Sou militante do Partido desde Maio de 1974.

A minha formação política foi estruturada na participação activa, no dia-a-dia da vida do Partido, organizado numa célula operária, a célula da ex-Setnave.

Foi aqui que aprendi que seguramente uma das melhores formas para afirmar o nosso Partido seria, sem dúvida, a de dar a cara sem receios ou medos. Os resultados nesta empresa nunca deixaram dúvidas: o Partido cresceu, os seus membros foram sucessivamente eleitos pelos seus camaradas de trabalho para os representar, através das estruturas representativas da empresa.

Decidi utilizar mais uma vez as páginas do nosso «Avante!» para fazer ouvir a minha opinião acerca da vida interna do Partido, como já o havia feito por altura do XVI Congresso nesta coluna de opinião, na qual afirmei estar convencido de que a classe operária e os demais trabalhadores portugueses não compreenderiam que o Partido abandonasse a sua Identidade, Origem e Princípios, e que eu próprio para tal também, tal como hoje, não entenderia que tal acontecesse.

Participei no XVI Congresso e fiquei satisfeito com as suas conclusões com as quais inteiramente me identifico.

Acreditei que aqueles que nessa altura já punham em causa os princípios e identidade do Partido tivessem algum rebate de consciência pelo mal que vinham causando e que, humildemente, se integrassem nas suas organizações e aí dessem o seu contributo para ultrapassar dificuldades internas, de modo a que colectivamente melhor se pudesse cumprir o nosso objectivo principal, ou seja, com-

bater a política de direita e aqueles que a implementam contra os interesses do povo e do país.

Passados que foram alguns meses, assisto, estupefacto, a uma ampla campanha de difamação, de calúnias e mentiras e lamentavelmente vejo nela a participar alguns militantes do Partido, cujas teses já foram rejeitadas pelo XVI Congresso.

Constato, com alguma mágoa, que estão nesta campanha fraccionista, através da comunicação social da direita e servindo-a objectivamente.

A vida tem demonstrado que acaso o Partido encetasse uma caminhada, como a preconizada, não teria futuro, estaria condenado ao desaparecimento, a exemplo do que tem acontecido a outros partidos por essa Europa fora.

Não me querendo alongar, consciente de que este espaço é importante para ouvir outras opiniões, não posso contudo terminar sem chamar a atenção para que o mesmo não seja transformado em mais um espaço de campanha contra o Partido.

A direcção do Avante tem obrigação de estar atenta.

Acredito seriamente, e desejo, que o grande colectivo deste partido saiba encontrar o melhor caminho para o seu reforço no espírito fraterno e que o resultado que vier a sair da nossa conferência, a realizar no próximo dia 22, seja por todos devidamente interpretado e respeitado.

Um abraço fraterno.

Jerónimo C. Matias
Alcácer do Sal

Não há vida sem mudanças

O sector económico dominante não é já a indústria, mas os serviços. A maioria dos trabalhadores assalariados não são operários, na acepção sociológica tradicional do termo.

Os trabalhadores assalariados têm hoje um nível de formação muito superior e naturalmente os seus anseios e aspirações são também diferentes. O desejo de afirmação individual é muito mais forte e por isso não são aceites formas de organização social e política que se baseiem na pura dissolução do individual no colectivo.

As formas de organização estalinistas são rejeitadas pelos novos estratos sociais anticapitalistas. Elas foram aliás uma das causas principais da degenerescência do socialismo real.

Com a diminuição numérica da classe operária tradicional o PCP perdeu base social de apoio e não tem sido capaz de atrair as novas camadas sociais de assalariados. E esta perda continuará, se o Partido não mudar alguma coisa, quer nos princípios organizativos quer no programa político. Quando dirigentes do Partido falam em «vírus mortal», «desvios pequeno-burgueses», etc., numa linguagem estilizada das purgas estalinistas, estão a cavar a sepultura do Partido. Não acredito, como alguns já escreveram, que há dirigentes que querem levar o Partido com eles, mas às vezes até parece.

São necessárias **mudanças nos princípios organizativos**:

1.º - abandono do Centralismo Democrático, tal como é praticado, evoluindo para formas de organização que permitam a circulação horizontal da informação. Pelo menos durante a preparação dos Congressos devem ser permitidas formas de reunião e de discussão fora dos tradicionais organismos, permitindo que apareçam em Congresso diversas plataformas políticas que se sujeitem a discussão e votação. E isto sem quebrar a unidade de Direcção;

2.º - eleição directa dos dirigentes dos diversos níveis, sempre com a possibilidade de aparecimento de listas alternativas e com votação por voto secreto.

São também necessárias **alterações ao programa**, nomeadamente:

1.º - integrar nas fontes ideológicas outros contributos para além dos clássicos do marxismo e leninismo, e rejeitar explicitamente aqueles princípios do marxismo-leninismo que a história já provou não serem válidos (e são vários). É anacronismo afirmar que o marxismo-leninismo é doutrina científica.

2.º - definir como princípio estratégico da actividade do Partido a busca de novos caminhos para o socialismo, no reconhecimento explícito que os historicamente experimentados não são os adequados. É indispensável exorcizar os demónios do «socialismo real», reconhecendo que a experiência histórica falhou e que sabemos para onde queremos ir, mas não conhecemos o caminho, sabemos sim que alguns caminhos já experimentados não nos levam lá.

A busca e experimentação de novos caminhos exige uma grande reflexão, sem tabus nem exclusões.

O Partido deve reconhecer que se atrasou na reflexão sobre a História, deve criar as condições para que muitos que foram excluídos, se auto-excluíram ou simplesmente se afastaram, e são numerosos, regressem e contribuam para esta reflexão.

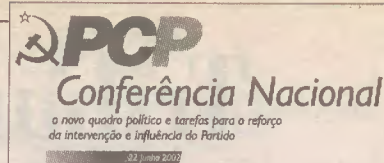
Estas questões só podem ser discutidas por um Congresso, preparado em novos moldes. A principal conclusão e decisão da Conferência Nacional deve ser: convocar um Congresso em moldes que, apesar dos actuais estatutos, permitam a discussão dos problemas em novas condições.

Muitos apontam com o que aconteceu a outros Partidos comunistas que se descaracterizaram de tal forma que estão em riscos de desaparecimento nos seus países. Mas o PCP pode aproveitar dessa experiência para não cometer os mesmos erros.

O PCP não pode *não mudar*, tem que mudar de modo a manter as características próprias de um Partido que existe não para participar na gestão do sistema mas para o transformar. A transformação do sistema só pode ser feita com todos os assalariados e com forças políticas nos quais eles se reconheçam. Sem as pessoas nada se transforma, e é com a realidade real que, na vida, o PCP tem que lidar.

António Dourado
Coimbra

Tribuna da Conferência



Virar à direita? (*)

Sério problema perturba hoje o PCP - sua quebra de influência na sociedade portuguesa. A credibilidade do «projecto comunista» saiu gravemente ferida da implosão do Socialismo. O prestígio do PCP no seio dos trabalhadores obteve até hoje aos efeitos destruidores da crise geral do projecto comunista. Nenhuma das tentativas lançadas do interior Partido por pequenos grupos que, sucessivamente foram saindo, conseguiu levar o PCP a abandonar o projecto revolucionário de ultrapassagem do sistema capitalista, apesar de os partidos do sistema e os ideólogos do sistema toda a injúria bolsarem sobre o Projecto Comunista. Algo, porém, foi ficando. O PCP como que começou a duvidar do seu projecto de médio e longo prazo: um certo desfalecimento se foi instalando entre o seu Programa e a sua prática. Os grandes objectivos programáticos - «no sistema político, o poder dos trabalhadores»; «na organização económica, a propriedade social dos meios de produção»; «no plano social, a libertação dos trabalhadores de todas as formas de exploração e opressão» foram sendo vertidas em linguagem parlamentar. Deixou de haver no discurso do PCP referências ao socialismo, ao comunismo, à sociedade sem classes. Deixou de haver, sequer, referência à «democracia avançada» na linha do Programa do Partido. A «democracia avançada» deixou de ser um objectivo organizador de opções políticas, de debate e luta do PCP. O objectivo organizador é hoje a «alternativa de esquerda». O PCP situou-se, assim, na «esquerda do sistema»: defende os trabalhadores, impulsiona o movimento de massas, propõe mais justa redistribuição da riqueza mas... situando-se no curto prazo, dentro dos equilíbrios do sistema. Como escreveu Lenine, assume «remediar os males inerentes à situação mas não suprimir a situação» («Que Fazer?»). Não será urgente reafirmar o projecto da sociedade sem classes, precisamente porque outros o traíram e a ideologia dominante o apoda de «utópico» e «ultrapassado». As ideias mobilizam tanto os homens como a necessidade, entusiasma-nos e dão força à sua luta. E a luta dos comunistas dimensionada na articulação do curto, do médio e do longo prazo está (ainda) no Programa do PCP.

O PCP vem agindo como «esquerda do sistema» e entrou em competição directa com o PS que é, por vocação, a «esquerda do sistema». Competiu e perdeu, se continuar por aí vai continuar a perder, pela razão simples de que o PS «pode» ser Governo o que lhe dá alguma credibilidade para «remediar os males inerentes à situação», perante grandes massas de trabalhadores sem consciência de classe e alheios ao projecto revolucionário comunista que nunca lhes chegou.

Surgiu, entretanto, outro grupo de militantes comunistas que, «preocupados com a crise do Partido», vêm, contraditoriamente, agudizando a crise do Partido, tornando-a cada vez mais incontrolável, desejando afinal capitalizar apoios de camaradas seriamente preocupados com a situação que o Partido atravessa. O seu projecto não é claro mas deixa perceber que põe em causa o Programa, os Estatutos, a Organização e a Direcção do PCP. Só falta apoderarem-se do Património histórico e material do Partido, o que seria a forma mais fácil de fazer a viragem definitiva do PCP para «partido do sistema», como aconteceu aos Partidos Comunistas europeus. E aí teríamos o PCP a ser bem recebido pelo PS para construir a «alternativa de esquerda»; da «esquerda do sistema», obviamente.

O que se pretende afinal é uma definitiva viragem do PCP, à direita, fixando-o no curto prazo, desligado do seu projecto de médio e longo prazo. Os militantes comunistas só podem, veementemente, rejeitar. Ao PCP cabe, antes de tudo o mais, o dever de fazer brotar a consciência de classe nas grandes massas de trabalhadores, pela luta económica mas igualmente pelo conhecimento do seu projecto revolucionário. A luta ideológica é pelo menos tão importante como a luta económica. A discussão ideológica interna é tão importante como o cumprimento de tarefas.

João Louro
Seixal

Afirmar o Partido (*)

No recente embate eleitoral, todos nós tivemos as nossas frustrações e mágoas, todos nós fomos livres de tirar conclusões e criticar, o trabalho desenvolvido pelo colectivo. Existe, naturalmente, uma quantidade infinita de razões e por vezes inatingíveis do ponto de vista teórico que possam explicar os resultados eleitorais.

Vou-me apenas debruçar sobre uma delas.

Nos dias que correm existe uma distância enorme entre o revóluto, a espontaneidade e a força organizada da luta. Um pano vermelho qualquer não é forçosamente a bandeira de combate da classe operária. Não basta que um indivíduo qualquer em certo momento entoe a «Internacional» para que mereça que o sigam. Não basta apontar o dedo para que satisfaça. E aquele que mais vociferar, o mais excitado, não é necessariamente o mais corajoso, firme e clarividente. É preciso ainda que a palavra de ordem seja apropriada e que se saiba reconhecer quem transporta a bandeira e onde conduz... Sem se deixar confundir com armadilhas, porque elas não faltam.

A luta de classes tem hoje características diferentes. Não podemos julgar que tudo se resolve de imediato. É necessário, em primeiro lugar, que as massas despertem para a luta. É necessário, no entanto, a maior afirmação do Partido e das

suas características ideológicas junto dos trabalhadores, dos jovens e da população em geral. É necessário afirmar o Partido como um Partido Revolucionário, na procura de uma sociedade mais justa. O Partido da Classe Operária e de todos os trabalhadores.

O partido da classe explorada. Digo assim, porque a luta de classes não se trata de uma batalha, é uma sequência de batalhas complexas e árduas, entre dois adversários muito poderosos que sabem explorar cada erro mas, no entanto, os dois são vulneráveis, são eles os exploradores e os explorados.

Os exploradores têm vindo a exercer novas formas de combate. Temos hoje muitos dos grandes centros industriais reduzidos a pequenas fábricas. Naturalmente o Capitalista sabe que assim enfraquece a capacidade orgânica da Classe Operária. Quando a luta toma as proporções que hoje possui, é necessário chamar novas categorias de assalariados, até aí afastados, para se juntarem aos sindicatos e ao Partido. É aqui que se baseia a maior dificuldade; como despertar para a luta o exército de alienados por Big Brother, Masterplan. Essa massa de trabalhadores, sujeitas aos fazedores de opinião que entram pelas nossas casas com o discurso da seu partido mas com a capa de isentos comentadores de factos políticos, sociais, desportivos e até literários. O que fazer com aqueles que desde jovens, vêm a sua capacidade de raciocínio limitada à instrução académica caracterizada por uma base puramente burguesa, onde a liberdade de expressão é muitas vezes atacada para se ter aproveitamento em determinada disciplina.

A luta de classes tem uma longa história onde é necessário assimilar a experiência anterior, fortalecendo com a contribuição efectiva das novas gerações.

É preciso dar a conhecer a história da sua classe, dos seus combates e aprender o que ela tirou da sua experiência. Não é necessário cometer os mesmos erros e receber as mesmas lições. Devemos suspeitar daqueles que pretendem saber tudo sem nunca ter sabido nada e tenham rebuscado algumas fórmulas mal digeridas... Mas também não se aprende sem cometer erros e aqui a audácia tem que ser equiparada ao bom senso. É de inteira importância definir como frente prioritária o desenvolvimento ideológico do militante e a sua intervenção como comunista no local de trabalho, no movimento associativo, no movimento sindical, na sociedade aumentado a influência do partido.

Porque em cada comunista está o Partido.

Pedro Galego
Amadora

Congresso, para quê?

Desde há algum tempo que a exigência de um Congresso (por parte de alguns membros do Partido) se transformou no Alfa e no Ómega do debate que nos querem impor.

Será que a realização de um «qualquer» Congresso (cujas regras alguns já definiram como, aliás, reza o artigo de João Amaral no jornal «Expresso») é a solução para os nossos problemas organizativos, orgânicos de influência política, social e eleitoral?

Estarão as conclusões do XVI Congresso desajustadas da realidade Portuguesa e do que se passa no mundo?

Ou, pelo contrário, está-se infelizmente a confirmar o sentido negativo da evolução mundial do qual Portugal faz parte, apesar da resistência e da luta de milhares de trabalhadores e povos em todo o Mundo?

Em momentos de grande perturbação é natural a inquietação. O problema é se ela toma conta de nós e nos faz desviar do rumo e dos objectivos a que nos propusemos colectivamente.

Importa saber se a exigência de um Congresso que alguns membros do Partido reclamam, não resulta em primeiro lugar da não aceitação das decisões do XVI Congresso? Tenho para mim que sim.

Ao ler e ao ouvir algumas das suas declarações e artigos concluo que consideram que o PCP deve ser outra coisa, ou seja, um partido completamente integrado no sistema capitalista, tendo como linha fundamental a intervenção eleitoral e a participação nas instituições, sendo um partido de proposta e de reformas, diluído nos movimentos sociais e interclassista.

E que, por isso e para isso, é necessário mudar o partido, a sua orientação programática, estatutos, tipo de organização e direcção.

Ou seja, estes membros do Partido pretendem que o Partido deixe de ser o que é, enquanto partido de classe, com uma perspectiva de superação revolucionária (sublinho revolucionária) do capitalismo e que por isso luta contra esse sistema injusto e desumano, procurando a sua liquidação e a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores há já 81 anos e por isso e para isso encontra na luta da classe operária e dos trabalhadores e das massas o seu principal elemento de intervenção, vendo na luta institucional e a sua participação nas instituições do estado burguês como formas e tribunas de menção social e política.

Tudo isto é dito em nome da «renovação» assente no chamado «Novo pensamento comunista».

Ao contrário do que pensa e escreve J.A., no PCP os comunistas (sublinho os comunistas) são os herdeiros, por direito próprio do legado histórico do seu Partido e são a garantia da manutenção da sua identidade e natureza de classe, das suas características, métodos e estilo de trabalho colectivos, como, aliás, os sucessivos congressos democraticamente reafirmaram.

O artigo de J.A. com o título «Congresso dez condições», que, colocando-se obviamente no pedestal e auto-excluindo-se do debate interno aberto e sem tabus, envia recados de fora para dentro, assumindo-se ao fim e ao cabo como um dos líderes do trabalho fraccionário.

Reclamando para o tal «Congresso» uma comissão organizadora autónoma, acima de qualquer suspeita e imparcialidade J.A. está a assumir a existência de uma fracção, além disso lança ou insiste no lançamento da suspeita de que no PCP não há democracia e esquece propositadamente que no PCP há uma direcção eleita democraticamente, a quem cabe a convocação e organização do Congresso

No seu estilo autoritário J.A. diz que o voto secreto deve ser o método de votação, e ponto final não há mais conversas!...

Ao invés do que acontece no estilo democrático do PCP em que se tem como princípio o voto por braço no ar, deixando à decisão dos delegados a possibilidade da opção do voto secreto.

E como eu acho que as regras democráticas do PCP só fortalecem, rejeito a «democracia» que J.A. quer impor.

Agora vamos à nossa Conferência Nacional, porque os comunistas estão sobretudo preocupados com a brutal ofensiva que o governo do PSD/PP tem já em curso contra os trabalhadores e extensas camadas da sociedade portuguesa, e a necessidade de fortalecer o Partido e desenvolver a luta de massas, condições essenciais para travar o passo à direita e criar condições para uma alternativa política de esquerda.

José M. Amador
Lisboa

Há que tomar uma decisão!

Camaradas, para fazer frente a todas estas medidas que se vislumbram no horizonte nacional, impostas pelo PSD/PP, é necessário uma grande unidade de todos os comunistas. Logo após as eleições, este governo não se coibiu em adoptar medidas que irão levar o país à degradação total, limitando ainda mais o poder de compra dos portugueses.

Contudo, também o panorama geral do PCP não se encontra nos seus melhores dias. Se por um lado sofremos ataques constantes do poder capitalista, através da comunicação social, por outro lado, há pessoas que se dizem camaradas mas que me dão a entender que ainda não perceberam qual é o papel do PCP nesta sociedade. No entanto, não me cabe a mim fazer esse esclarecimento, até porque são «camaradas» de longas lutas e reivindicações, mas que delas, me parece, se esqueceram.

Mas, creio que este papel não passa certamente por informar os órgãos de comunicação social acerca de discussões internas, ou de opinar acerca da vida do Partido, fora dos locais de discussão interna, ou não aceitar a linha política aprovada, de uma forma democrática, no último Congresso, enfim, tantas e tantas outras atitudes, que sem dúvida não fazem parte de um ideal comunista. Olhem o que estão a fazer ao nosso Partido, camaradas! O que pretendem com isto? Dividir o partido ou fraccioná-lo? Temos exemplos bem concretos e próximos de nós, como é o caso do PC Espanhol, Francês ou Italiano, que tiveram um percurso semelhante ao que nós estamos a percorrer agora. Se o exemplo deles não foi positivo, e sabemos que não foi, porquê seguir os mesmos passos?

Quanto ao congresso, tão apelado por esses «camaradas», considero que, por um lado não faz sentido a sua realização neste momento, uma vez que as medidas aprovadas no anterior ainda estão em vigor e por outro lado, colocando a hipótese do mesmo se realizar, a sua validade seria sempre colocada em causa, porque todos os motivos seriam pretexto para o invalidar.

Considero que, por todas as razões referidas anteriormente, acrescentando ainda que, se esses mesmos «camaradas» não concordam com as linhas gerais aprovadas no último Congresso, por votação democrática, e que determinam política a seguir pelo PCP, colocando em causa os próprios Estatutos do Partido, violando-os mesmo, creio que só há uma medida a tomar: serem expulsos do partido.

Apesar de considerar que para a direcção do Partido é complicado tomar estas medidas, tendo em conta as várias pressões existentes, por outro lado não podemos continuar a desgastar-nos com estes ataques sucessivos, pois somos um partido com 8 décadas de história, cujos princípios fundamentais assentam em bases sólidas, o Marxismo-Leninismo. Na minha opinião os princípios não estão errados, o que está errado é a forma de funcionamento por parte de alguns camaradas e essa sim deverá ser posta em causa.

Quanto à renovação, tão aclamada por alguns camaradas, é essencial para o PCP, com a qual eu também concordo, creio que a mesma passa por uma maior ligação do partido aos trabalhadores e pela nossa participação no movimento associativo, quer sejam colectividades de cultura ou desportivas, associações de pais, comissões de bairros, etc. Se recuarmos alguns anos, poderemos ver que esta atitude nossa perante a sociedade foi caindo ao longo dos tempo e tomada por outros partidos. Por isso mesmo, a nossa renovação passa por uma maior intervenção na sociedade e por reivindicarmos os nossos direitos e não ficarmos calados perante as atrocidades cometidas pelos sucessivos governos.

Agora, camaradas, se continuarmos nesta luta interna e não se tomarem medidas concretas, certamente continuaremos a descer nos resultados eleitorais e a deixar de ter qualquer crédito perante a sociedade. Não creio que isso vá acontecer. Tenho confiança nos camaradas da direcção do Partido, pois são vocês que representam as bases do mesmo e a vossa decisão será certamente representativa de todo um colectivo do qual me orgulho de fazer parte.

Dilar Pelica
Ramada

Publicações

• Leandro Martins

Há semanas que a revista *O Militante*, referente aos meses de Maio e Junho, se encontra em distribuição e só agora, por absoluta falta de espaço em números anteriores, lhe fazemos uma referência destacada, como merece esta publicação do PCP.

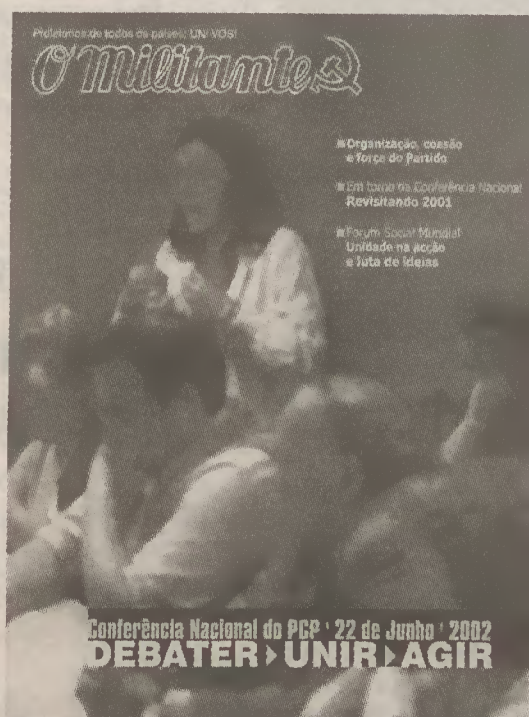
Como sempre - e cada vez melhor, segundo a nossa opinião -, são vários os temas e artigos que se propõem ao leitor que, se for um quadro ou um activo militante do Partido, encontrará nestas páginas não apenas matéria de reflexão mas uma ajuda preciosa para o seu trabalho partidário.

É natural que, procurando esta publicação manter um substancial nível de actualidade em relação aos temas que aborda em cada número - recordemos que *O Militante* é bimestral -, o «prato forte» seja, desta vez, dedicado à realização da Conferência Nacional do PCP, convocada pelo Comité Central do Partido para o próximo dia 22 de Junho.

O Militante

É assim que, logo na abertura, surge o editorial **Debater, Unir, Agir**, a chamar a atenção para o intenso debate que se trava no interior do PCP: «Todos os membros do Partido que sinceramente desejam o reforço da coesão e da capacidade de intervenção do Partido têm à sua disposição um amplo espaço democrático para expor e bater-se pelas suas opiniões e propostas sobre tudo quanto considerem ser o melhor para o Partido. No plano nacional certamente. Mas também e necessariamente ao nível da actividade dos organismos a que pertencem, com espírito crítico e autocrítico e a firme decisão de cada um melhorar o próprio trabalho.»

Mais adiante, e ainda **Em Torno da Conferência Nacional**, Vítor Dias, membro da Comissão Política do CC do PCP, contribui para o debate, recordando o que para alguns parece ter sido esquecido: as análises e orientações feitas no XVI Congresso do PCP. Nomeadamente, o artigo **Revisitando 2001** desmente as teses de quem afirma que o Partido, por causa de tais análises e conclusões do seu Congresso, «teria enveredado por uma orientação de deliberado «enconchamento» e «sectarismo», teria passado a protagonizar uma política de «quan-



to pior melhor» e a considerar o PS como seu «inimigo principal» e com uma política absolutamente equivalente à do PSD, e sobretudo assim teria assumido uma grande responsabilidade na não configuração e na não concretização de uma alternativa de esquerda». Rectificando o que na realidade se passou, isto é, as próprias análises e conclusões do Congresso, Vítor Dias lembra que aí «em sede de propostas apresentadas por militantes à Comissão de Redacção do Projecto de Resolução Política não apareceram as objecções e discordâncias que alguns membros do Partido começaram a manifestar em meados de 2001 e intensificaram depois das eleições autárquicas». E escreve: «Como é evidente, qualquer membro do Partido tem o direito de mudar de opinião e a não ficar eternamente preso a análises que antes tenha partilhado ou não tenha contestado. Só que, nesse caso, é uma exigência de seriedade que se assumia que se mudou de opinião.»

Pode ainda considerar-se no contexto da convocação da Conferência Nacional um outro artigo, intitulado **Organização, coesão e força do Partido**. Este artigo, focando essencialmente aspectos da organização partidária e salientando logo de início o facto de o PCP estar a «ser alvo de uma das mais fortes ofensivas desde o 25 de Abril», chama a atenção para a importância da batalha política e ideológica como elemento fundamental para o fortalecimento do PCP, ao mesmo tempo que sublinha:

«A organização e os princípios de funcionamento do Partido são pilares essenciais da sua força, elementos base para a sua intervenção, ligação às massas, alargamento da sua influência e elementos agregadores dos militantes do Partido.»

Ainda de flagrante actualidade, dois artigos: um deles é constituído por extractos de um texto elaborado por Ângelo Veloso e por outros camaradas e publicado em 1990. *O Militante* torna a publicá-lo por constituir «uma valiosa contribuição para derrotar, no plano político e ideológico, argumentos e comportamentos cuja admissão conduziria ao enfraquecimento, divisão e descaracterização do nosso Partido». O outro é da autoria

de Fernando Correia - sob o título **Os media e a sua influência**, o autor deixa claro que «o domínio dos grupos económicos sobre os principais órgãos de informação, cujos modelos e orientações acabam por se reproduzir e impor em todo o campo mediático, assume, desde logo, um significado político-ideológico».

Para além da publicação de vários documentos centrais do Partido, este número aborda ainda, em artigos assinados, vários outros temas - ideológicos, políticos, económicos e sociais de grande actualidade e interesse.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Enquadrando

Homens que outro homem tomem aos ombros? Seguramente mas na condição de esse homem ser velho, fraco ou doente.

*

Ter o pão que se merece ganhá-lo com honradez em certos meios parece história de era uma vez.

*

Uma camisa decente um banho e uma toalha digam lá ó minha gente se há tesouro que mais valha.

*

Renego da inteligência perdida entre o justo e o injusto que ajoelha, por falência, aos pés de César Augusto.

*

Não vendes o teu suor? Não te proibem a esperança? Tens segundo o teu valor? Não. Então qual a mudança?

*

Está condenado à morte sistema que, a alma presa, andando à lei do mais forte peca por essa fraqueza.

*

Alguns deixam-se iludir na cantiga do falsário. Botam a cruz - e a seguir levam a cruz ao calvário.

*

Foi importante e feroz teve tudo o que pedisse. Agora, passa por nós como se não existisse.

*

Palminhas, olaré, palminhas... O que foi e o que é! Hoje há quem esconda as mãozinhas das palminhas, olaré.

*

O que é estático é vão só a ilusão vai tecendo porque as coisas nunca são as coisas sempre estão sendo.

*

Certo, avança com a sentença mas pensa maduramente que o que vai rente à doença também não vença o doente.

*

Causa às vezes certo espanto nós dizermos «o Partido» mas nada o define tanto como o artigo definido.

Cartoon

• Monginho

PORTUGAL... PORTUGAL...

PORTUGAL... PORTUGAL...

PORTUGAL... PORTUGAL...

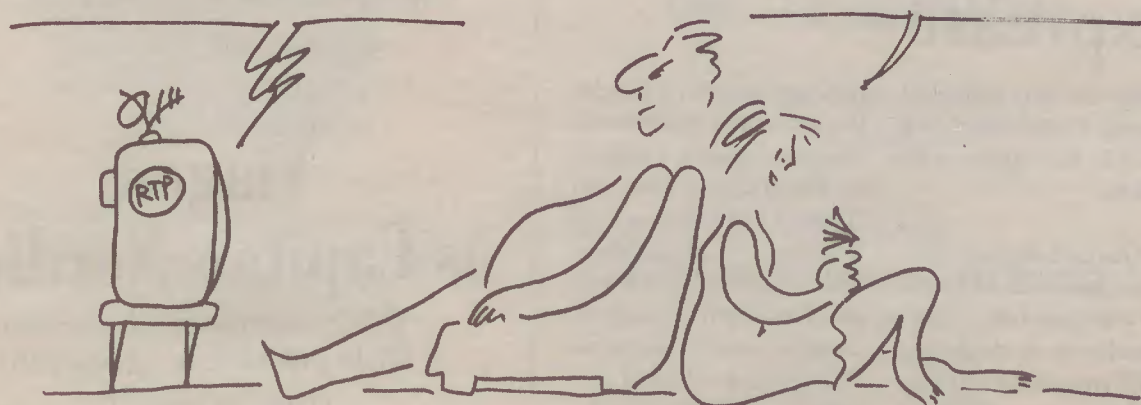
PORTUGAL... PORTUGAL...

PORTUGAL...

PORTUGAL...

SE EU SOUBESSE

QUE NÃO É SÓ POR CAUSA DO FUTEBOL... AINDA TERIA ALGUMA ESPERANÇA NESTE PAÍS !!!



Mj -

Religiões

• Jorge Messias

Ao prosseguir-se a leitura destas expressivas conclusões dos especialistas católicos participantes nas "X Jornadas de Direito Canónico", ressalta o ponto 8) que reza o seguinte: "O artigo X (da Concordata de 1940) deve ser totalmente reformulado, pois o governo não tem de se pronunciar sobre a nomeação dos bispos." Ora - o que é verdadeiramente revelador - ao longo do período fascista esta disposição nunca foi contestada, quer pelos dois outorgantes da Concordata (o Vaticano e o Estado português) quer pelo Patriarcado, antes ou depois da constituição da Conferência Episcopal. A razão é que era importante dar à PIDE o tempo exigido pela investigação dos antecedentes políticos dos bispos a nomear. Sobretudo, após o início das guerras coloniais. Recorde-se que a redacção deste ponto concordatário termina assim: "Todas as diligências previstas neste artigo ficarão secretas." Não menos necessário era manter a ficção da existência de um Estado clérico-fascista verdadeiramente soberano e isento das tutelas da igreja. A concordata serviu, neste sentido, como biombo interposto entre as realidades portuguesas e o resto do mundo de então. O retoque cosmético de que o fascismo em boa parte dependia.

Com a conquista das liberdades, após o 25 de Abril, a questão desvalorizou-se. Primeiro, porque o Estado democrático nunca



Os voos rasantes (V)

vetou o nome de qualquer novo bispo nem considerou a hipótese da extinção da Concordata. Segundo, porque a manutenção da concordata fascista nunca foi considerada como grave problema político da sociedade portuguesa. Terceiro, porque, progressivamente, a direita portuguesa recuperou grande parte do terreno perdido. O 25 de Abril deixou de ser um risco potencial. Os privilégios reconhecidos à igreja católica portuguesa foram mantidos e ampliados, com o reconhecimento explícito do direito civil comum. A Concordata passou então a constituir o mesmo biombo de sempre mas simplesmente colocado, agora, de forma a separar as maiorias exploradas das minorias exploradoras. A eliminação do citado artigo X constituirá, para além de um acto simbólico, o reconhecimento formal, por parte do Estado, do poder dominante que ele deverá continuar a devolver à hierarquia da igreja.

O parágrafo 9) contém uma grande novidade: a de que o Acordo Missionário deixou de vigorar. Bom seria que os destacados canonistas informassem com maior precisão acerca da legislação oficial que consagrou essa extinção. Mas convém transcrever na íntegra este ponto 9) das referidas "conclusões": *As Congregações e Institutos Missionários que continuam a prestar um serviço às missões nos antigos territórios ultramarinos portugueses, uma vez que o*

Acordo Missionário deixou de vigorar, devem ser reconhecidas no seu estatuto missionário como até agora, beneficiando de condições que lhes permitam realizar o seu trabalho de evangelização e promoção humana. O que só poderá significar que a igreja pretende que o Estado português continue a pagar a factura duma acção missionária mantida em territórios estrangeiros e independentes, à revelia dos respectivos governos. Tal qual como se essas nações permanecessem colónias portuguesas.

No ponto 10), o interesse dos clérigos vira-se para as Forças Armadas, estabelecimentos prisionais, hospitalares e outros, tal como para todos os cidadãos que se encontrem em situações peculiares. Para estes portugueses (incluindo as respectivas famílias), a "assistência religiosa... deverá prosseguir como presença da Igreja (católica, entende-se)". Ou seja: o Estado compromete-se a garantir a manutenção futura das situações de privilégio de que a igreja goza em importantes áreas do nosso tecido social.

Os canonistas (e outros, diríamos nós também) reclamam, então, no ponto 11), que a lei considere o casamento canónico (pela igreja) como casamento civil igualmente válido o que, na prática, anularia a intervenção do Estado na constituição da família e determinaria um forte reforço dos subsídios e emolumentos da igreja, chamada a prestar mais um novo serviço de interesse público.

Acordo Missionário deixou de vigorar, devem ser reconhecidas no seu estatuto missionário

Resposta de Vítor Dias a carta do «Expresso»

1. Não imitarei o tipo de comentários que o «Expresso» por vezes dedica a cartas de leitores e em que se recusa a dar a mão à palmatória mesmo em casos em que isso patentemente se justifica. Por isso, reconheço sem qualquer dificuldade que não fui nem exacto nem rigoroso quando escrevi que aquele semanário não tinha prestado aos seus lei-

tores «qualquer informação jornalística» sobre o Projecto de Resolução para a Conferência Nacional do PCP.

2. Quando muito, talvez pudesse antes ter escrito «uma informação jornalística razoável ou decente», dado que, relativamente ao texto de um documento com aquela importância, o «Expresso» procedeu à

citação de cerca de 160 palavras, e isto incluindo a descrição dos capítulos do Projecto.

3. Quanto à alegada «disponibilidade» do «Expresso» e à alegada falta de correspondência de dirigentes do PCP, trata-se de uma história bem menos simples e elementar do que o «Expresso» quer fazer crer e

que, por isso, não é abordável, em termos esclarecedores, nesta ocasião e contexto. Em qualquer caso, não fiquei a perceber se esta afirmação de «disponibilidade» significa, por exemplo, algum convite implícito para que um dirigente do PCP se torne colunista permanente do «Expresso».

Vítor Dias

VII Assembleia da Organização Concelhia da Moita

Dia 16 - Das 10 às 17h - Estrela Moitense com a participação de Jorge Pires

Faz amigos a bordo da fragata «Alcatejo»

- Campanha pró-Centro de Trabalho de Alcochete

Passeio a bordo - Dia 29 de Junho

Saída da Ponte-Cais às 9h

com destino às Festas de S. Pedro

e ao almoço no Seixal

e regresso a Alcochete cerca das 16h

Inscrições: tels. 918885014 - 962473599

- 212340344 (CT)

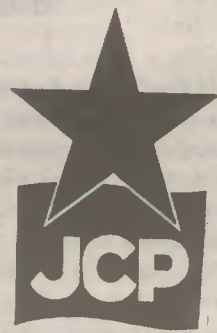
Feira do Livro em Bragança

Encontro com as Edições Avante!

Livros de grande qualidade

com grandes descontos

Até dia 15 no Pavilhão da Editorial Avante!



Bragança

Debate sobre IVG com Odete Santos no Centro Cultural Municipal - dia 17, às 21h30

Cacém

Debate sobre a situação internacional com Ângelo Alves no CT do Cacém dia 15, às 16h

Portel

Acampamento junto ao rio Degebe, a S. Marcos do Campo (informações: JCP Évora - JCP Portel)

Viagem ao Brasil

5 a 13 de Outubro 2002

promovida pela Com. Concelhia de Almada (Informações: cam. Cabrita - 212752777)

Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo - Copenhaga - Estocolmo 28 de Julho a 5 de Agosto 2002

promovida pela DORS

(informações: cam. Adelaide - 265521180)

Assembleias para discussão do Projecto de Resolução Política e eleição de delegados

Beja

Beja - Assembleia plenária de militantes: sábado, 15, a partir das 15h, no Centro de Trabalho.

Convívio promovido pelas Comissões Concelhias de Beja e Aljustrel na Barragem do Roxo, com jogos tradicionais, gincana de bicicletas, actuação de grupos corais e intervenção política: domingo, 16, a partir das 9h.

Braga

Assembleias plenárias a realizar no distrito no dia 14, sexta-feira, todas às 21h30: da organização concelhia de Barcelos - no CT local; de Braga - no CT; de Esposende - no CT (Edifício da CGD); das organizações concelhias de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde - no CT de Braga.

Dia 15, sábado: de Vila Nova de Famalicão - no CT, às 15h.

Dia 16, domingo: das organizações concelhias de Fafe, Cabeceiras e Celorico de Basto - no Centro de Trabalho de Fafe, às 9h30.

Coimbra

Assembleias plenárias no concelho de Coimbra: dos sectores profissionais Cerâmicos, Metalúrgicos, Alimentar, Hotelaria e Ferroviários - sexta-feira, dia 14, 21h, CT de Coimbra; das freguesias de Stº Antº dos Olivais, Ceira e Torres do Mondego - sexta-feira, 14, 21h, CT de Coimbra; das freguesias de Souselas, Botão, Torre de Vilela, Brasfemes, S. Paulo de Frades, Trouxemil e Vil de Matos - sábado, 15, 21h, Centro Cívico de Souselas, com Armindo Morais.

Assembleia dos concelhos de Montemor-o-Velho - sexta-feira, 14, 21h, com Nuno Rilo; Oliveira do Hospital - dia 14, 21h; Soure - sábado, 15, 15h, com Armindo Miranda.

Covilhã

Assembleia do concelho de Covilhã - sábado, 15, 17h30, Centro de Trabalho; do concelho de Tortosendo - sábado, 15, 18h, Centro de Trabalho local.

Évora

Assembleias plenárias dos concelhos de Vila Viçosa - sexta-feira, 14, 21h30, no CT de Bencatel, com Raimundo Cabral; de Borba - domingo, 16, 10h, CT de Borba.

Faro

Assembleias plenárias dos concelhos de Alcoutim e Castro Marim - hoje, dia 13, 21h; de S. Brás de Alportel - sexta-feira, 14, 21h30; de Olhão - sábado, 18h; de Vila Real de Santo António - sábado, 15, 15h; de Lagoa - domingo, 16, 15h.

Leiria

Assembleias Plenárias - todas no dia 15, sábado - dos concelhos de Leiria e Batalha (às 15h, no CT de Leiria), de Marinha Grande (21h30, no CT) de Caldas da Rainha (às 15h) e de Peniche (às 15h, no CT local, com Rui Fernandes).

Litoral Alentejano

Assembleias no concelho de Alcácer do Sal: hoje, dia 13, em Cascbres (às 21h, com José Catalino), e em Monte Novo de Palma (às 21h); dia 14 em Rio Moinhos (às 20h).

No concelho de Grândola: dia 14, das CL do Bº da Esperança, Bº das Amoreiras e de Ameiras - no «casão» do cam. António Melidas, às 20h30; de Aldeia do Futuro, Bº de S. João e Cams.

Dispersos - às 20h30, no CT de Grândola; das freguesias de Melides e Carvalhal - dia 15 às 21h.

No concelho de Santiago do Cacém: das freguesias de S. Francisco, Santa Cruz, S. Bartolomeu da Serra e Santiago do Cacém: dia 14 às 21h; plenário da org. de Cercal do Alentejo: dia 15, 16h, no CT.



PCP

Conferência Nacional

o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

Das 10h30 às 20h30 (proposta)

Pavilhão do Alto do Moinho - Corroios, Seixal

No concelho de Sines: plenário das freguesias de Porto Côvo, F. Mouro, P. Farinha, Colmeia e Cams. Dispersos: dia 15 às 15, no CT de Sines.

Lisboa

Assembleias plenárias do Sector dos Transportes: sábado, 15, da célula de Táxis (às 15h, CT Vitória); segunda-feira, 17, da célula do Metro (às 18h, no CT Vitória).

Amadora - Debate: «Por um combate decidido ao Racismo e à Xenofobia» - sábado, 15, às 21h, CT da Amadora, com Fernanda Mateus.

Cascais - Plenário da freguesia de Carcavelos: dia 15, 15h, no CT.

Lisboa - Assembleias plenárias das organizações de freguesia - de Campolide: sexta-feira, dia 14, 21h, CT Vitória, com Joaquim Dias; de Ajuda: sábado, 15, 15h30, CT da Ajuda, com Júlio Vintém; de Alcântara: dia 15, 15h30, com Américo Costa; de Santos-o-Velho, Stº. Isabel e S. Mamede: dia 15, 15h30, CT de Santos, com João Nascimento.

Loures - Assembleia plenária da freguesia de Apelação: hoje, dia 13, 21h, no CT; de Bobadela: hoje, dia 13, 21h, CT local; da célula da CM e Serviços: hoje, dia 13, 18h, CT de Loures; das freguesias de Stº Antão do Tojal, Bueclas, Fanhões e Lousa: dia 14, 21h, A-das-Lebres; da freguesia de Moscavide: dia 14, 21h, sede da CDU Moscavide; de Camarate: dia 15, 16h, CT local; de Prior Velho: dia 14, na Coop. «O Meu Ninho», antecedido de jantar que terá início às 20h; de Sacavém/Portela: sábado, 15, CT Sacavém; de Unhos: dia 15, 15h, na «Pomba da Paz».

Mafra - Assembleia plenária da organização do concelho: sexta-feira, 14, 21h, no salão da Junta de Freguesia de Mafra, com Jorge Humberto.

Odivelas - Assembleia plenária concelhia para discussão do Projecto de Resolução: dia 14, 21h, no Pavilhão Polivalente.

Oeiras - Plenário de militantes da freguesia de Linda-a-Velha: dia 15, 16h, CT de Algés; almoço-convívio no CT de Porto Salvo, com Odete Santos: dia 16, domingo, 13h; convívio no CT de Queijas: dia 15 a partir das 18h; encontro de eleitos no concelho: dia 17, 21h, CT de Algés. Torres Vedras - Assembleia plenária concelhia: sexta-feira, 14, 21h30, no Auditório Municipal, com José Casanova.

Sintra - Assembleias plenárias das freguesias, todas no dia 14, sexta-feira, e às 21h30: de Algueirão (no

CT local), Cacém/S. Marcos (CT Cacém); Casal de Cambra e Almargem do Bispo (CT de Queluz); Terrugem, S. João das Lampas e Colares (garagem do cam. Maximino Alexandre) e Monte Abraão (Escola Primária).

Vila Franca de Xira - Assembleia plenária da célula da Câmara e SMAS (quinta-feira, 13, 17h, CT de V. Franca, com Francisco Pereira); das Células de Empresa da Zona Sul do concelho (dia 13, 18h, CT Alverca, com Alexandre Teixeira); das Células de Empresa da Zona Norte (dia 14, 18h, CT Alhandra, com José Ernesto Cartaxo); das freguesias de Alverca (dia 14, 21h, CT Alverca), de Vila Franca de Xira (dia 14, 21h, CT V. Franca, com Adelaide Pereira); da célula do Bom Sucesso (dia 15, CT V. Franca, 15h). Almoço-convívio da organização de S. João dos Monte (no CT de A-dos-Loucos, dia 15, 13h, com Adelaide Pereira).

Porto

Sector Intelectual da ORP - Assembleia plenária: sexta-feira, 14, 21h30, CT da Boavista, com Jorge Sarabando.

Matosinhos - Assembleia das freguesias de S. Mamede de Infesta, Leça do Balio e Custóias: dia 14, 21h30, Esc. Secundária do Padrão da Légua; assembleia das freguesias de Matosinhos, Guifões, Santa Cruz do Bispo, Senhora da Hora e Lavra: dia 15, 15h30, CT de Matosinhos.

Valongo - Assembleia: dia 14, Junta de Freguesia de Valongo.

V.N. Gaia - Assembleia das freguesias de Olival, Sandim, Lever e Crestuma: dia 14, 21h30, Centro Social do Olival; das freguesias de Afurada, Canelas, Madalena, Valadares, Vilar de Andorinho e Vilar do Paraíso: dia 15, 15h, CT de Gaia.

Porto - Assembleia da freguesia de Cedofeita: dia 15, 16h, CT da Boavista.

Santarém

Assembleias plenárias das organizações concelhias de Chamusca (sábado, 15, 21h, CT da Chamusca, com Luísa Araújo); de Entroncamento (dia 14, 21h30, CT local); de Golegã (dia 14, 21h, CT da Azinhaga); de Salvaterra de Magos (sexta-feira, 14, 21h30, CT local, com Luísa Araújo).

Assembleia da organização concelhia de Santarém (dia 14, 21h30, no Fórum Mário Viegas/Centro Cultural Regional de Santarém).

Setúbal

Almada - Assembleia da célula dos TST e Coop. de Táxis: dia 15, 15h, CT concelhio de Almada.

Barreiro - Plenário electivo de Junção de Sectores: dia 15, 15h, CT concelhio.

Moita - Assembleia plenária dos Trabalhadores da CM: no CT da Moita, hoje, dia 13 às 18h.

Sesimbra - Assembleia da freguesia do Castelo: dia 14, 21h30, Biblioteca do Zambujal.

Debates integrados na preparação da Conferência Nacional

Promovidos pela DORS:

Em Setúbal

hoje, quinta-feira, dia 13, às 17h, no Edifício Arrábida:

«A destruição do aparelho produtivo, consequências económicas e sociais e soberania nacional»

Em Palmela

amanhã, dia 14, às 21h, no Cine S. João:

«A luta de massas e a luta institucional - sua complementaridade»

No Seixal

amanhã, dia 14, às 21h, no Clube Recr. da Cruz de Pau:

«Acção Política do Partido e a participação dos independentes»



Em Almada

amanhã, dia 14, às 21h, no CT de Pombal:

«PCP, uma força com futuro»



Em Loures

amanhã, dia 14, às 21h, no Centro de Trabalho:

«Meios de Informação e Controlo Social» com a participação de Ruben de Carvalho


2002

1.ª Jornada de Trabalho

15 e 16 de Junho
Participa!

Convívio dos Construtores da Festa

Neste domingo, dia 16, a partir das 16h30 na Quinta da Atalaia

Eleições para a Assembleia de Freguesia de Viana do Alentejo

Almoço-convívio integrado na campanha da CDU com a participação de

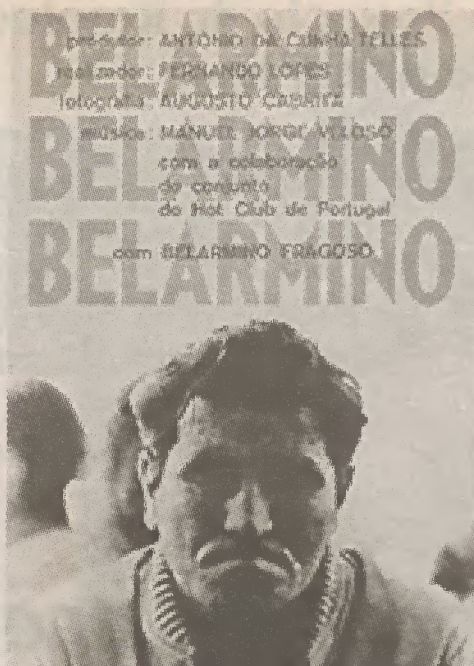
Carlos Carvalhas

Domingo, 16, às 13h, no Cine-Teatro de Viana do Alentejo

Domingo, 16, a partir das 7h
2.ª Jornada de limpeza da mata
promovida pela célula dos trabalhadores comunistas da CM do Seixal

ATVer

Belarmino: quase 40 anos depois, conserva a frescura original



Marco Polo

(Domingo, 16.06.02, RTP-1)

A RTP também dá o seu contributo ao cinema de diversão, neste domingo, apresentando **Marco Polo**, uma produção para televisão sobre as lendárias viagens do célebre mercador veneziano que, no século XIII, atravessou a Europa e a Ásia até ao mítico reino da China, de onde trouxe o primeiro testemunho. Este filme – uma co-produção entre o Reino Unido, o Canadá e a Ucrânia – conta a primeira parte da odisseia de Marco Polo rumo à China, goza dos meios de produção que as co-produções europeias às vezes permitem e conta, no elenco, com os nomes de **Oliver Reed** e **Jack Palan**. A realização está a cargo de **George Erschbamer**.

Belarmino

(Terça-feira, 18.06.02, RTP-2)

O realizador português **Fernando Lopes** estreava-se, em 1964, com um filme a vários títulos admirável - **Belarmino** – uma crónica biográfica misto de documentário e drama social sobre o antigo campeão de boxe português, Belarmino Fragoso. Centrado-se numa longa entrevista a Belarmino, onde este descreve a sua infeliz trajetória de engraxador a grande pugilista, Lopes vai contrapondo ao amargo e rude discurso de Belarmino a evocação nostálgica de Lisboa, que o ex-campeão agora percorre com um irónico desprendimento e truculência. Uma bela primeira obra que, ao fim de quase 40 anos, não perdeu o seu charme, subtilidade e inteligência. Uma referência ainda à banda sonora, da autoria de **Manuel Jorge Veloso**.

Feliz Natal, Mr. Lawrence

(Quarta-feira, 19.06.02, RTP-1)

Nagisa Oshima foi um dos mais marcantes, polémicos e inovadores cineastas japoneses das décadas de 60 e 70. Autor do celeberrimo e controverso *O Império dos Sentidos*, bem como de um importante conjunto de filmes como *Cerimónia Solene* ou *O Menino*, Oshima assinou, em 1982, **Feliz Natal, Mr. Lawrence**, um irónico, amargo e sufocante drama humano sobre as



Quinta, 13

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberja
16.30 Amor e Ódio
17.15 Ajuste de Contas
18.15 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Gregos e Troianos
23.00 Futebol - Mundial 2002 (Resumos dos jogos)
02.15 24 Horas
02.30 Conversas de Mário Soares

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.30 Sinais do Tempo
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
18.45 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Daisy» (Filme)
01.30 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Imagens de Choque
24.00 Uma Loucura de Casamentos
01.30 A Lei da Milícia

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Mãe Procura-se
16.00 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 «Pânico a Bordo» (Filme)
00.45 Jornal do Mundial
02.00 Ally McBeal



Batatoon, o programa infantil da TVI

Sexta, 14

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberja
16.30 Amor e Ódio
17.15 Ajuste de Contas
18.15 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 Mundial 2002 (Resumos dos jogos)
02.00 24 Horas
02.15 «Valores Familiares» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Retratos - «Os Rockefeller» (2)
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.15 Informação Religiosa
19.00 Basquetebol
20.45 No Centro e Arredores
21.10 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Assassinatos Políticos (Ult)
24.00 «A Janela não é Paisagem» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.30 Sexo e a Cidade
01.00 Grande Aventura

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Mãe Procura-se
16.00 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 «Ponto de Sedução» (Filme)
00.45 Jornal do Mundial
01.30 «O Comboio do Leste» (Filme)

Sábado, 15

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
19.30 Contra-Infomação
20.00 Telejornal
21.00 Especial Hooligans
22.00 Mundial 2002 (Resumos dos jogos)
01.00 24 Horas
01.15 «Perigo em Chicago» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2



«Hooligans» - como se formam, como actua: sábado à noite na RTP1

19.30 Horizontes da Memória
20.00 Famílias
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Catarina.com
14.30 «Walker, o Ranger do Texas» (Telefilme)
16.30 «Air America» (Telefilme)
18.00 «Sete Anos no Tibete» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Linha da Sorte
22.00 Residencial Tejo
23.30 «Morte Súbita» (Filme)
01.30 Buffy, Caçadora de Vampiros
03.00 Nick Fury

▼ TVI

08.45 Animação
09.45 Gala das Estrelas
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 «Macacos à Solta» (Filme)
17.15 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
23.40 «Nascida Ontem» (Filme)
01.10 Jornal do Mundial
01.40 «O Último Sonho» (Filme)

Sete Anos no Tibete

(Sábado, 16.06.02, SIC)

Pegando no episódio vivido pelo montanhista austríaco Heinrich Harrer, que em 1939 tentou a subida dos picos do Himalaia, acção que a II Guerra Mundial veio interromper, levando-o até ao Tibete, o realizador francês **Jean-Jacques Annaud** ficciona aqui o encontro entre este aventureiro austríaco (interpretado por **Brad Pitt**) e o então jovem Dalai Lama, surgindo como um dos raros europeus a ser autorizado a entrar na cidade santa de Lassa. É, sobretudo, um manifesto pacifista.

Jumanji

(Domingo, 16.06.02, TVI)

Jumanji é, sobretudo, um filme de fantasia e aventura, feito à medida de **Robin Williams** que, mais uma vez, veste a pele do adulto a viver no mundo imaginário de crianças e adolescentes, agora à volta de uma misteriosa mesa de jogo – de seu nome «Jumanji», precisamente – que leva os intervenientes para fantásticas deslocações no tempo e no espaço, com o mundo da selva em pano de fundo. Os efeitos especiais são particularmente bem conseguidos, o que é fundamental para a credibilidade da história, que incluiu coisas tão estapafúrdias como a transformação de uma casa/mansão numa autêntica selva que, literalmente, a vai engolindo...

Grito de Revolta

(Domingo, 16.06.02, TVI)

Também na TVI, este **Grito de Revolta** não tem nada a ver com o tom ligeiro do filme anterior. É, mesmo, uma história bastante pesada, mostrando com notável cruzeza e autenticidade a degradação de jovens adolescentes nova-iorquinos apanhados na teia da droga. Foi talvez o papel mais conseguido de **Leonardo Di Caprio**, aqui ainda um quase ilustre desconhecido em início de carreira.



Grito de Revolta: Leonardo Di Caprio numa grande criação



Sete Anos no Tibete: um encontro com o Dalai Lama

Stargate

(Domingo, 16.06.02, SIC)

Verdadeiro filme de aventuras feito com orçamento à Hollywood, **Stargate** conta-nos as mirabolantes aventuras de uma expedição entre o científico e o militar ao «outro lado» de uma misteriosa porta, que é como quem diz a um mundo paralelo, existente «noutra dimensão» e onde os aventureiros vão encontrar uma ainda mais estranha salgalhada, tão estranha que nela convive a mais avançada tecnologia (que chega a ter a capacidade de ressuscitar pessoas!) e um obscurantismo social vagamente aparentado ao mundo antigo dos faraós... O herói militar é **Ken Russel** e **James Spader** veste a pele de um investigador mais ou menos inspirado em Indiana Jones, mas sem os repentes atléticos deste. Um bom espectáculo, apesar das contradições ficcionais.

relações entre o Ocidente e o Oriente num campo de concentração japonês durante a II Guerra Mundial, onde ressalta o choque de mentalidades. Nota alta para as interpretações do britânico **David Bowie** e do japonês **Ryuichi Sakamoto**, este último igualmente autor da bela banda sonora original.

Jumanji: uma aventura juvenil à medida de **Robin Williams**

Domingo, 16

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
11.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 João Baião
18.45 Melhor É Impossível
20.00 Telejornal
21.30 Camilo, o Pendura
22.00 Mundial 2002
(Resumos dos Jogos)
01.00 24 Horas
01.15 «Marco Polo» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Turma das Ciências
13.00 O Homem de Kon-Tiki (I)
14.00 Desporto 2
19.00 Futebol, o Jogo Maravilhoso

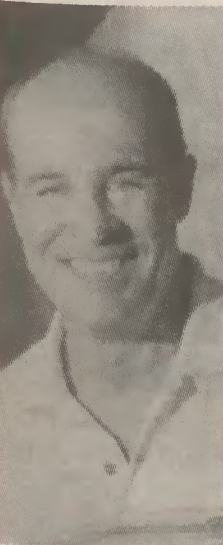


«Coração de Estudante»: na SIC

19.55 Onda Curta
20.20 Os Miseráveis (2)
21.00 Artes e Letras - «Contratenores»
22.00 Jornal 2
23.00 Jubileu da Rainha de Inglaterra
00.30 Sinais do Tempo
01.30 2010 (Rep.)

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Perdidas na Casa Branca
16.00 «Dirty Work» (Filme)
18.00 «Indiana Jones e a Grande Cruzada» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
22.00 Herman SIC
24.00 «A Fronteira



Osmar Prado, intérprete de «O Clone»

do Perigo» (Filme)
02.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

▼ TVI

09.15 «Invenção Diabólica» (Filme)
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Domingo Fantástico
16.00 «A Guerra dos Hamburguers» (Filme)
18.00 «Jumanji» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
22.00 O Último Beijo
23.00 «Grito de Revolta» (Filme)
01.45 Jornal do Mundial
02.15 «A Cidade Fortaleza» (Filme)

Segunda, 17

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 Ajuste de Contas
18.15 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.15 Sorte Grande
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 Mundial 2002
(Resumos dos Jogos)
01.45 24 Horas
02.00 «Minha Mãe, uma Espia?» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade

Terça, 18

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 Ajuste de Contas
18.15 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
21.45 O Elo Mais Fraco
22.30 Mundial 2002
(Resumos dos Jogos)
01.45 24 Horas
02.00 «Coração Quebrado» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 A Mesa à Portuguesa

Quarta, 19

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 Ajuste de Contas
18.15 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.15 O Elo Mais Fraco
22.00 Mundial 2002
(Resumos dos Jogos)
23.15 «Feliz Natal, Mr. Lawrence» (Filme)
01.45 24 Horas
02.00 «O Mestre de Egrima» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Por Outro Lado
14.30 Euronews
13.30 Por Outro Lado
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Caderno Diário
19.55 Shakespeare - Uma Análise Crítica
20.20 Casei com uma Feiticeira
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Conversas de Mário Soares
00.00 «Uma Abelha na Chuva» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação

13.30 2010
14.30 Euronews
18.15 Informação Religiosa
18.45 Onda Curta
19.15 Caderno Diário
19.45 Turma das Ciências
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «Belarmino» (Filme de Fernando Lopes)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buêrére
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
01.30 Alvos Humanos
03.30 Conversa da Treta

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Mãe Procura-se
16.00 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Sonhos Traídos
22.45 Gala das Estrelas
01.00 «Behind The Mask» (Filme)
03.00 Jornal do Mundial

17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
01.30 Realidade Total

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Mãe Procura-se
16.00 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Sonhos Traídos
23.15 «Albino Aligator» (Filme)
01.15 Jornal do Mundial
01.45 «Os Bons Malandros»

TVisto

• Correia da Fonseca

Paul e as barreiras de classe

Ainda a 9 de Junho, véspera do feriado nacional, já a SIC consagrou uma boa parte do seu Primeiro Jornal aos festejos com que a comunidade portuguesa em França celebra, antes do mais, a sua origem nacional. E quem diz «comunidade portuguesa» quer dizer, neste caso, não apenas os portugueses que naquele país mantêm a sua nacionalidade mas também os seus filhos, talvez até os seus netos, que mantêm vivo o vínculo à terra onde nasceram pais e avós apesar do seu estatuto de cidadãos franceses nascidos em França. Anote-se, já agora, que esse estatuto lhes é regateado por Le Pen, o que só parecerá dificilmente imaginável a quem não se lembre de que a nacionalidade portuguesa de nascidos em Portugal filhos de imigrantes africanos não é óbvia para muitos portugueses, exigentes

Minutes», afirmou claramente que a sua origem portuguesa e o seu aspecto morenaço em nada o obstaculizaram. Acrescentou, contudo, que teve um obstáculo, sim, e que esse obstáculo não se lhe deparou especialmente a ele mas, pelo contrário, em princípio a todos os que são filhos de operários, imigrantes ou franceses. Informação que, em verdade, me surpreendeu.

O prémio e o vírus

A gente sabe que, como está a acontecer por toda a Europa e não só, também a França tem estado a deslizar aceleradamente para a direita, ela, a da Revolução e da Resistência. A gente até suspeita de que a única liberdade que hoje fascina grande parte dos franceses é a que está feita estátua à entrada de Nova Iorque a exercer as funções de porteira dos States. Ainda assim, porém, não esperava esta. Afinal, a França é a terra onde o «Germinal» foi escrito por Zola (diz-se que assassinado mais tarde, é certo), em que Jean Jaurés fundou o «L'Humanité» (hoje desvirtuado, é verdade), em que Gabriel Péri encolheu o comunismo (sendo depois fuzilado pelos nazis, bem se sabe). Que nesse país mitificado por tantas gerações portuguesas ávidas de liberdade, de igualdade e de fraternidade, a segregação de classe se mantenha assim vigorosa escapava à minha imaginação contudo sempre a pender para o pessimismo.

E, num segundo tempo, perguntei-me: - E por cá? Por cá, pouco ou nada se vai sabendo sobre o assunto. Sabe-se, isso sim, que antes de Abril a regra geral era a de que filho de operário era para ser operário. Também se sabe, ou pelo menos pressente-se, que hoje a tendência será para que os filhos de operários («se ainda os há...», como talvez interponha um dos que identificam a classe operária pelo uso da ganga ou pela ferramenta manejada) sejam desempregados, subempregados ou, com um bocado de sorte, trabalhadores a recibo verde. Mas obstáculos na ascensão social por barreiras erguidas por um militante espírito de classe, não consigo imaginar. E, contudo, há-as em França segundo Paul Moreira, televedeta que é filho de português e que me parece ter herdado de séculos já remotos um certo ar de mouro. Caso para me deixar a pensar, perplexo. E, pensando, descobro que este seria um bom tema de tele-reportagem, trabalho de verdadeiro serviço público. Sujeito embora a eventuais pareceres desfavoráveis: pois se já não há operários, não é?, pois se até parece que o último operário português deixou de o ser, passou a escrever coisas e ganhou o Prémio Nobel da Literatura. De súbito, porém, recordo a irritação que o prémio suscitou em tanta gente, designadamente num outro escritor que é de família muito fina. Fico à beira de reconsiderar: querem ver que por cá também actua o vírus de que falou o Paul Moreira?



Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O regresso

Com grande estardalhaço em todos os órgãos de comunicação social ocidentais, foi noticiada a prisão nos EUA de um «suspeito» que estaria a preparar «um ataque a Washington» através de uma «bomba suja», ou seja, um engenho explosivo convencional carregado com radioactividade. A gravidade do caso avolumar-se-ia pelo facto de tal energúmeno ser norte-americano (além de terrorista, evidentemente) e pretender agir dentro dos EUA, utilizando recursos e meios do próprio país. Quanto à importância do assunto — tão grande que abriu os noticiários em todo o mundo ocidental — assentava no facto de evidenciar a eficácia da luta antiterrorista norte-americana, sobretudo numa altura em que as autoridades dos EUA já só têm, nesta frente, mãos cheias de nada para mostrar.

Todavia, lendo-se os pormenores da notícia, fica-se também com bastante pouco.

Segundo afirma o próprio ministro da Justiça (o «attorney general» John Ashcroft) o cidadão norte-americano em questão chama-se Jose Padilla, terá sido membro de um «gang» de rua em Chicago e preso no princípio dos anos 90 (quando tinha menos de 20 anos, anote-se...), convertendo-se ao islamismo à saída da prisão e mudando o nome para Abdullah Al Mujahir (informações do Departamento de Justiça que não foram confirmadas), viajando então para o Afeganistão e o Paquistão, onde se terá encontrado com altos responsáveis da Al-Qaeda, sendo detido no passado dia 8 de Maio no aeroporto internacional de Chicago, alegadamente quando regressava aos EUA vindo do Paquistão, encontrando-se desde então preso num centro da Marinha em Charleston, na Carolina do Sul, sem qualquer acusação formal. Porquê?

Porque, simplesmente, nada foi encontrado que o incriminasse: de facto nada prova que se tivesse convertido ao islamismo, que tivesse contactos com a Al-Qaeda, que participasse em qualquer conjura ou, muito menos, que tivesse em sua posse o mais leve esboço de bomba — «suja» ou limpa — ou intenções e possibilidade de a procurar ou construir. Encontra-se preso, simplesmente, porque um alegado membro da Al-Qaeda detido nas instalações norte-americanas de Guantánamo, em Cuba, terá falado no seu nome.

Daf que não impenda sobre ele qualquer acusação, encontrando-se detido apenas como medida de «prevenção», ao abrigo da qual poderá ser julgado em tribunal militar, dado que o próprio presidente George W. Bush já o declarou um «combatente inimigo», o que o coloca sob a alçada castrense. E é aqui que bate o ponto.

Como é possível que um cidadão norte-americano seja assim preso sem culpa formada, à vista do país e do mundo, na base de meras suspeitas não provadas ou confirmadas, que lhe sejam retirados os direitos elementares de cidadania e sobre ele impenda a ameaça de um tribunal marcial onde um julgamento, a realizar-se, se processará sem respeito pelas direitas fundamentais do arguido? Porquê esta repentina eficácia dos numerosos serviços secretos norte-americanos na «troca de informações» sobre este «suspeito» (contra o qual, ainda por cima, não conseguiram nenhuma prova palpável que o incrimine...), quando ainda há pouco rebentou novo escândalo sobre a grosseira incompetência desses mesmos serviços secretos ao não levarem a sério as denúncias e avisos concretos que haviam recebido sobre os atentados de 11 de Setembro passado?

Na verdade, tudo isto se passa quando a administração Bush, sempre em nome do combate ao terrorismo, se esforça por fazer aprovar uma espécie de «serviço central de informações» tutelando todos os serviços secretos e polícias, dispendo de um poder incomensurável e agindo com toda a «independência», que é como quem diz com impune arbitrariedade contra quaisquer cidadãos «suspeitos».

Num regresso ao maccarthismo... mas agora como serviço central do Estado.

TC declara inconstitucional alterações à lei da televisão

Governo derrotado

A lei da televisão que retirava ao Conselho de Opinião o parecer vinculativo sobre a administração da RTP foi chumbada, mas os trabalhadores mantêm a luta.

O acórdão do Tribunal Constitucional, divulgado terça-feira à noite, considera que as alterações aprovadas na Assembleia da República põem em causa a garantia de independência da televisão pública face ao Governo.

Depois da leitura da decisão, pela juíza conselheira Helena Brito, o presidente do TC, Cardoso da Costa, frisou que a decisão «foi jurídica e não política». O juiz acrescentou que «em relação a este diploma, a extinção do poder de parecer vinculativo não se poderia fazer sem se estabelecer outro mecanismo que garantisse a independên-

cia e a autonomia da televisão, nomeadamente quanto aos conteúdos, do poder político».

Dos 11 juízes conselheiros, seis votaram a favor da declaração de inconstitucionalidade e cinco contra. Nove são eleitos pela Assembleia da República (AR) e três indicados pelos primeiros.

Recorde-se que o diploma do Governo para alterar a lei de televisão foi apresentado a 16 de Maio na sequência do veto do Conselho de Opinião à nova administração proposta com o mandato para reestruturar a empresa e limitar o serviço público a um único canal.

Pôr fim à ofensiva contra a RTP

O PCP considerou que a decisão do Tribunal Constitucional sobre a lei de televisão representa uma «derrota da estratégia política do Governo» e da ofensiva que tem vindo a travar contra a RTP. Congratulando-se pela decisão do Tribunal, o líder parlamentar do PCP apelou ao Governo para que ponha fim «à ofensiva» à RTP e abra «espaço para o diálogo».

Bernardino Soares notou ainda que a decisão do Tribunal Constitucional não cria «uma situação de impasse», porque «existe uma lei em vigor e pode ser

nomeado um novo conselho de administração». No entanto, sublinhou, «é preciso resolver agora a questão política», devendo ser aberto o debate sobre o serviço público e o futuro da RTP, que tenha por base a manutenção dos dois canais da televisão pública.

Os trabalhadores mantêm-se firmes na defesa dos dois canais públicos

Também a Comissão de Trabalhadores saudou a decisão do TC, considerando-a «favorável». Todavia, segundo declarações de Henriqueta Sabino à agência Lusa, os trabalhadores mantêm a mesma atitude: «Continuamos abertos ao diálogo para a manutenção do serviço público de televisão, que só pode ser feito com os dois canais», disse a responsável da CT da RTP.

Toxicoddependência

Profissionais contra despedimentos

O Grupo Parlamentar do PCP promoveu na terça-feira, na Assembleia da República, uma reunião aberta a profissionais que intervêm na área da toxicoddependência.

A iniciativa destinou-se a auscultar todos os interessados nesta matéria, sobre a proposta do actual Governo, que propõe uma fusão do SPIT (Serviço de Prevenção do Tratamento da Toxicoddependência) e o IPDT (Instituto Português da Droga e da Toxicoddependência), e sobre a não revogação do contrato dos profissionais com vínculo precário que aí trabalham.



Como chegar à Conferência?

A Conferência Nacional do PCP tem lugar já no próximo dia 22 de Junho, no Pavilhão do Alto do Moinho — Corroios, Seixal. Embora o local seja de acesso fácil, a organização deixa aqui uma série de indicações e sugestões que se podem revelar úteis e evitar enganos e atrasos.

Os residentes na zona de Lisboa podem optar com vantagem pelo comboio até Corroios. Da estação até à Conferência são cerca de mil metros e o tempo de viagem é de apenas 19 minutos, com embarque em Entrecampos, aos minutos 11, 26, 41 e 56 de cada hora.

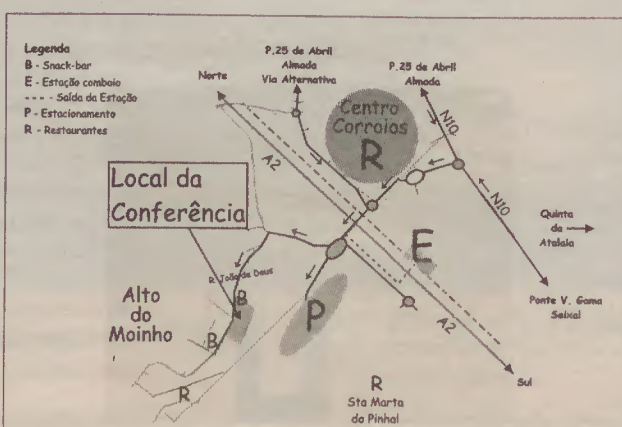
Dadas as obras em curso na ponte 25 de Abril e o facto de estarmos em época balnear, a Ponte Vasco da Gama é a melhor alternativa para aqueles que se deslocam de automóvel pela A1 ou A8 ou partam das zonas de Loures e Vila Franca de Xira.

Se vier pela ponte 25 de Abril deve sair na direcção de Almada, seguir à direita na rotunda para a Cova da Piedade e, de novo à direita, na EN 10, até Corroios, onde existe sinalização para o Alto do Moinho.

Da Ponte Vasco da Gama, o percurso é feito pelo IC 13 (indicação Montijo/Barreiro), até à A 2, com onde deve entrar na A 2 em direcção a Almada/Lisboa, saindo para o Seixal e continuar em frente na EN 10 até Corroios. Esta é igualmente a saída para quem venha do sul pela A2.

Já em Corroios, na primeira rotunda e seguintes, procurar a indicação para Alto do Moinho. Após a passagem do túnel sob a via férrea e a auto-estrada, deve-se virar à direita em nova rotunda para Alto do Moinho e, ao cimo, virar à esquerda na indicação Pavilhão Municipal.

O estacionamento pode ser feito no local assinalado no mapa que publicamos.



Mil fotografias da Festa

Reunir num painel gigante mil fotografias das 25 edições da Festa do Avante!, eis o objectivo da Fotofesta. Esta iniciativa é aberta a todos os visitantes que desejem mostrar as suas melhores fotos não só dos momentos políticos, mas também da confraternização, alegria e amizade na festa dos comunistas portugueses.

Os interessados devem enviar as suas fotografias, preferivelmente 18x24, a preto e branco ou a cores, autorizando a sua utilização e inclusão em arquivo do PCP. Um júri convidado para o efeito escolherá uma fotografia representativa de cada edição da Festa, num total de 25, que terão destaque especial no painel gigante e serão reproduzidas em catálogo, entregue gratuitamente a cada participante. Não se tratando de um concurso, cada participante verá assegurada a exposição de, pelo menos, uma fotografia da sua autoria.

Os participantes deverão enviar as fotografias, cópias ou negativos, junto com uma declaração em que conste o nome do autor, a morada, o



contacto telefónico e a edição da Festa a que se referem, bem como uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização. Sem a declaração de oferta, as fotografias serão devolvidas por correio logo após a sua exposição.

As fotos, sem moldura ou vidro, e devidamente acondicionadas, deverão ser enviadas, até 4 de Agosto, para «Concurso Fotofesta — Quinta da Atalaia; Av. Baía Natural do Seixal; 2845 — 415 Amora Seixal» ou entregues em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP.

